MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO

1974

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO
1974

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

A política externa do Brasil decorre dos princípios que presidem, no plano interno, às realizações do Governo e, na sua condução, atém-se a diplomacia brasileira aos objetivos nacionais básicos do desenvolvimento e da segurança.

De acordo com as diretrizes do Governo do Presidente Ernesto Geisel, a política exterior brasileira deu especial ênfase a uma tuação diplomática pragmática, dentro de parâmetros éticos e com uma perspectiva ecumênica.

Essa orientação, de ordem geral, se vê complementada pela particular atenção dispensada ao relacionamento com as nações-irmãs da circunvizinhança de aquém e além-mar.

As relações do Brasil com a América Latina caracterizaram-se, em 1974, por crescente entendimento e cordialidade. No decorrer do ano, o Presidente Geisel teve a oportunidade de entrevistar-se com os Chefes de Estado da Bolívia, Chile, Costa Rica, México, Paraguai e Uruguai. Diante da conjuntura econômica internacional e da prática adotada por grandes nações industriais de aplicação de medidas comerciais protecionistas ou discriminatórias, torna-se cada vez mais necessário, no en-

tender do Governo brasileiro, o fortalecimento da cooperação entre os países latino-americanos.

Esse esforço de colaboração, em termos mutuamente proveitosos e em todos os setores de atividade, se traduziu, entre outros exemplos, nos acordos firmados com o Paraguai sobre a construção da represa de Itaipu, com a Bolívia sobre o estabelecimento de um pólo industrial e aproveitamento do gás boliviano, e com o Uruguai sobre o desenvolvimento conjunto da região da Lagoa Mirim.

Também as relações com a África se desenvolveram acentuadamente em 1974. A revigorada política de aproximação com os países irmãos do continente africano inspira-se no princípio da autodeterminação e, por conseguinte, no repúdio a todas as formas de colonialismo. Condena, outrossim, a prática odiosa da discriminação racial e do **apartheid**.

Em julho, o Brasil reconheceu a independência da Guiné-Bissau, primeira nação soberana de língua portuguesa a surgir desde nossa independência. Já em setembro foi criada a Embaixada do Brasil em Guiné-Bissau. Ainda em 1974, foram criadas, em caráter cumulativo, as Missões Diplomáticas brasileiras no Gabão, Serra Leoa, Maurício e República da Guiné.

Em novembro, o Embaixador Antonio F. Azeredo da Silveira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, visitou o Senegal. Teve então a oportunidade de reafirmar a posição brasileira, fundada nos princípios da autodeterminação e da não-intervenção, bem como de criar condições para o desenvolvimento amplo da cooperação entre os dois países.

Dando seqüência à política de aproximação com as nações emergentes da África subsaárica, em particular as de expressão portuguesa, uma Missão brasileira viajou a Dar es Salaam, Kinshasa e Luanda, para entrevistar-se com os líderes dos movimentos de libertação nacional de Angola e Moçambique. Durante as conversações, foi assinalado o propósito brasileiro

de estabelecimento de uma estreita colaboração, em termos de igualdade e de não-ingerência nos respectivos assuntos internos.

Desenvolveram-se em 1974 as relações Brasil—Estados Unidos, com a manutenção e fortalecimento dos tradicionais laços de amizade e intercâmbio. Foram exploradas as faixas de coincidência entre as posições brasileiras e estadunidense, bem como tratou-se, na medida do possível, de buscar soluções satisfatórias para as áreas de controvérsia.

As relações com a Europa Ocidental caracterizaram-se, no seu conjunto, pela ampliação das áreas de convergência. A esse respeito, cabe registrar a particular atividade diplomática que marcou o relacionamento com Portugal e a República Federal da Alemanha. Em dezembro, o Ministro das Relações Exteriores esteve em visita oficial a Portugal. Em suas conversações com as autoridades portuguesas e, em especial, com o então Chanceler Mário Soares, o Embaixador Azeredo da Silveira procedeu a ampla análise de assuntos econômicos, políticos e culturais de interesse comum. No capítulo das relações teuto-brasileiras, os eventos de maior importância foram as reuniões em Brasília das Comissões Mistas de cooperação científica e tecnológica, e de cooperação econômica.

Nas suas relações com os países socialistas da Europa Oriental e com a União Soviética, procurou o Brasil não apenas estimular as exportações para aquela área, mas também diversificá-las, através da inclusão gradativa, na pauta comercial, de manufaturas e semimanufaturas. Também com o objetivo de dinamizar o intercâmbio e de torná-lo mais equilibrado, está sendo examinada a possibilidade de incrementar as importações, sobretudo para atender a demanda de determinados setores prioritários do II PND. Em maio, por sua vez, foram elevadas à categoria de Embaixada as Legações do Brasil em Bucareste, Sófia e Budapeste.

Quanto à situação no Oriente Próximo, o Governo brasileiro reiterou sua oposição à ameaça ou uso da violência nas relações internacionais, inclusive à ocupação de territórios pela força. Declarou o Brasil o seu apoio aos legítimos direitos do povo palestino à autodeterminação e à saberania, elementos havidos como essenciais para uma paz justa e duradoura na região.

O Ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita, Omar Al-Sakkaf, visitou o Brasil em setembro, ocasião em que foi criada a Comissão Mista Coordenadora Brasil—Arábia Saudita. De igual modo, fortaleceram-se as relações com o Coveite. Em julho, aqui esteve uma missão de empresários e banqueiros árabes, de que fizeram parte altas autoridades coveitianas. Ainda em 1974, expandiu-se sobremaneira a presença diplomática brasileira na região: foram estabelecidas relações com os Estados de Catar, Bahrain, Emirados Árabes Unidos e o Sultanato de Omã.

Foram estabelecidas em agosto relações diplomáticas com a República Popular da China e, em novembro, criou-se a Embaixada do Brasil em Pequim. Por seu lado, reabriu-se a Embaixada em Jacarta e, em julho, foi criada a Missão Diplomática brasileira em Daca, República Popular de Bengala.

Visitou o Brasil, em setembro, o Senhor Kakuei Tanaka, Primeiro-Ministro do Japão. Na ocasião da visita, foram assinados importantes acordos sobre empreendimentos industriais para a exploração do alumínio na região amazônica e a produção de polpa de papel no Espírito Santo.

O ano de 1974 foi particularmente dinâmico para o sistema multilateral representado pelas Nações Unidas e suas agências especializadas. Ademais das reuniões regulares de seus órgãos, registraram-se a VI Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas, sobre energia e matérias-primas; e grandes conferências internacionais relativas a direito do mar, população e alimentos.

O Brasil tomou parte ativa em todos esses encontros, com vistas à preservação dos seus interesses nacionais e à intensificação da cooperação internacional nessas áreas, várias das quais se tornaram ainda mais relevantes em vista da crise econômica mundial.

A atuação do Brasil nos foros internacionais recebeu novo impulso com as modificações introduzidas pelo Senhor Presidente da República, a partir de 15 de março, nas posições assumidas no tocante aos territórios sob administração portuguesa, à questão do Oriente Próximo e ao problema da Palestina, à eliminação dos resíduos coloniais e dos preconceitos raciais no Sul do continente africano. Tais modificações vieram permitir colaboração mais estreita entre o Brasil e os países africanos, árabes e asiáticos.

No quadro do relacionamento brasileiro com os organismos regionais americanos, é de notar-se que os dois principais — OEA e ALALC — atravessam fase de transição, caracterizada pelos debates em torno da reforma de suas instituições e sua adaptação a novas formas de cooperação econômica e política.

O Brasil procurou, ainda, aprofundar as possibilidades de cooperação, dando seguimento à iniciativa do chamado "novo diálogo". A esse propósito, estimulou a criação de grupos para estudar os problemas da transferência de tecnologia e do comportamento das empresas transnacionais.

O agravamento da conjuntura econômico-financeira mundial provocou uma intensificação da atividade para garantir acesso de nossos produtos aos mercados dos países industrializados; abrir novos mercados, que tenham condições de absorver um número crescente de produtos brasileiros; estabelecer arranjos cooperativos tanto financeiros, quanto de investimentos; e assegurar o fornecimento continuado das matérias-primas, máxime o petróleo, indispensáveis ao crescimento da economia nacional.

Continuaram, no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), os trabalhos preparatórios para as Negociações Comerciais Multilaterais (NCMs). Também com caráter preparatório, realizaram-se as reuniões latino-americana e geral para a II Conferência Geral da UNIDO (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial).

O Ministério das Relações Exteriores continuou a executar, em 1974, no âmbito e por meio do Programa de Promoção Comercial no Exterior, as funções de promoção comercial que por lei lhe foram cometidas. O PPCE compreendeu dois programas específicos relacionados com as áreas identificadas como básicas da promoção comercial no exterior: Informação Comercial e Promoções Diretas. Desenvolveu-se, outrossim, em apoio às atividades citadas, o Programa de Organização e Modernização, destinado a assegurar condições de infra-estrutura adequadas ao pleno rendimento do sistema de promoção comercial do Itamaraty.

No domínio cultural, procedeu-se à consolidação da abertura de novas áreas de ação cultural brasileira na África e na América Central. Foram fortalecidos e atualizados, por sua vez, os instrumentos intergovernamentais de ação cultural já existentes na América do Sul e com países desenvolvidos. Outrossim, recebeu apoio o sistema nacional de ciência e tecnologia, bem como outras atividades relacionadas com a transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Deu-se, igualmente, início à implantação, em termos graduais, do Plano de Classificação de Cargos. Foram ultimados os estudos para a construção do Edifício Anexo ao Bloco Administrativo, que alojará os serviços de comunicação e documentação (inclusive Biblioteca e Mapoteca), além do Instituto Rio-Branco. Também foram elaborados os projetos para a construção de 144 apartamentos em quatro blocos, destinados à moradia funcional dos diplomatas lotados na Secretaria de Estado.

ASSUNTOS AMERICANOS

AMÉRICA LATINA

ARGENTINA

O intercâmbio comercial com a Argentina apresentou, durante o ano de 1974, tendência ascendente, atingindo a cifra dos US$ 660 milhões de dólares nos dois sentidos. Além dos aspectos puramente quantitativos, tal comércio vem apresentando transformações de caráter qualitativo, tais como uma constante diversificação de produtos intercambiados e uma crescente participação dos manufaturados na pauta de exportação dos dois países. Nesse contexto, poder-se-ia inserir, como exemplo do progressivo adensamento dos contatos comerciais em curso entre os dois países, o convênio assinado pela "Mineração Corumbaense Reunida S/A" e pela empresa argentina "Hermanos Martinez" para o fornecimento ao país vizinho de 100 milhões de toneladas de minério de ferro e 2 milhões de toneladas de manganês, das jazidas do Urucum, durante o prazo de 25 anos. Embora se trate de transação de caráter privado, sua magnitude não deixa de constituir expressivo testemunho da importância alcançada pelo atual intercâmbio brasileiro-argentino.

Os estudos relativos ao aproveitamento conjunto do trecho limítrofe do Rio Uruguai e seu afluente Rio Pipiri-Guaçu prosseguiram em ritmo acelerado, ao amparo do Convênio assinado em 14 de março de 1972 entre a **Eletrobrás** e "Agua y Energia

Eléctrica". Os trabalhos realizados por um consórcio de consultores de engenharia, a **Hidrened,** por delegação do Comitê Consultivo previsto no Convênio de 1972, cobrem já três fases das quatro previstas no citado documento.

Resta, assim, apenas a implementação da quarta e última etapa do projeto, ou seja, da fase operativa propriamente dita, "a dos estudos de viabilidade técnico-econômica dos anteprojetos recomendados nas 1.ª e 2.ª etapas, que hajam sido indicados pelo Comitê Executivo para os estudos complementares".

Os estudos realizados nas fases anteriores sugerem três aproveitamentos principais, que de montante a jusante são: Roncador/Panambi (1.000.000 kw, podendo atingir 2.700.000 kw); Garabi (803.000 kw, com possibilidade de gerar futuramente 1.820.000 kw) e São Pedro (371.000 kw, alcançando 745.000 kw na fase final).

Durante o ano, foram realizadas visitas a um e a outro país por grupos representativos brasileiros e argentinos promovendo um estreitamento de relações entre os mais diversos setores da vida nacional de cada uma das respectivas nações. Do lado brasileiro, caberia registrar a visita realizada ao país vizinho por uma delegação da Escola Superior de Guerra e, da parte argentina, as viagens de um grupo de legisladores Estaduais da Província de Misiones, cujo roteiro incluiu as principais hidrelétricas brasileiras e de uma comitiva da "Asociación Argentina de Carreteras", que percorreu trechos da Rodovia Transamazônica estabelecendo proveitoso diálogo com os técnicos brasileiros sobre questões relacionadas com a construção de rodovias.

Ainda no ano de 1974, foi realizada em Buenos Aires, no quadro do Acordo Aéreo Bilateral de 1948, a VII Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil—Argentina, ocasião em que foram debatidos assuntos de interesse recíproco relativos ao transporte aéreo comercial.

O núcleo do relacionamento brasileiro—paraguaio no ano de 1974 foi, naturalmente, constituído pelos esforços dos Governos de Brasília e de Assunção com a finalidade de implementar o disposto no Tratado de Itaipu.

Nesse contexto, em 17 de maio, elaborado o arcabouço jurídico que permitiu o início efetivo dos trabalhos da empresa Itaipu Binacional, tomaram posse dos respectivos cargos os representantes brasileiros e paraguaios no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva da referida empresa, em cerimônia realizada na fronteira dos dois países (Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Stroessner), na presença dos Presidentes do Brasil e do Paraguai.

O encontro presidencial permitiu, a par da reafirmação das afinidades que ligam ambos países, que os dois Chefes de Estado trocassem idéias a respeito do momento político-econômico mundial, latino-americano e regional, além da análise de temas de interesse bilateral para o crescimento econômico e melhoria da situação social da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai.

Entre os dias 9 e 11 de setembro, o Chanceler Antonio F. Azeredo da Silveira visitou oficialmente, a convite do Governo paraguaio, a cidade de Assunção. Na oportunidade, os Chanceleres do Brasil e do Paraguai mantiveram amplas conversações sobre aspectos fundamentais da conjuntura internacional, temas regionais e tópicos de interesse recíproco de ambas Nações, logrando perfeito entendimento em todas as matérias. No transcurso da visita, foram assinados os seguintes documentos, caracterizados por sua importância no conjunto das relações bilaterais: 1) Protocolo Adicional sobre Relações de Trabalho e Previdência Social relativo aos Contratos de Tra-

balho dos Trabalhadores dos Empreiteiros e Subempreiteiros de Obras e Locadores e Sublocadores de Serviços; 2) Troca de Notas sobre a integralização do capital da Itaipu Binacional; 3) Troca de Notas sobre o estudo do Plano de Integração dos Sistemas de Transportes do Brasil e do Paraguai; 4) Troca de Notas sobre o funcionamento das estações de rádio nos dois países, destinadas ao serviço de assistência a suas aeronaves militares; 5) Troca de Notas sobre o Centro de Estudos Brasileiros em Assunção; e 6) Troca de Notas referentes às atividades de radioamadorismo.

No que diz respeito ao Programa Global de Cooperação Brasil—Paraguai, acordado anteriormente entre os dois países, desenvolveram-se as relações bilaterais sobretudo no que respeita ao planejamento integrado em matéria de transportes, à implantação de usina siderúrgica no país vizinho, com capacidade prevista de produção inicial no montante de cem mil toneladas de ferro gusa, lingotes de aço e laminados leves não-planos. Para tal fim criou-se a SIDEPAR — Siderurgica Paraguaya S.A., empresa privada de capital misto.

As perspectivas abertas com o início da implementação do que estabelece o Tratado de Itaipu permitiram ao empresariado paraguaio estudar a instalação de uma segunda grande fábrica de cimento no país, além do projeto de modernização da fábrica de Vallemi.

Por fim, o fortalecimento dos laços existentes entre o Brasil e o Paraguai ensejou a dinamização do intercâmbio comercial bilateral, que alcançou os montantes de US$ 98 milhões para as exportações brasileiras e de US$ 35 milhões para as importações provenientes do Paraguai. Estes dados são tanto mais significativos ao verificar-se que no ano de 1973 o comércio total entre ambos países foi de US$ 60,5 milhões para as exportações brasileiras e US$ 21,2 milhões para as importações originárias do país vizinho.

Em 15 de março o Presidente Juan Maria Bordaberry esteve presente, em Brasília, às cerimônias de investidura do General Ernesto Geisel na Presidência da República. Na oportunidade, os dois Chefes de Estado passaram em revista as relações brasileiro—uruguaias.

A 20 de maio de 1974, os Governos brasileiro e uruguai, mediante acordo por troca de notas, mantiveram a Comissão Mista da Bacia da Lagoa Mirim e conferiram-lhes novas finalidades, condizentes com o atual estágio de aproveitamento da área considerada. Valeria salientar no acordo então concluído, entre outros os seguintes pontos:

> 1) compete à Comissão Mista Brasileiro—Uruguaia, constituída de acordo com o item 3 do parágrafo 1.º das Notas trocadas entre os dois Governos, em 26 de abril de 1963, a supervisão das obras e serviços conjuntos relativos ao desenvolvimento integrado da área da Bacia da Lagoa Mirim; 2) a Comissão Mista implementará os trabalhos referentes ao projeto de desenvolvimento da Bacia do Rio Jaguarão; 3) a Comissão Mista disporá de capacidade jurídica e de autonomia técnico-financeira e administrativa, compatíveis com as respectivas legislações nacionais; 4) os dois Governos tomarão as providências necessárias que visem à articulação do plano de desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim com os demais planos de desenvolvimento nacionais, regionais e locais de seus respectivos países; 5) as autoridades brasileiras e uruguaias outorgarão aos integrantes da Comissão Mista e aos servidores munidos da carteira de identificação fornecida pela referida Comissão, todas as facilidades administrativas necessárias ou úteis ao bom desempenho de suas funções, tendo em conta a necessidade decorrente da própria natureza dos trabalhos da Comissão, de freqüentes

cruzamentos da fronteira e da permanência em território do país de que não são nacionais. Iguais facilidades serão concedidas na região fronteiriça ao pessoal a serviço das Nações Unidas e das empresas contratadas; 6) serão igualmente concedidas todas as facilidades para a livre circulação dos veículos e embarcações a serviço da Comissão Mista, quando utilizados no desempenho de suas atividades; 7) tais facilidades serão estendidas aos equipamentos que a Comissão Mista venha a empregar em suas atividades.

Durante 1974, a Comissão Mista da Lagoa Mirim realizou reuniões plenárias em ambos os países, com vistas principalmente a dar impulso aos trabalhos relacionados com o plano de aproveitamento da Bacia do Rio Jaguarão, denominado Projeto Jaguarão. O referido projeto prevê sobretudo a construção de uma barragem de acumulação e uma central de hidrelétrica de 40 MW em Passo do Centurião, bem como de uma represa derivadora em Talavera, no Uruguai, o estabelecimento de linhas de transmissão elétricas do Brasil ao Uruguai, e de sistemas de irrigação. No referente à construção da represa derivadora de Talavera, ambos os Governos solicitaram em agosto aos respectivos representantes do PNUD o apoio financeiro das Nações Unidas.

Havendo sido concluído entre os dois Governos aos 21 de julho de 1972 o Acordo sobre a Definitiva Fixação da Barra do Arroio Chuí e do seu Limite Lateral Marítimo, o Congresso Nacional, pelo Decreto Legisaltivo n.º 53, de 13 de agosto de 1974, aprovou o texto do referido ajuste.

A convite da ELETROBRÁS, visitou o Brasil em agosto o General Mario Aguerrondo, Presidente da Comissão Mista de Palmar (COMIPAL). Nessa oportunidade, o Presidente da COMIPAL cumpriu extenso programa que incluiu, **inter alia**, visita às usinas de Jupiá e Ilha Solteira, em São Paulo, e à Central Elétrica de Candiota, no Rio Grande do Sul.

A convite do Governo, esteve no Brasil em setembro o Comandante-em-Chefe do Exército uruguaio, Tenente-General Julio Cesar Vadora Rozier. No decorrer da visita, teve oportunidade de percorrer instalações militares e industriais brasileiras.

O intercâmbio comercial atingiu o montante de 163 milhões de dólares nos dois sentidos. O Brasil adquiriu 45.630 toneladas de carne, no valor de US$ 60,780 milhões. Tais aquisições contribuíram para o saldo favorável ao Uruguai no intercâmbio comercial, ao contrário do superavit brasileiro de anos anteriores.

CHILE

Em 15 de março, compareceu às solenidades da posse do Presidente Geisel, em Brasília, o General Augusto Pinochet, Chefe da Junta de Governo do Chile, que manteve com o Chefe de Estado brasileiro amplas e proveitosas conversações.

Os dois Presidentes então convieram na necessidade de fazer reviver a Comissão Especial de Coordenação Brasileiro-Chilena. Principal foro bilateral de contatos entre Brasil e Chile, esse órgão, criado em 1966, não se reunia desde 1968. Reconheceu-se na Comissão Especial a base institucional mais adequada para um tratamento globalista e dinamizador do intercâmbio brasileiro-chileno.

A III Reunião realizada na Capital chilena, em julho, canalizou suas atividades através de quatro grupos de trabalho específicos: a) comércio e cooperação econômica; b) assuntos financeiros; c) transporte e turismo; d) cooperação técnica, científica e cultural.

O grupo que tratou de Comércio e Cooperação Técnica analisou quatro temas: a) avaliação das perspectivas das negociações coletivas na Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC); b) troca de idéias sobre a posição de am-

bos os países nos foros econômicos multilaterais; c) intercâmbio comercial; e d) complementação industrial.

A respeito do cobre, ambas as Delegações mantiveram prolongadas conversações. A Delegação brasileira manifestou o desejo de seu país em aumentar o fluxo de importação de cobre chileno e em estudar novas possibilidades, como o abastecimento a médio prazo de concentrados de cobre. A Delegação chilena destacou a importância conferida pelo Chile ao mercado brasileiro, que considera prioritário no tocante a suas exportações. Assinalou-se igualmente o interesse do Chile em aumentar as exportações de cobre refinado para o Brasil. Quanto ao abastecimento de concentrado de cobre, mostrou-se a Delegação chilena interessada em estudar uma possibilidade de investimentos conjuntos chileno-brasileiros, tanto para o desenvolvimento de novas jazidas no Chile até a etapa de concentração do cobre, quanto para o desenvolvimento do projeto de fundição e refino no Brasil.

No âmbito do grupo de assuntos financeiros, foram referidas as relações interbancárias e as linhas de crédito entre os dois países. Considerando as limitações do Chile no tocante a sua capacidade de endividamento no prazo de 1 a 15 anos, analisaram-se alternativas para a efetivação de crédito de US$ 50 milhões acordado, em princípio, entre CACEX e o Banco Central do Chile, e destinado à importação do Brasil de bens de capital e equipamentos.

No grupo de trabalho sobre cooperação técnica, científica e cultural, as duas Delegações chegaram a expressivos resultados. Ao encerrar-se a III Reunião da Comissão Especial, foi assinado pelo Ministro das Relações Exteriores do Chile e pelo Embaixador do Brasil em Santiago o Convênio de Cooperação Técnica e Científica. O objetivo precípuo desse acordo é o de estimular a preparação e execução de programas conjuntos em áreas de interesse comum, especialmente no campo científico-tecnológico.

Ambas as Delegações encareceram a conveniência de proceder-se à elaboração de novo Acordo Cultural Chileno-Brasileiro, que viria a substituir o Convênio vigente, datado de 1941.

BOLÍVIA

As relações Brasil-Bolívia foram marcadas, em 1974, de modo especial, pelo encontro dos Presidentes Ernesto Geisel e Hugo Banzer Suárez, em 22 de maio, na cidade de Cochabamba.

Já em março, o Presidente da Bolívia, General Hugo Banzer Suárez, visitara oficialmente o Brasil, para assistir às solenidades de posse do Presidente da República.

Por ocasião do encontro de Cochabamba, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Antonio F. Azeredo da Silveira, e o Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia, General Alberto Guzman Soriano, assinaram o Acordo de Cooperação e Complementação Industrial entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia.

O Acordo, cujo Projeto havia sido ultimado durante a reunião de Cooperação e Complementação Industrial entre o Brasil e a Bolívia, realizada de 3 a 8 de abril, em La Paz, dispõe sobre a implantação de um pólo industrial de desenvolvimento, na região sudeste da Bolívia, e a aquisição, pelo Brasil, de 240 milhões de pés cúbicos diários de gás natural boliviano, para suas necessidades energéticas e industriais. O Governo do Brasil cooperará com o da Bolívia para a implantação do referido pólo industrial, que abrange um complexo siderúrgico, um complexo de fertilizantes, uma fábrica de cimento e todas as obras de infra-estrutura necessárias à instalação e operação eficiente dessas unidades industriais. Para a realização dos estudos de viabilidade referentes aos projetos industriais do pólo de desenvolvimento boliviano, o Acordo prevê a concessão, pelo Governo brasileiro, de um crédito ao Governo boli-

viano, no valor de US$ 10 milhões, em fundos de livre disponibilidade e conversibilidade, à taxa de juros de cinco por cento ao ano, pagáveis em quinze anos, com três anos de carência.

Ao término do encontro de Cochabamba, os Chefes de Estado do Brasil e da Bolívia assinaram Declaração Conjunta, que incorpora os seguintes temas das relações entre os dois países: a) o apoio do Governo brasileiro à constituição de um Fundo de Desenvolvimento Boliviano, na forma de uma contribuição equivalente ao montante de US$ 50 milhões; b) a anuência do Governo brasileiro em elaborar, a suas expensas, estudos de engenharia final dos projetos de ligação ferroviária entre Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba e de ligação rodoviária entre Puerto Suárez e Puerto Banegas; c) concordância do Governo brasileiro em ampliar de US$ 5 para US$ 17 milhões o valor do crédito concedido ao Governo boliviano, mediante troca de notas de 4 de abril de 1972, para a aquisição de material rodoviário de procedência brasileira; d) o propósito do Governo brasileiro de colaborar na busca de soluções amistosas e efetivas para a mediterraneidade da Bolívia, reafirmando sua disposição favorável, nesse sentido, com o oferecimento de livre trânsito por território brasileiro e o estabelecimento de zonas francas nos portos de Belém, Porto Velho, Corumbá e Santos.

De 22 a 25 de outubro, o Chanceler da Bolívia, General Alberto Guzman Soriano, visitou oficialmente o Brasil. No dia 24, os Ministros Azeredo da Silveira e Guzmán Soriano, trocaram os instrumentos de ratificação do Acordo de Cooperação e Complementação Industrial entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia, assinado em Cochabamba, em 22 de maio de 1974.

A Declaração Conjunta subscrita pelos dois Chanceleres salienta: a) o início do processo de implementação do Acordo de Cooperação e Complementação Industrial Brasil—Bolívia; b) a conclusão dos estudos relativos ao Plano Diretor de Vinculação Rodoviária entre os dois países, sua aprovação pelos

respectivos Governos e o início das obras nele recomendadas; c) os entendimentos a que chegaram as autoridades de ambos os países para a efetiva execução do projeto de engenharia final de ligação ferroviária entre Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba; d) a implementação dos compromissos assumidos por troca de notas de 4 de abril de 1972, com referência à construção de pontes e à instalação de serviços de balsas entre cidades fronteiriças brasileiras e bolivianas; e) a conclusão dos estudos preliminares de dragagem do Canal de Tamengo, com vistas ao seu aproveitamento, entre o antigo Puerto Sucre e o rio Paraguai, para o transporte da produção das jazidas de minério de ferro de Mutum; f) a efetivação do crédito de US$ 12 milhões oferecido pelo Governo brasileiro ao Governo boliviano, para ser utilizado na aquisição, no mercado brasileiro, de maquinaria, equipamento e sobressalentes destinados à execução de programas viários bolivianos, de interesse para os dois países.

No âmbito regional, os Chanceleres expressaram o espírito de colaboração com que vem sendo implementado o Tratado da Bacia do Prata e, no que diz respeito à utilização dos recursos naturais, reafirmaram sua adesão aos princípios que informam a Declaração de Assunção sobre o Aproveitamento dos Rios Internacionais.

De 13 a 18 de novembro, esteve em visita a Brasília, à frente da Delegação boliviana, o Ministro da Indústria e Comércio da Bolívia, General Victor Gonzales Fuentes. A Delegação boliviana e autoridades financeiras brasileiras prosseguiram nas negociações, já em fase de conclusão, sobre os termos e condições dos créditos concedidos pelo Brasil à Bolívia, nos montantes de US$ 10 milhões, a que se refere o Artigo V do Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, para a execução dos estudos de viabilidade técnica e econômica dos empreendimentos industriais e respectivas obras de infra-estrutura do pólo de desenvolvimento industrial do sudeste da Bolívia; e de US$ 50 milhões, na forma de contribuição brasi-

leira para a constituição de Fundo de Desenvolvimento Nacional da Bolívia, a que se refere o Comunicado Conjunto assinado em Cochabamba, a 22 de maio de 1974, pelos Presidentes Ernesto Geisel e Hugo Banzer Suárez.

Nos termos da Declaração Conjunta de Cochabamba, de 22 de maio de 1974, missão técnica do Grupo de Estudo de Integração da Política de Transporte (GEIPOT) visitou a Bolívia, em dezembro, para examinar com as autoridades bolivianas o projeto de ligação ferroviária entre Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba.

Ao final das conversações, subscreveu-se convênio de caráter técnico que estabelece as bases do estudo preliminar daquele projeto. A "Empresa Nacional de Ferrocarriles" da Bolívia deverá proceder, em janeiro de 1975, à pré-qualificação das firmas consultoras brasileiras que poderão realizar os estudos, devendo a documentação e especificações da respectiva concorrência pública estar prontas no final de fevereiro.

Quanto à ligação rodoviária entre Puerto Suárez e Puerto Banegas, consórcio constituído pelas firmas consultoras Transcon, Transplan e Claros e Asociados, assinou, no mês de outubro, contrato com o DNER para elaborar o projeto correspondente.

PERU

Os múltiplos aspectos da cooperação e intercâmbio Brasil—Peru e a possibilidade de incrementar suas linhas de ação foram examinados durante a II Reunião da Comissão Mista Peruano-Brasileira de Cooperação Econômica e Técnica, realizada em Brasília, de 26 a 28 de agosto.

As Delegações brasileira e peruana recomendaram: a) intercâmbio permanente e oportuno de informações, com vistas a

ampliar o conhecimento das possibilidades peruanas de exportação de produtos não-tradicionais; b) fornecimento, ao Peru, de informações sobre a programação brasileira de compra de metais não-ferrosos; c) a adoção de medidas para apressar os trâmites necessários ao início das atividades da Mineroperu, em São Paulo; d) a concessão de créditos de capitais ao Peru, com vistas ao incremento das exportações peruanas de metais não-ferrosos, para garantir o abastecimento constante e regular do mercado brasileiro; e) troca de dados sobre as prospecções de petróleo que ambos os países realizam em regiões lindeiras; f) a participação do Brasil na feira de Tecnomin, Lima, em novembro de 1974; g) a ampliação de compras brasileiras de produtos de pesca ao Peru; h) a regulamentação do comércio fronteiriço entre os dois países; i) o fornecimento de relação de equipamentos de utilização portuária, fabricados no Brasil, para possível aquisição pelo Peru; j) estudos para evitar o duplo controle de documentação na área de Benjamin Constant e Tabatinga; l) fixação das bases de um convênio de transporte fluvial (Ata de Intenção, de 12 de abril de 1973); m) exame de anteprojetos brasileiros, na área de telecomunicações, relacionados à utilização compartilhada do espectro rádioelétrico em áreas vizinhas; à implementação de infra-estrutura de rádiocomunicação de apoio à navegação fluvial na região amazônica; à implementação de um convênio tarifário de telecomunicações para as conexões entre cidades da região amazônica de ambos os países (rota básica: Iquitos—Manaus); à viabilidade para conexão direta Iquitos—Manaus; e à ligação terrestre internacional de telecomunicações entre o Brasil e o Peru, através de Pucallpa e Cruzeiro do Sul; n) o exame de anteprojeto de Convênio Internacional de Intercâmbio Postal entre o Brasil e o Peru.

As duas Delegações examinaram o anteprojeto de Acordo de Cooperação Científica e Técnica, proposto pela Delegação do Peru, e chegaram a um texto unificado, para apresentação aos respectivos Governos, que incorpora a adoção de medidas para

incrementar as atividades de cooperação científica e técnica de ambos os países, tais como o envio de missões preparatórias de programas de cooperação, nas seguintes áreas:

— pesca, especialmente no que se relaciona ao processamento industrial da farinha e do óleo de peixe, inspeção industrial e sanitária de indústrias de pescado e seus derivados e pesquisa de recursos pesqueiros;

— irrigação de regiões semi-áridas;

— metalurgia de metais não-ferrosos;

— habitação e saneamento urbano.

A Delegação brasileira apresentou, ainda, programa de estágios periódicos de técnicos peruanos no Brasil, em organismos de desenvolvimento regional. Utilizando as possibilidades abertas por esse oferecimento, o Governo peruano designou dois técnicos do "Instituto Nacional de Planificación" para cumprirem programa de visitas à área da Sudam, patrocinado pelo Governo brasileiro.

Ambas as Delegações manifestaram interesse na implementação do Acordo Sanitário de 16 de julho de 1969. A Delegação brasileira, por sua vez, apresentou projeto de Acordos de Cooperação para a preservação da Flora e da Fauna dos Territórios amazônicos dos dois países.

Finalmente, as Delegações recomendaram a concessão de facilidades ao incremento do turismo entre os dois países, as quais podem abranger a assessoria recíproca na preparação de campanhas promocionais, elaboração de roteiros integrados, concessão mútua de facilidades para os planos de ensino no âmbito do Turismo e tarifas preferenciais na rota Peru-Brasil. As Delegações recomendaram ainda a dinamização do Acordo da Embratur com a direção Geral do Turismo do eru, assinado em 27 de junho de 1969.

O Governo brasileiro fez-se representar nas cerimônias de celebração dos Sesquicentenários da Batalha de Ayacucho e da Convocatória do Congresso do Panamá, que se realizaram em Lima, de 6 a 11 de dezembro, por Missão Especial chefiada pelo General-de-Exército Dilermando Gomes Monteiro.

EQUADOR

De acordo com as recomendações da Declaração Conjunta, firmada em julho de 1973, pelos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Equador, uma aeronave da Força Aérea Brasileira efetuou, em princípio de 1974, programa de levantamento aerofotogramétrico do percurso Ibarra—San Lorenzo. O levantamento visa a fornecer condições para um estudo minucioso da região, onde se prevê a construção de uma estrada de rodagem em substituição à precária ferrovia existente.

Em cumprimento às disposições da Troca de Notas de 19 de janeiro de 1971, que prevê a construção da rodovia Lago Ágrio—Puerto Putumayo pelo Corpo de Engenheiros do Exército do Equador e uma firma brasileira, tiveram prosseguimento, já em fase de ultimação, os entendimentos do Governo equatoriano com a firma "Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.", para definição das bases de realização da obra. O Banco do Brasil apresentou proposta de contrato para financiamento da construção da mencionada rodovia, no valor de US$ 11,5 milhões, em condições de mercado internacional, a qual está sendo objeto de exame por parte do Governo equatoriano.

Ambos os projetos inscrevem-se no quadro da cooperação brasileira-equatoriana para a conclusão da Via Interoceânica que, ligando o porto de San Lorenzo, no Pacífico, ao de Manaus, assume especial importância para os dois países e para a integração continental

A convite do Estado-Maior das Forças Armadas, visitou o Brasil, no mês de outubro, por um período de 10 dias, uma comitiva do Instituto de Altos Estudos Nacionais do Equador.

A fim de dar prosseguimento às instruções sobre a operação do laboratório de mecânica de solos, cedido ao Governo equatoriano pelo Ministério dos Transportes do Brasil, por solicitação do Itamaraty, esteve no Equador, no mesmo mês de outubro, técnico especializado do DNER.

COLÔMBIA

O Governo brasileiro esteve representado nas solenidades de posse do novo Presidente da Colômbia, Senhor Alfonso Lopes Michelsen, por Missão Especial chefiada pelo Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, Doutor Severo Fagundes Gomes.

Com o objetivo de suprir a crescente demanda interna de carvão coqueificável, o Brasil encetou negociações com a Colômbia, visando a garantir o fornecimento dessa matéria-prima, em quantidades mínimas compatíveis com suas necessidades. Nesse sentido, missão colombiana visitou o Brasil, em fevereiro do corrente ano, havendo elaborado, com as autoridades brasileiras, projeto de Convênio a ser submetido ao Conselho Econômico e Social da Colômbia. Dada, porém, a mudança do Governo colombiano, em agosto, diversos pontos pendentes ligados ao Acordo ainda não puderam ser objeto de decisão.

A Ata Final da II Reunião da Comissão Mista Brasil—Colômbia de Cooperação Econômica e Técnica recomendou a realização de uma reunião em Letícia, para examinar o estabelecimento de conexão telefônica entre Letícia e Tabatinga e estudar possível redução das tarifas para as comunicações telefônicas internacionais entre aquelas duas cidades.

O projeto de ligação telefônica e o convênio tarifário para a região amazônica foram objeto de estudos, em 1974, por parte do Ministério das Comunicações do Brasil, e a realização da reunião de Letícia, já proposta ao Governo colombiano, depende de confirmação de data pelas autoridades daquele país.

VENEZUELA

As relações Brasil—Venezuela ganharam perspectiva nova em 1974, como conseqüência da excepcional posição em que emergiu a Venezuela da crise internacional do petróleo. As possibilidades de cooperação financeira e técnica entre os dois países serão objeto de exame, em 1975, por ocasião de visitas programadas de autoridades venezuelanas ao Brasil.

O Governo brasileiro fez-se representar nas cerimônias de posse do Presidente da Venezuela, Senhor Carlos Andrés Perez, por Missão Especial chefiada pelo Professor Pedro Calmon.

A fim de participar das cerimônias de inauguração da Exposição Industrial Brasileira, visitou Caracas, em setembro, o Secretário-Geral da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Doutor Élcio Costa Couto, que aproveitou a ocasião para contatos com os Ministros do Planejamento e da Fazenda da Venezuela, quando vários aspectos da cooperação entre os dois países foram examinados.

Convidado a assistir às cerimônias comemorativas do 7 de Setembro, visitou o Brasil o Ministro da Defesa da Venezuela, General Homero Leal Borges.

A fim de conhecer a experiência venezuelana de investimentos industriais na região de Guyana, uma equipe de técnicos da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Maranhão cumpriu programa de visitas a Caracas e Ciudad Guyana, em novembro.

GUIANA

Dando prosseguimento à implementação das recomendações da Ata Final da I Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Guianense de Cooperação Econômica, o Secretário-Geral do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP) e o Diretor do Departamento de Pesquisas Geológicas da Guiana reuniram-se em Georgetown, em 19 de março, a fim de elaborar um programa de cooperação e intercâmbio, no campo da geologia.

O programa, já iniciado, contempla a ida de dois químicos, um técnico em geologia e três geólogos do IDESP para estágio na Guiana, em 1974; e a vinda, em 1975, de um ou mais geólogos guianenses para ministrar cursos no Brasil e visitar as áreas de atuação do IDESP no campo da geologia e mineração.

No período de 3 a 6 de dezembro, técnico do Ministério de Obras e Habitação da Guiana visitou o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), para examinar o projeto de construção da ponte sobre o rio Tacutu, na fronteira Brasil—Guiana. A ponte se situa no roteiro da conexão rodoviária entre os dois países, a efetivar-se através da estrada Georgetown—Boa Vista, prevista na Declaração Conjunta de 1971, dos Chanceleres Gibson Barboza e Ramphal.

Após examinar a matéria, o Ministério dos Transportes vê a possibilidade de seguir-se o seguinte calendário para a construção da ponte: 1) concluir o anteprojeto, até fins de março de 1975; 2) concluir o projeto final de engenharia, até fins de junho de 1975; 3) iniciar a construção em agosto de 1975.

COSTA RICA

A convite do Presidente Ernesto Geisel, o Presidente da Costa Rica, José Figueres Ferrer, visitou o Brasil de 4 a 6 de abril.

Fizeram parte da comitiva do Presidente Figueres os Senhores Fernando Batalha, Ministro da Agricultura; Gaston Kogan, da Indústria e Comércio; Mario Charpentier, Vice-Ministro das Relações Exteriores; Alvaro Jimenez, Diretor do Instituto do Café. Acompanharam igualmente o grupo os Senhores Fausto Cantu e Daniel Morales, respectivamente Diretor e membro do Instituto Mexicano do Café, representantes do Presidente Luis Echeverria, do México.

O principal tema das conversaões com as autoridades brasileiras reportou-se às sugestões do Presidente Figueres sobre meios e modos de promover-se a sustentação dos preços do café no mercado mundial.

TRINIDAD E TOBAGO

A Primeira Reunião da Comissão Mista Brasil—Trinidad e Tobago realizou-se em Port-of-Spain no período de 24 a 26 de junho.

A Comissão Mista passou em revista a situação geral da balança comercial entre os dois países, cuja Delegações intercambiaram listas de novos produtos que poderiam ser objeto de comércio. Foram consideradas as obrigações de cada país como associados a instituições e organismos regionais e internacionais, como a ALALC e o Mercado Comum do Caribe, e ressaltadas as possibilidades proporcionadas pela Zona Franca de Manaus para a expansão do intercâmbio comercial.

Empresas de Manaus iniciaram contatos com firmas de Trinidad e Tobago para a exportação de madeiras para aquele país e a importação de asfalto natural.

As Delegações fizeram exposições sobre as políticas e prioridades de seus respectivos Governos com relação às empresas binacionais. Discutiu-se a possível criação de empresas binacionais, especialmente nos setores das indústrias de ferro, aço, petroquímica e calçados.

A Companhia Vale do Rio Doce iniciou conversações com a **Industrial Development Company** sobre a possibilidade da instalação de usina siderúrgica em Trinidad e Tobago, que utilizaria as reservas de gás natural do país e minério de ferro importado do Brasil, a quem seria exportada parte de sua produção.

Também a Petrobrás foi consultada por companhias petrolíferas trinitárias sobre sua possível participação em empreendimentos conjuntos, em Trinidad e Tobago, nos campos da extração e refino de petróleo, da petroquímica e da fabricação de fertilizantes.

Por fim, as Delegações expuseram os sistemas de financiamento e seguro das exportações de seus países e concordaram em que a matéria fosse objeto de discussões complementares entre os dois Governos. Foi aventada a hipótese da participação brasileira no Banco de Desenvolvimento do Caribe.

MÉXICO

Visita do Presidente Echeverria ao Brasil

Visitou o Brasil, de 21 a 25 de julho, o Licenciado Luis Echeverria Alvarez, Presidente dos Estados Unidos Mexicanos. O Presidente do México se fez acompanhar pelo seu Ministro das Relações Exteriores e por autoridades governamentais e empresários, que mantiveram contatos com as mais contrapartes brasileiras. Os Chanceleres do Brasil e do México assinaram, por ocasião da visita, os seguintes acordos e convênios:

1) Convênio Básico de Cooperação Científica e Técnica;

2) Convênio sobre Transporte Marítimo;

3) Convênio de Cooperação Turística;

4) Acordo para estabelecimento de programa de Intercâmbio de Jovens Técnicos;

5) Troca de notas para designar os órgãos nacionais responsáveis pela execução do Convênio Básico de Cooperação Científica e Técnica;

6) Troca de notas sobre o estabelecimento de seções brasileira e mexicana da Comissão Mista do Convênio Básico de Cooperação Científica e Técnica;

7) Troca de notas para fixar o lugar e a data em que se deve reunir a Comissão Mista do Convênio Básico de Cooperação Científica e Técnica;

8) Notas Reversais para o estabelecimento de Comitês Permanentes da Comissão Mista Brasil—México;

9) Troca de notas para o estabelecimento de conversações sobre a cooperação crescente entre Petrobrás e PEMEX;

10) Troca de notas sobre as conversações relativas ao estabelecimento de linhas de crédito entre instituições bancárias dos dois países para fomentar o comércio bilateral ;

11) Convênio de Cooperação entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, do Brasil e a Nacional Financiera, do México.

Os Presidente do Brasil e do México, ao concluírem suas conversações, subscreveram Declaração Conjunta, pela qual, entre outras manifestações,

1.º) reafirmaram incondicional solidariedade aos princípios que constituem garantia de relações internacionais seguras e proveitosas, entre os quais o direito dos povos de dispor livre

e soberanamente dos recursos naturais existentes em seus territórios e o direito que o aproveitamento e defesa dos recursos naturais do mar, seu solo e subsolo, até uma distância de 200 milhas;

2.º) proclamaram que o progresso de cada país se beneficia com o desenvolvimento harmônico e simultâneo da América Latina. Nesse sentido assinaram a urgência de se acelerar a reestruturação do Sistema Interamericano e a revitalizar a Associação Latino-Americana de Livre Comércio;

3.º) concordaram em que os dois países devem se consagrar a desenvolver e intensificar suas relações bilaterais. Para tanto recomendaram que a Comissão Mista viesse a se reunir ainda em 1974;

4.º) reconheceram que a significativa interdependência do desenvolvimento de seus países propicia o estabelecimento de um amplo programa de cooperação científica e tecnológica. Ao final da visita, o Presidente Geisel aceitou convite formulado pelo Presidente Echeverria para visitar o México.

Visita do Ministro da Indústria e do Comércio ao México

O Senhor Severo Fagundes Gomes, Ministro da Indústria e do Comércio, visitou o México, em caráter oficial, de 9 a 13 de novembro. Foi acompanhado por comitiva integrada por autoridades governamentais e grupo de vinte e cinco representantes da iniciativa privada. Nas reuniões mantidas com altos funcionários do Governo mexicano, o Ministro Severo Gomes ressaltou a necessidade de maior promoção do intercâmbio comercial entre Brasil e México e indicou, como processo, a colaboração em empreendimentos conjuntos.

O Ministro Severo Gomes e o Senhor José Campillo Sainz, Secretário da Indústria e do Comércio do México, inauguraram a IV Seção do Comitê Empresarial Brasil—México, cujos tra-

balhos se concentraram no exame das possibilidades de ampliação e diversificação dos convênios de complementação industrial e melhor aproveitamento de concessões outorgadas no âmbito da ALALC.

Reunião da Comissão Mista

Realizou-se no mesmo período da visita do Ministro Severo Gomes a II Reunião da Comissão Mista Brasil—México, em cumprimento à recomendação contida na Declaração Conjunta Geisel—Echeverria. O projeto de agenda foi elaborado em conformidade com determinações da Declaração Conjunta, e levando em conta outros assuntos em desenvolvimento no âmbito das relações econômico-comerciais entre o Brasil e o México. A Ata final da reunião registra: a) tendência crescente do comércio recíproco e a existência de amplas possibilidades para incrementá-lo; b) estabelecimento de linhas de crédito recíprocas; c) recomendação de modificação do Convênio de Transporte Marítimo a fim de conferir caráter preferencial, e não obrigatório, à autorização para ceder-se, a armadores de países membros da ALALC, 10% da cota de cargo das partes contratantes; d) a intenção da Petrobrás e PEMEX, de celebrar um convênio de cooperação recíproca que cubra o intercâmbio de informação técnica, e tecnológica, bem como desenvolva a colaboração comercial entre as duas empresas; e) cooperação entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e Nacional Financiera, Sociedade Anônima (NAFINSA); f) avaliação das possíveis iniciativas comuns ou de esquemas especiais de cooperação no campo da indústria siderúrgica, entre os quais o fornecimento de minério de ferro pelo Brasil, integração de tecnologia relacionada à indústria siderúrgica, levantamento de excedentes exportáveis, estudo de possibilidades de complementação e de viabilidade de inversões conjuntos.

Entre os resultados da II Reunião da Comissão Mista Brasil—México, assinalem-se: a) a assinatura de convênio pelo qual a

Nacional Financiera S/A (NAFINSA) deverá utilizar uma linha de crédito de US$ 30 milhões concedida pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil para a aquisição de barcos de pesca de fabricação brasileira; b) a formalização de convênio entre o Banco de Comércio Exterior do México e a CACEX para a concessão de créditos recíprocos de US$ 15 milhões para financiamento de operações comerciais entre os dois países; c) a aceitação, pelo Banco de Comércio Exterior do México, de uma linha de crédito de US$ 5 milhões para financiamento da importação de produtos manufaturados brasileiros; d) a realização da I Reunião do Grupo Técnico Misto BNDE—NAFINSA, que decidiu dar início, em caráter prioritário, aos estudos sobre: 1.º) a participação brasileira, no México, em projetos de exploração de enxofre, produção de ferro-esponja e metalurgia do zinco; 2.º) a participação mexicana, no Brasil, em projetos de exploração de minério de ferro, bauxita, estanho e celulose; 3.º) projetos de complementação industrial em setores das indústrias petrolífera, petroquímica, mínero-metalúrgica, siderúrgica e aeronáutica; e) entendimentos preliminares para a produção, no México, do avião Uirapuru; F) o fornecimento, pela PEMEX, à Petrobrás, de informações tecnológicas para as sondagens de petróleo na plataforma continental da região de Campos.

AMÉRICA SETENTRIONAL

ESTADOS UNIDOS

Desenvolveram-se em 1974 as relações brasileiro-estadunidenses, com a manutenção e fortalecimento dos tradicionais laços de amizade e intercâmbio.

Foram exploradas as faixas de coincidência entre as posições brasileira e norte-americana, bem como tratou-se, na medida do possível, de buscar soluções satisfatórias para as áreas de controvérsia.

O Governo continuou atento aos problemas, sobretudo de ordem comercial, que ainda não foram resolvidos. Nos momentos

apropriados, nas relações bilaterais e nos foros devidos, todo o cuidado foi exercitado para manifestar a preocupação brasileira com a adoção, por parte do Governo norte-americano, de certas práticas comerciais, seja em razão de decisões **ad hoc**, como no caso da aplicação por via do Executivo de direitos compensatórios sobre calçados, seja por meio da adoção de leis internas, como no caso da Lei de Comércio, de dezembro de 1974.

Foram realizados contatos preliminares entre autoridades brasileiras e estadunidenses com vistas à elaboração e apresentação de uma listagem de produtos brasileiros a serem incluídos em esquema preferencial americano. Também prosseguiram as conversações entre Brasil e Estados Unidos a respeito dos diversos tópicos incluídos nas Negociações Comerciais Multilaterais (NCMs) e a troca de informações acerca das respectivas posições.

A despeito de eventuais entraves, o intercâmbio comercial Brasil—Estados Unidos atingiu o montante de US$ 4,782 milhões nos dois sentidos. Entretanto, a magnitude desse movimento de comércio apresenta ainda um sério desequilíbrio, qual seja o vultoso **superavit** norte-americano. Enquanto as exportações brasileiras alcançaram US$ 1,7 bilhão, as importações de procedência americana atingiram US$ 3,07 bilhões, o que corresponde, por conseguinte, a uma diferença de ... US$ 1,36 bilhão em nosso desfavor.

Na composição da pauta de exportações para os Estados Unidos, a participação da categoria "produtos básicos" continuou a decrescer (passando para 53%, em 1974). Por sua vez, os produtos industrializados (semimanufaturados e manufaturados) continuaram a acusar tendência ascendente, aumentando sua participação para 45%, também em 1974.

Na pauta de exportações para os Estados Unidos, predominam dez produtos básicos ou industrializados, que representam

cerca de 63% do total exportado para o mercado norte-americano. Esses principais produtos, por ordem decrescente de importância são: açúcar demerara, café em grãos, calçados, minério de ferro, cacau em amêndoas, café solúvel, aparelhos receptores de radiodifusão para veículos, carne bovina em conserva, óleo de mamona em bruto e mentol.

Dentre os produtos importados dos EUA, os principais, por ordem decrescente de importância, são: trigo, aviões a turbojato, chapas de ferro ou de aço, tratores e fosfato diamônico. Esses cinco produtos corresponderam, em 1974, a 22,6% do total das exportações.

O balanço de pagamentos bilateral permaneceu deficitário, com um saldo negativo de US$ 463 milhões. O déficit maior foi registrado pela conta "Transações Correntes", sobretudo em função do desequilíbrio da balança comercial. Também o item "Serviços" permaneceu deficitário.

Por sua vez, o item "Transferências" apresentou saldo positivo de US$ 7 milhões, cifra bem inferior à verificada em 1973 (US$ 26 milhões).

O ingresso líquido de capitais deixou, em 1974, um saldo positivo de US$ 1,4 bilhão, com um aumento de 100%, em relação ao ano anterior.

O capital de risco (investimentos) apresentou uma tendência negativa em 1974 (-12,7%), com total predominância dos investimentos em espécie sobre os investimentos em equipamentos. O movimento de capitais permanece concentrado nos empréstimos e financiamentos, a médio e longo prazos, principalmente em espécie.

Conforme se verifica, o saldo positivo em "Conta de Capital" (US$ 1,432 milhões) não foi suficiente para cobrir o saldo negativo em "Conta Corrente" (- US$ 1,895 milhões). Em conseqüência, anotou-se o já referido déficit de US$ 463 milhões.

O Senhor Alastair W. Gillespie, Ministro da Indústria e do Comércio do Canadá, visitou o Brasil de 18 a 27 de outubro, a convite de Ministro Severo Gomes. Recebido pelo Senhor Presidente da República, entrevistou-se com os Ministros das Relações Exteriores e da Indústria e do Comércio. Além de Brasília, o Senhor Gillespie visitou o Rio de Janeiro e São Paulo, onde, com sua comitiva, manteve contatos com setores empresariais.

Durante as conversações, referiu-se o Ministro Gillespie à importância atribuída pelo Canadá ao estreitamento de relações com o Brasil, seu maior parceiro comercial na América do Sul.

Foi examinada a atuação dos investimentos canadenses no Brasil e considerada a hipótese de novas inversões. Nesse sentido, aventou-se a possibilidade de empreendimentos conjuntos, a curto prazo, no Brasil, entre outros nas indústrias de papel, farmacêutica e têxtil, e a participação de capitais brasileiros na exploração de carvão, petróleo, gás e enxofre canadenses.

Retomaram-se os entendimentos com vistas à feitura de acordo para evitar a bitributação, tendo sido convocada reunião para, no decurso de 1975, iniciar a fase de negociações do aludido convênio.

No campo da cooperação técnica, observou-se o deesnvolvimento das relações entre os dois países, sobretudo a partir de 1971, com a visita ao Brasil de missão da "Canadian International Development Agency". Em março de 1974 foi apresentado ao Canadá importante programa de cooperação técnica, elaborado em consonância com as prioridades do I Plano Nacional de Desenvolvimento.

O intercâmbio comercial Brasil—Canadá atingiu a 505 milhões de dólares, nos dois sentidos. Existem boas perspectivas para o incremento de nossas exportações, ainda bastante inferiores às importações: em 1974, foram de 95 milhões de dólares contra 410 milhões.

Em 1974, a ação das Comissões Demarcadoras de Limites, ainda se exerceu dentro de programa limitado pelas mesmas dificuldades que de há muito vinham prejudicando o andamento dos seus múltiplos serviços.

A primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, por exemplo, que tem a cargo os serviços de demarcação e caracterização das fronteiras com seis países (Venezuela, Peru, Colômbia, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa) teve que restringir sua atuação à fronteira com a Venezuela, deixando, por falta de verba e pessoal, de executar importante serviços nas fronteiras com os cinco demais países mencionados.

No ano de 1974, as duas Comissões dispensaram cuidadosa atenção à atualização e ao enriquecimento da documentação técnico-geográfica, política e histórica, atinentes à definição de nossos limites. Essa documentação abrange as Atas das Conferências das Comissões Mistas de Limites, folhas de Fronteiras e desenhos das linhas limítrofes com a posição exata dos marcos erigidos, cálculos das coordenadas geográficas dos mesmos marcos, coleções de fotografias aéreas e mosaicos fotográficos das áreas fronteiriças, pareceres e estudos diversos sobre assuntos de limites, fotografias em cores dos aspectos mais significativos das linhas de fronteiras, dentre outros itens.

Os principais trabalhos da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, executados na fronteira com a Venezuela, cuja demarcação ficou concluída em 1973, foram: a) uma determinação astronômica completa e quatro verificações das posições geográficas dos Marcos Principais erigidos em 1933; b) execução de uma Poligonal sobre o divisor de águas da Cordilheira de Pacaraima com o total de 79 km (entre os Marcos Principais BV-5 e BV-9; c) construção de um total de

154 Marcos terciários para a mais completa caracterização da linha limítrofe, sobre o divisor de águas da Cordilheira de Pacaraima, entre os Marcos BV-5 e BV-8, com distâncias de 300 a 800 metros de marco a marco.

A 23 de setembro, pediu exoneração do cargo de Chefe da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, o General Ernesto Bandeira Coelho, depois de mais de 30 anos de excelentes serviços prestados ao Itamaraty. Em conseqüência, assumiu, interinamente, a Chefia daquele órgão o Coronel Juvenal Milton Engel, Chefe da Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, com sede no Rio de Janeiro.

Quanto às atividades da Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, de 4 a 12 de setembro, realizou-se, em Buenos Aires, a IV Conferência da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasil-Argentina. Tratou-se, dentre outros assuntos, do estabelecimento de normas técnicas para os trabalhos a serem realizados no trecho de fronteira compreendido entre as nascentes dos rio Pipiri-Guaçu e Santo Antônio, e da conveniência da construção de novos marcos em ilhas do rio Uruguai.

De acordo com o plano de trabalho estabelecido na Ata da IV Conferência, realizou-se, de 1.º de novembro a 14 de dezembro, a campanha demarcatória de 1974, tendo sido executadas as seguintes tarefas: a) observações astronômicas de primeira ordem nas proximidades do Marco Principal da Cabeceira do Rio Pipiri-Guaçu, para redeterminação das coordenadas geográficas do referido marco e determinação do azimute de uma direção; b) reconstrução dos marcos terciários I, II, III, IV, VI e VII; e) construção dos marcos terciários I-1, II-1 e V-1, o mais próximo possível das posições dos vértices 111, 109 e 105 da poligonal medida pela Comissão Mista de 1901/1904, respectivamente; d) medição de uma poligonal planimétrica entre o Marco Principal da Cabeceira do Rio Pipiri-Guaçu e o Primeiro Marco Secundário, com origem na posição geográ-

fica acima referida, objetivando vincular os marcos e proporcionar pontos de apoio para o levantamento; e) nivelamento geométrico ao longo dos veículos da poligonal planimétrica, no trecho entre os marcos Principal da Cabeceira do Rio Pipiri-Guaçu e Terciário VII; f) cálculo provisório das coordenadas do trecho de poligonal medido; g) cálculo provisório do nivelamento efetuado; h) execução de levantamento topográfico, a prancheta, na escala 1: 2.500, com equidistância de um metro, do trecho compreendido entre os Marcos Principal da Cabeceira do Rio Pipiri-Guaçu e Terciário VII.

Na fronteira Brasil-Paraguai, os trabalhos de campanha se desenrolaram de 15 de maio a 12 de julho, tendo sido executado os seguintes trabalhos: a) inspeção, reparação e pintura de todos os marcos do Primeiro Setor e os do Segundo Setor, até o Marco de Primeira Ordem do Potreiro do Julio, num total de 143 marcos; b) construção de muretas de proteção de concreto armado em sete dos referidos marcos, que se encontram junto à estrada; d) trabalhos de terraplenagem em torno de 18 marcos que tinham sua estabilidade ameaçada em conseqüência de trabalhos viários executados nas suas proximidades.

Em junho, realizou-se, em Corumbá, uma Reunião Extraordinária da Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana, com a finalidade de fazer constar dos assentos oficiais a reconstrução, após o encerramento da campanha de 1973, de dois marcos de referência às do arroio Conceição, nas proximidades da ponte construída sobre o mencionado arroio.

Na campanha demarcatória, realizada de agosto a outubro, foram efetuados os seguintes trabalhos: a) abertura de picada transitável por veículos motorizados, ligando os marcos principais Ponto Norte da Baía Grande e Turvo, e medição da distância entre os referidos marcos; b) com vistas à melhor caracterização da fronteira, construção de treze marcos secun-

dários sobre a linha geodésica definida pelos marcos principais acima mencionados, em substituição aos dez marcos de alinhamento erigidos na campanha anterior; c) início dos trabalhos de demarcação do paralelo do Marco Principal do Turvo, com abertura de 7.500 metros de picada transitável por veículos motorizados, e medição da distância correspondente; d) construção de três marcos secundários sobre o trecho do paralelo acima referido.

De 30 de outubro a 3 de novembro, foi realizada a XIX Conferência da Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana, que abordou, entre outros temas, o da construção e reconstrução de marcos, e o cotejo de originais cartográficos.

Foram referendadas em 1974 pelo Conselho de Estado do Uruguai e pelo Congresso Brasileiro as Notas Reversais relativas a obras de contenção e fixação da barra do Arroio Chuí.

Na primeira quinzena de dezembro realizou-se em Montevidéu uma reunião preliminar dos Delegados-Chefes brasileiro e uruguaio, tendo sido tratados os seguintes assuntos: a) forma de participação do Uruguai nas obras do Arroio Chuí; b) completamento da materialização do "Corredor Internacional" em toda sua extensão; c) apreciação, na próxima conferência da Comissão Mista, do original cartográfico relativo à folha número 19 da fronteira seca.

ORGANISMOS REGIONAIS AMERICANOS

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

No quadro de nosso relacionamento multilateral com os países americanos, cumpre observar que os dois principais organismos regionais — ALALC e OEA — atravessam fase caracterizada pelos debates em torno de reforma de suas instituições e sua adaptação a novos tipos de cooperação econômica e política. Em ambas as organizações, o Brasil participou ativamente dos trabalhos de reformulação: na OEA, através da Comissão Especial para estudar o Sistema Interamericano e Propor Medidas para sua Reestruturação (CEESI) e, na ALALC, nas chamadas "Negociações Coletivas".

Os trabalhos de reestruturação do Sistema Interamericano se desenvolvem tanto no âmbito da própria Organização dos Estados Americanos, como, paralelamente, no contexto do chamado "Novo Diálogo", proposto pelo Secretário de Estado norte-americano.

A CEESI, criada em 1973, entrou em sua V etapa de reuniões, sem que pudesse ainda dar total cumprimento a seu mandato. A multiplicidade dos temas abordados, bem como sua complexidade e importância, não permitiram maior celeridade nas deliberações da Comissão. A Delegação brasileira pautou sua

atuação pela defesa dos interesses permanentes de cooperação, procurando evitar a aprovação de propostas que pudessem levar à criação de um quadro de confrontação no hemisfério. Propugnou por medidas capazes de fortalecer todo o Sistema, capacitando-o a favorecer mais eficazmente o desenvolvimento harmônico de todas as Nações americanas e, conseqüentemente, assegurando, em termos eminentemente dinâmicos e flexíveis, a segurança continental.

Idênticos objetivos moveram-nos no México e em Washington, nas reuniões do "Novo Diálogo", em fevereiro e abril de 1974, a que compareceram os Chanceleres Americanos. Foram ali debatidos importantes temas políticos e econômicos da atualidade hemisférica e mundial, com a preocupação dominante de se estabelecer as bases de novo relacionamento entre a América Latina e os Estados Unidos da América. Dentre tais temas destacaram-se as questões referentes às empresas transnacionais de origem norte-americana, bem como problemas concernentes à transferência de tecnologia.

Em Quito, de 8 a 12 de novembro, celebrou-se a XV Reunião de Ministros das Relações Exteriores, que atuou como Órgão de Consulta nos termos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). A Reunião foi convocada pelo Conselho Permanente da OEA, por iniciativa de três países — Colômbia, Costa Rica e Venezuela — que apresentaram projeto de Resolução propondo o levantamento das sanções impostas a Cuba em 1964.

A proposta foi rejeitada, nos termos do TIAR, por não ter alcançado o mínimo de votos afirmativos suficientes: a maioria de dois terços dos Estados signatários que ratificaram o Tratado. A Delegação brasileira, que se absteve na votação, justificando sua atitude, preocupou-se em defender a estrita observância do princípio de não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados, pedra-de-toque do bom relacionamento internacional e fundamental às relações entre os países do Con-

tinente, acima de quaisquer considerações de maior ou menor poder dos Estados.

A Reunião de Quito evidenciou uma vez mais que essa preocupação é compartilhada pelos demais membros do Sistema Interamericano, entre os quais prevalece o permanente desejo de entendimento e de fortalecimento da solidariedade continental, acima de diferenças ocasionais, que não devem perturbar as possibilidades de crescente cooperação para a solução dos grandes problemas sócio-econômicos do Hemisfério.

Dentro do quadro institucional da OEA, o Brasil participou ainda de diversas reuniões regulares, em níveis político e técnico, tais como: o IV Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em Atlanta, Estados Unidos da América, de 19 de abril a 1.º de maio; a IX Reunião Ordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, em Quito, de 10 a 16 de março; a V Reunião Anual Ordinária do Conselho Interamericano para a Educação, a Ciência e a Cultura, em São Domingos, de 26 de janeiro a 1.º de fevereiro; a XIX Reunião do Conselho Técnico Consultivo e a XIII Reunião Anual da Junta Diretora do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, ambas em Caracas, de 15 a 18 de maio; a Reunião Ordinária do Comitê Executivo do Instituto Indigenista Interamericano, no México, em 21 de junho; a LIV Reunião do Conselho Diretor do Instituto Interamericano da Criança, em Washington, de 20 a 22 de agosto; a XVII Assembléia da Comissão Interamericana de Mulheres, em Washington, de 16 a 27 de setembro; a XV Reunião do Conselho Diretor do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, no México, de 26 de junho a 5 de julho.

IV Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral (19 de abril a 1.º de maio de 1974)

O IV Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, realizado em Atlanta, Estados Unidos, de 19 de abril a

1.º de maio, caracterizou-se pela consagração de um "novo consenso" nas relações hemisféricas, ainda que em bases provisórias, visando evitar que as posições distintas dos vários países membros da Organização "encontrassem expressão em inúteis e desgastantes confrontações". Temos como "segurança econômica coletiva para o desenvolvimento", "desenvolvimento integral" e análise dos problemas das "corporações multinacionais" foram aceitos por todos os países como matéria para exame, discussão e tomada de decisões a nível multilateral.

Um dos mais importantes resultados práticos obtidos na Assembléia Geral foi a reafirmação do desejo de reforma da OEA, consubstanciado na prorrogação do mandato da Comissão Especial.

Outro fato que merece menção foi o convite a países americanos, não membros da OEA, para que participem plenamente como observadores de reuniões de órgãos da Organização que tenham por objetivo dar cumprimento a decisões dos Chanceleres dos países membros.

O problema de sanções contra Cuba não chegou a ser objeto de discussão, tendo em vista o acordo a que chegaram os Chanceleres no sentido de que se proceda a consultas sobre a participação cubana na Reunião de Buenos Aires.

Foi eleito, durante a Assembléia Geral, o candidato brasileiro à CJI, Doutor Prado Kelly.

Comissão Especial para Estudar o Sistema Interamericano e Propor Medidas para sua Reestruturação (CEESI)

O IV Período de Sessões da CEESI (Washington, março) concentrou seus trabalhos em propostas de emendas ao TIAR e na revisão do Tratado de Soluções Pacíficas (Pacto de Bo-

gotá), apresentados à IV Assembléia Geral da OEA, em abril de 1974. Tendo em vista não haver a Comissão conseguido dar total cumprimento ao mandato que lhe foi conferido pela Resolução AG/127 (III Assembléia Geral — 1973), foi seu prazo prorrogado, com a recomendação de que fosse dada prioridade à cooperação interamericana para o desenvolvimento integral e à segurança econômica coletiva para o desenvolvimento.

O V Período de Sessões da CEESI iniciou, assim, suas atividades em junho de 1974, dividido em três subcomissões:

Subcomissão I: encarregada dos temas jurídicos e políticos, bem como de delimitar os princípios e objetivos do Sistema. Esta Subcomissão dedicou-se principalmente à reforma do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a questões relacionadas com os direitos e deveres dos Estados;

Subcomissão II: encarregada de estudar os temas referentes à cooperação para o desenvolvimento integral; esta Subcomissão examinou projetos de convênios sobre o tema, inclusive relativos à segurança coletiva para o desenvolvimento;

Subcomissão III: incumbida dos temas relativos à estrutura e administração dos órgãos do Sistema, a III Subcomissão deverá terminar seus trabalhos no início de 1975, a fim de que a CEESI possa apresentar seu relatório final aos Governos dos Estados-Membros da OEA até 15 de fevereiro de 1975.

XV Reunião de Ministros das Relações Exteriores, Atuando como Órgão de Consulta nos Termos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

Por iniciativa da Colômbia, Costa Rica e Venezuela, o Conselho Permanente da OEA, mediante Resolução aprovada por unanimidade em 20 de setembro de 1974, convocou uma Reu-

nião de Ministros das Relações Exteriores a fim de decidir "se se justifica deixar sem efeito a Resolução I da IX Reunião de Consulta, realizada em Washington em 1964", a qual, como se sabe, tendo comprovado atos que constituiam uma agressão e uma intervenção do Governo de Cuba nos assuntos internos da Venezuela, aplicou sanções àquele Governo, de conformidade com o disposto nos artigos 6.º e 8.º do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

A Resolução do Conselho, ao mesmo tempo em que procedeu àquela convocação, estabeleceu os termos de referência da Reunião de Ministros, no sentido de que ela adotasse a decisão mencionada "atenta ao respeito estrito do princípio de não-intervenção de um Estado nos assuntos de outros Estados e levando em conta a modificação das circunstâncias prevalecentes quando foram adotadas as medidas contra o Governo de Cuba". A menção, no texto resolutivo, àquele princípio básico das relações internacionais e, em particular, do Sistema Interamericano, atendeu a preocupação manifesta formalmente pelo Brasil às demais Delegações do Conselho.

Por outro lado, pela mesma Resolução, o Conselho Permanente decidiu constituir-se e atuar provisoriamente como Órgão de Consulta, de acordo com o artigo 12 do TIAR, ou seja, enquanto não se realizava a Reunião de Ministros das Relações Exteriores convocada, dedicando-se, nessa nova capacidade, à preparação dos trabalhos da Reunião. Nessa oportunidade, o Conselho ouviu exposições dos representantes do Chile e do Uruguai, que forneciam provas documentais da continuada intervenção cubana nos assuntos internos dos respectivos países.

A XV Reunião de Ministros de Relações Exteriores teve lugar em Quito, Equador, de 8 a 12 de novembro de 1974. Nela, os três países proponentes apresentaram um projeto de Resolução com o objetivo de "deixar sem efeito a Resolução I da Nona Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada em Washington, em 1964", ou seja, de levan-

tar as sanções então impostas ao Governo de Cuba. Submetido à votação o projeto, em sessão da Comissão Geral, a 12 de novembro, votaram a seu favor 12 países (Honduras, Costa Rica, Argentina, Colômbia, El Salvador, Venezuela, Equador, Trinidad e Tobago, México, Peru, Panamá e República Dominicana); três votaram contra (Uruguai, Chile e Paraguai) e seis se abstiveram (Estados Unidos da América, Guatemala, Bolívia, Brasil, Nicarágua e Haiti). Em conseqüência, não foi o projeto em apreço aprovado, por não ter obtido a maioria requerida pelo artigo 17 do TIAR, de dois terços dos Estados que tenham ratificado o Tratado correspondente a 14 votos.

Após a votação, foram formuladas, na mesma Sessão, quatro declarações explicativas do voto: a primeira, das 12 Delegações que votaram a favor do projeto; a segunda do Brasil; a terceira do Chile e a quarta do Uruguai. Os países que haviam favorecido a suspensão das sanções lamentaram que "um procedimento absurdo, contrário ao sentido democrático em que se devem inspirar os organismos internacionais, tenha obstaculizado a expressa vontade majoritária de doze Estados-Parte do TIAR..."; o Chile reiterou a afirmação de que "o Governo de Cuba continuou e continua com seus atos de intervenção nos assuntos de outros Estados americanos"; o Uruguai assinalou que a posição de seu país "deve-se exclusivamente ao fato certo, comprovado e atual de atos de intervenção da República de Cuba" em assuntos internos de seu país.

Em sua Declaração, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira, teceu considerações pertinentes ao tratamento do assunto, reafirmando a posição de que a aplicação do princípio da não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados deve ser a preocupação rigorosa de todos os Países Americanos. Ponderou o representante brasileiro não ter sido "oferecida à XV Reunião de Consulta qualquer comprovação de que se haja alterado substancialmente o comportamento do Governo sancionado", verificando-se ao contrário, que "alguns países ofe-

receram informações sobre ocorrências recentes que levariam à conclusão oposta". Nessas condições, segundo explicou, "não via o Brasil como apoiar a revogação da Resolução I, à luz das circunstâncias atuais".

IX Reunião Anual do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES)

Realizou-se em Quito a IX Reunião Ordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, no período de 10 a 16 de março destinada essencialmente a aprovar o orçamento-programa da área econômico-social e a resolver certas questões mais ou menos rotineiras. A reunião teve, entretanto, algumas características novas tais como a ausência de pronunciamentos formais e declarações solenes. Procurou-se também dar seguimento ao diálogo informal, iniciado em Tlatelolco, entre América Latina e Estados Unidos sobre temas econômicos e sociais.

Reunião do Conselho Interamericano para a Educação, a Ciência e a Cultura (CIECC)

A V Reunião Anual Ordinária do Conselho Interamericano para a Educação, a Ciência e a Cultura realizou-se em São Domingos, de 26 de janeiro a 1.º de fevereiro. Na ocasião, foram eleitos os titulares das diversas comissões daquele Organismo internacional. Cumpre destacar os seguintes assuntos, discutidos durante a reunião em apreço: a) distribuição dos fundos do Fundo Especial Multilateral do CIECC (FEMCIECC): decidiu-se observar a proporção de 50% na distribuição dos recursos do Fundo entre as áreas de educação e ciência e tecnologia; b) projetos especiais de Mar del Plata: foi aprovada regulamentação básica e complementar da Resolução de Mar del Plata; c) eleições: o professor Lindolpho de Carvalho Dias, candidato do Brasil, foi eleito para uma das três vagas de mem-

bros titulares da Comissão Executiva Permanente do CIECC (CEPCIECC). O professor Lindolpho é o representante do Conselho Nacional de Pesquisas que trata da coordenação dos projetos da OEA no Brasil, na área de ciência e tecnologia, e o responsável pela elaboração dos projetos especiais brasileiros na mesma área.

O tema de maior significado político da Conferência foi o da constituição da Comissão Executiva Permanente do CIECC (CEPCIECC). Sua inclusão na agenda da V Reunião se deve à Resolução n.º 131 da Assembléia Geral da OEA, que solicitou do CIES e do CIECC providências no sentido de ser aplicado o rodízio dos Estados-membros na constituição de suas Comissões Permanentes. Verificou-se, então, que a maioria dos Estados não tinha interesse em fazer valer a fórmula do rodízio, já que não havia o desejo de permanecer fora das Comissões Permanentes por um período prolongado. Depois de várias discussões, foi aprovado um projeto de resolução que repudiou o rodízio e registrou a insatisfação generalizada com o sistema atual, o que deixa aberto e fácil o caminho de reforma. Resta mencionar que é geralmente aceita a idéia de que, uma vez instituída a representação plena, a Presidência da CEPCIECC passe a ser ocupada, rotativamente, por períodos de três meses, por cada membro titular.

ORGANISMOS ESPECIALIZADOS DA OEA

Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA)

Dentre as principais reuniões do IICA, cabe ressaltar a XIX Reunião do Conselho Técnico Consultivo e a XII Reunião Anual da Junta Diretora, ambas realizadas em Caracas, de 15 a 18 de maio. Nas reuniões em apreço, discutiu-se o projeto de Orçamento-programa para o exercício fiscal 1974-1975 e apre-

ciou-se o relatório sobre a criação de zona das Antilhas. Por iniciativa da representação da Venezuela, foi decidida a criação do "Fundo Simón Bolivar", destinado a incrementar o desenvolvimento rural da América Latina e do Caribe. A contribuição do Governo venezuelano seria da ordem de 10 milhões de dólares, desde que, através de contribuições voluntárias dos outros países-membros do IICA, o montante do Fundo atingisse 20 milhões de dólares. Designou-se, uma Comissão de cinco membros para o estabelecimento da política, objetivos e estrutura operacional do Fundo.

Na Reunião da Comissão Permanente da Junta Diretora do Instituto, realizada em Washington, em 22 de agosto, determinou-se a escala percentual de contribuições para o IICA e procedeu-se à escolha do presidente da Comissão.

Instituto Indigenista Interamericano (III)

Realizou-se no México, em 21 de junho, a Reunião Ordinária do Comitê Executivo do III, onde foi apresentado o relatório de atividades do Instituto. Durante os trabalhos, foram aprovados o programa de atividades e o orçamento para o exercício fiscal de 1974-1975.

Instituto Interamericano da Criança (IIC)

Durante a LIV Reunião do Conselho Diretor do IIC, realizada em Washington, de 20 a 22 de agosto, procedeu-se ao estudo da reforma do estatuto do Instituto e à eleição do presidente do Conselho. O Doutor Mário Altenfelder, representante titular do Brasil à citada reunião, foi eleito para o referido cargo. Foi cancelada dívida do Governo brasileiro, relativa a quotas atrasadas de contribuição para o IIC, no valor de US$ 46.700,00, sendo aceita igual quantia, a título de doação do Brasil, para a constituição da Biblioteca do Instituto, em Montevidéu.

Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)

A XVII Assembléia da Comissão, realizada em Washington, de 16 a 27 de setembro, teve como principal objetivo a eleição das novas autoridades para o período de 1974-1976.

Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH)

Durante a realização da XV Reunião do Conselho Diretor do IPGH, na cidade do México, de 26 de junho a 5 de julho, foi ratificado acordo IPGH-OEA e aprovado o orçamento-programa para o exercício fiscal de 1974-1975. A fim de atender a recomendação da X Assembléia daquele Organismo, referente à recomposição das Seções Nacionais, constituída de representantes dos Estados-membros do IPGH, de seus objetivos, o Conselho Diretor solicitou as pertinentes providências dos Governos ali representados. No Brasil, a nova regulamentação foi objeto do Decreto n.º 74.214, de 24 de junho de 1974.

Reuniões Realizadas no Contexto do "Novo Diálogo"

Conferência de Tlatelolco

A Conferência de Chanceleres da América Latina para a Cooperação Continental, realizada em novembro de 1973 em Bogotá, aprovou o documento denominado "Bases de um novo diálogo entre a América Latina e os Estados Unidos da América", com oito temas considerados de interesse prioritário para a região.

Com base nesse documento, foi convocada a Conferência de Tlatelolco, que se realizou na cidade do México, de 18 a 23 de fevereiro. A agenda da reunião constou dos oito temas do diálogo — a saber, cooperação para o desenvolvimento, medidas coercitivas de caráter econômico, reestruturação do sis-

tema interamericano, questão do canal de Panamá, estrututra do comércio internacional e sistema monetário, empresas transnacionais, transferência de tecnologia e panorama geral das relações entre América Latina e EUA. Além disso, por sugestão do Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, foram incluídos, para a consideração dos Chanceleres, dois tópicos adicionais: revisão da situação internacional e crise de energéticos.

O documento final de Tlatelolco serviu para balizar as posições da América Latina e dos Estados Unidos sobre esses temas. Embora não visasse a resultados concretos imediatos, a Conferência ensejou a troca de pontos de vista em um quadro menos formal e mais objetivo.

Conferência dos Chanceleres do Continente

Realizou-se em Washington, nos dias 17 e 18 de abril, a Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Continente, precedida de Reunião Informal de Chanceleres Latino-Americanos, na Chancelaria da Embaixada da Argentina, naquela cidade, nos dias 16 e 17 do mesmo mês.

A Reunião Informal teve por objetivo principal a coordenação de posições comuns, com vistas ao diálogo com os Estados Unidos da América. Houve acordo no sentido de que fosse dada prioridade aos itens: estrutura do comércio internacional e sistema monetário, cooperação para o desenvolvimento e medidas coercitivas de caráter econômico, que teriam tratamento unificado. Como resultado das deliberações, foram aprovados dois documentos de trabalho, a respeito da estrutura do comércio internacional e do sistema monetário e cooperação para o desenvolvimento.

A Reunião dos Ministros das relações Exteriores do Continente deu continuidade ao "novo diálogo", iniciado na Conferência

de Tlatelolco, e tratou dos seguintes temas: estrutura do comércio internacional e sistema monetário, cooperação para o desenvolvimento, empresas transnacionais, solução da questão do Canal do Panamá, medidas coercitivas de caráter econômico e transferência de tecnologia.

Foi decidida durante a reunião a criação de dois grupos de trabalho:

1) grupo de trabalho, integrado por representantes governamentais de todos os Estados participantes, com o mandato de preparar, para submeter à consideração da Conferência de Buenos Aires, um documento que contenha os princípios de conduta que devem observar as empresas multinacionais;

2) grupo de trabalho de representantes governamentais, para estudar a possibilidade de se criar um comitê sobre ciência e transferência de tecnologia, o qual terá por objetivos a equiparação da capacidade científica com as necessidades práticas, e a superação de obstáculos ao fluxo e utilização de tecnologia no processo de industrialização.

O acordo final da reunião revelou resultados mais satisfatórios do que os que foram obtidos na Conferência do México, pela sua natureza mais positiva e concreta.

Reuniões do Grupo de Trabalho sobre Ciência e Transferência de Tecnologia de seus Subgrupos

Realizou-se em Brasília, de 24 a 28 de junho, a I Reunião do Grupo de Trabalho sobre Ciência e Transferência de Tecnologia. Entre as recomendações e decisões adotadas, deve ser assinalada a criação de 4 subgrupos, encarregados de sugerir

mecanismos e atividades apropriadas com o fim de assegurar a cooperação interamericana relacionada com os seguintes aspectos:

Subgrupo I — fortalecimento do sistema científico e tecnológico interno (a reunião foi realizada em Bogotá, de 2 a 5 de outubro);

Subgrupo II — utilização do potencial dos países desenvolvidos (reuniu-se na Cidade da Guatemala, de 23 a 27 de setembro de 1974);

Subgrupo III — transferência de Tecnologia: Essa reunião se desdobrou em duas etapas, a primeira de 20 a 24 de agosto, em Brasília, e a segunda de 7 a 11 de outubro, em Caracas;

Subgrupo IV — criação de mecanismos institucionais — reunião em Santiago, de 25 a 29 de novembro de 1974. O Subgrupo IV baseou suas tarefas principalmente nas conclusões dos outros subgrupos. Da reunião resultou um documento intitulado "Proposta latino-americana sobre programas, ações e condições", apresentado à Delegação dos Estados Unidos, que traduz o consenso latino-americano em relação a dois pontos essenciais:

a) necessidade de os Estados Unidos se definirem em termos quantitativos em sua disposição de cooperar no campo da ciência e transferência de tecnologia e b) necessidade de uma definição norte-americana no tocante às condições mínimas que devem ser atendidas previamente como base da referida cooperação.

Reuniões do Grupo de Trabalho sobre Empresas Multinacionais

Realizou-se em Washington, de 19 a 22 de agosto, a I Reunião do Grupo de Trabalho sobre Empresas Multinacionais, instituí-

do pela Reunião Informal de Chanceleres da América (Washington, de 16 a 18 de abril de 1974), com a incumbência de "analisar e avaliar as atividades das empresas multinacionais e sua participação nos países em desenvolvimento da América, bem como a influência que tais empresas possam ter nas relações internacionais". O objetivo principal do Grupo de Trabalho seria o de "preparar um documento que contenha os princípios de conduta que devem observar as empresas multinacionais". A I Reunião encerrou-se após ser adotado um consenso que reproduziu o teor das propostas elaboradas pelo grupo latino-americano, no primeiro dia de trabalhos do Grupo destinado à preparação de um programa de trabalho mais específico para reuniões seguintes.

A II Reunião do Grupo de Trabalho realizou-se igualmente em Washington (de 18 a 23 de novembro), precedida de uma reunião informal de países latino-americanos, de 13 a 15 de novembro. O objetivo desta II Reunião foi alcançado e consistiu no início de uma discussão substantiva dos temas econômicos, e na preparação do terreno para algum tipo de negociação, necessária na próxima etapa preparatória, com vistas a levar à Conferência de Buenos Aires um documento contendo um certo número de faixas de consenso.

ALALC

O Brasil manteve, no foro da ALALC, uma política construtiva e realista na defesa do papel da Associação, que constitui a mais importante e complexa experiência de cooperação econômica multilateral em curso na América Latina. Nos diversos encontros havidos, a nível técnico ou político, o Brasil considerou a integração latino-americana não como um modelo único e rígido, mas como um processo em desdobramento, que se deve adaptar à diversidade de problemas e situações dos países membros, envolvendo, portanto, os planos regional, subregional e bilateral, todos eles aspectos de uma só realidade.

As "Negociações Coletivas", previstas no Artigo 61 do Tratado de Montevidéu e no Protocolo de Caracas, de 1969, foram objeto de três reuniões, com o objetivo de decidir sobre as medidas necessárias à melhor consecução dos objetivos do Tratado de Montevidéu, para, se oportuno, adaptá-lo a uma nova etapa de integração econômica. Na primeira, realizada em Buenos Aires em agosto, examinaram-se problemas relacionados com o programa de liberação comercial, assuntos agropecuários e assuntos industriais, especialmente os acordos de complementação industrial. Na segunda reunião celebrada, em Quito, no mês de setembro, foram debatidos aspectos institucionais da ALALC, cooperação financeira e harmonização de políticas. Por fim, no mês de dezembro, concomitantemente com a XIV Conferência Ordinária das Partes Contratantes, órgão máximo da Associação, realizou-se, em Montevidéu, a Terceira Reunião das Negociações Coletivas, quando, a par da análise do **status** dos países de menor desenvolvimento relativo, procedeu-se ao exame das diversas propostas de reforma surgidas nas rodadas negociadoras anteriores.

Procurou o Brasil evitar nessas reuniões debates doutrinários e defendeu a necessidade de consenso multilateral em torno de projetos concretos que visassem à flexibilização da ALALC dentro de um conceito amplo e multi-abrangente do processo de integração latino-americano. Segundo esse enfoque, as Partes Contratantes, solidárias e soberanas, deveriam também buscar a complementação dos esforços nacionais mediante empreendimentos sub-regionais e bilaterais no quadro do tratado multilateral, que facilitassem e promovessem a integração econômica.

A multiplicidade e a complexidade dos temas abordados nas Negociações Coletivas, aliadas a reivindicações por vezes conflitantes, não permitiram se alcançasse consenso sobre a maioria dos pontos da agenda. Limitaram-se, assim, as Partes Contratantes, a decidir definitivamente sobre o adiamento para 1980 do compromisso de aperfeiçoamento da Lista Comum, cujas

concessões são irrevogáveis (Artigo 8.º do Tratado), a prorrogar por prazo mais amplo o tratamento acordado, desde 1967, ao Uruguai como país de menor desenvolvimento econômico relativo, e a retomar as Negociações Coletivas no segundo trimestre de 1975.

Negociações Tarifárias

As negociações tarifárias mais importantes, em 1974, realizaram-se no âmbito dos Acordos de Complementação Industrial, que abrangem os setores mais dinâmicos do parque manufatureiro da América Latina. Foram em número reduzido as concessões em Listas Nacionais e Listas Especiais. Em Lista Nacional, o Brasil procedeu à correção da descrição de duas concessões negociadas com o México e, em Lista Especial, outorgou rebaixas tarifárias ao Equador e ao Uruguai. Vale ainda notar que, durante a XIV Conferência Ordinária, concretizaram-se entendimentos com todos os países membros da ALALC, exceto a Venezeula, para a retirada de concessão tarifária da Lista Nacional do Brasil para o produto negro-de-fumo.

Acordos de Complementação

O Brasil, juntamente com os demais signatários de cada Acordo, participou da ampliação e renegociação dos ajustes de complementação sobre produtos das indústrias químicas derivadas do petróleo, da indústria fotográfica e da indústria de matérias corantes e pigmentos. Foram iniciados, no decorrer do ano, entendimentos com o objetivo de renegociar o programa de liberação do Acordo de Complementação n.º 15, sobre produtos da indústria químico-farmacêutica, além de empresários do Brasil, da Argentina e do México haverem elaborado projeto de ajuste de complementação sobre produtos da indústria de equipamentos de geração, transmissão e distribuição de eletricidade, a ser submetido à apreciação de seus governos.

Acordo de Complementação n.º 16 (Petroquímica)

Brasil, Argentina, Chile, México e Venezeula, signatários do Acordo n.º 16, reuniram-se em novembro/dezembro de 1974, com o objetivo de renegociar o programa de liberação desse Ajuste, que compreendia concessões temporárias, a maioria das quais expirava a 31 de dezembro daquele ano. Como resultado das negociações, os Governos participantes acordaram a ampliação do programa de liberação desse ajuste, estendendo até 31 de dezembro de 1975 a vigência das concessões outorgadas. Decidiram, por igual, o estabelecimento de novas rebaixas tarifárias para alguns produtos, bem como a ampliação do setor, mediante a incorporação de 16 novos produtos ao campo do Acordo.

Acordo de Complementação n.º 18 (Indústria Fotográfica)

Com base em recomendações empresariais, as Delegações do Brasil, da Argentina, do México e do Uruguai iniciaram no mês de agosto as negociações visando à ampliação do setor e do programa de liberação do Acordo n.º 18. Suspensas após duas semanas de deliberações, as negociações foram retomadas em novembro, quando, depois de estabelecido consenso, os governos participantes acordaram a ampliação do programa de liberação, mediante a outorga de 34 novas concessões, das quais 21 com vigência limitada.

Acordo de Complementação n.º 20 (Corantes e Pigmentos)

Os plenipotenciários do Brasil, da Argentina, do Chile e do México reuniram-se no transcurso da XIV Conferência Ordinária, com o objetivo de revisar o programa de liberação abrangendo concessões temporárias que venciam em 31 de dezembro de 1974. Fruto dessas negociações, os governos participantes de-

cidiram pela ampliação do programa de liberação, estendendo por um ano a vigência de 452 concessões para a importação de 316 especialidades de corantes e pigmentos de origem zonal.

Assuntos Financeiros e Monetários

O Brasil participou das XIV e XV Reuniões da Comissão Assessora de Assuntos Monetários e da XI Reunião do Conselho de Política Financeira e Monetária da ALALC, realizadas no decorrer de 1974. Nesses encontros foram examinados, entre outros assuntos, a criação do mercado de aceites bancários latino-americanos, o aperfeiçoamento do sistema de pagamentos e créditos recíprocos e a ampliação dos recursos e prazos do Acordo de São Domingos, mecanismo da ALALC destinado a corrigir desequilíbrios no balanço de pagamentos dos países membros resultantes de déficits no intercâmbio zonal.

Assuntos Aduaneiros

O Brasil esteve presente a reuniões de peritos em técnica e valor aduaneiro e a reuniões de diretores de escolas aduaneiras e de diretores nacionais de alfândegas. Nesses conclaves foram abordados aspectos relacionados com a harmonização dos tipos de gravames aplicáveis às mercadorias, harmonização da base de cálculo dos gravames **ad valorem,** exame de taxas e encargos análogos, treinamento aduaneiro e modernização da estrutura dos serviços aduneiros nacionais.

Assuntos de Nomenclatura Tarifária

Técnico do Conselho de Política Aduaneira representou o Brasil na XI Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura da ALALC, onde tiveram prosseguimento os estudos visando à elaboração de nomenclatura aduaneira uniforme para os países

da Zona de Livre Comércio, com vistas a simplificar a caracterização e reconhecimento alfandegário dos produtos comercializados na área da ALALC.

Assuntos Fiscais

O Brasil fez-se também representar a reuniões de peritos em dupla tributação internacional e em impostos tipo valor agregado. Nesses encontros realizaram-se sensíveis progressos quanto à definição dos critérios técnicos aplicáveis na instrumentação de tratados tributários, bem como foram discutidos aspectos ligados à tributação interna sobre bens e serviços.

TRATADO DA BACIA DO PRATA

No âmbito da Bacia do Prata, o Brasil prosseguiu em seus esforços com vistas à uma maior integração e ao desenvolvimento econômico e social da região.

Entre 10 e 12 de junho, realizou-se, em Buenos Aires, a VI Reunião de Chanceleres, que aprovou 10 resoluções, entre as quais duas sobre avaliação, reestruturação e aperfeiçoamento do processo de integração da Bacia. Foi aprovado, na ocasião, o Convênio Constitutivo do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata.

Realizaram-se, ainda, durante 1974, por convocação do Comitê Intergovernamental Coordenador (CIC), três reuniões do Grupo de Peritos, em Buenos Aires, a saber:

— V Reunião de Grupos de Peritos do Projeto A-4 (Navegação), de 24 a 27 de setembro: no curso da qual os peritos receberam o projeto do PNUD sobre balizamento dos rios da Bacia e trocaram informações sobre trabalhos de melhoria da navegação, levados a cabo pelos países membros;

— II Reunião do Grupo de Peritos do Projeto A-5a (Transportes), de 5 a 8 de novembro: examinou vários temas relativos a interconexões rodoviárias e ferroviárias entre os países da região;

— II Reunião do Grupo de Peritos do Projeto A-5b (Comunicações), de 12 a 14 de novembro: sugeriu a adoção de medidas pelos Governos interessados tendentes a estabelecer as interconexões dos sistemas de telecomunicações dos países da região.

ÁFRICA, ÁSIA, OCEANIA E ORIENTE PRÓXIMO

ÁFRICA

Em 1974, a política externa brasileira na África foi definida como prioritária, de importância comparável à política seguida em relação à América Latina.

Significava essa prioridade, em primeiro lugar, desenvolver e fortalecer as já tradicionais relações do Brasil com os Estados da África Negra independentes desde o início da década dos sessenta, particularmente os da parte ocidental do Continente. Em segundo lugar, a nova política implicava em identificar e explorar pontos de convergência com o nacionalismo africano nas últimas colônias no Continente — os países de expressão portuguesa. Significava também compreender e apoiar as tradicionais reivindicações africanas nos países sob controle de regimes de maioria branca.

Essa política visava, portanto, à aproximação com um Continente definido como a "nossa fronteira oriental", conforme os princípios sempre defendidos pela diplomacia brasileira de respeito à autodeterminação e à não-intervenção em assuntos internos de nações soberanas.

Ainda em fevereiro de 1974, por oportunidade da visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, Oiko

Arikpo, foi afirmada a adesão do Governo brasileiro ao princípio da autodeterminação dos povos nos últimos territórios africanos ainda sob regime colonial.

Ao assumir a Presidência da República, em março, o Presidente Ernesto Geisel determinou com clareza a nova prioridade a ser concedida à política brasileira com relação à África. O Itamaraty, assim, definiu a sua linha de reconhecimento do direito à independência dos territórios de expressão portuguesa.

Esse apoio — expresso já antes dos acontecimentos do 25 de abril em Portugal e do início da descolonização da África sob controle lusitano — tornou-se particularmente importante em relação à Guiné-Bissau.

Efetivamente, em 18 de julho o Brasil reconheceu a independência da Guiné-Bissau, antecipando-se a Portugal e ao mundo ocidental de modo geral. O reconhecimento pelo Brasil da independência da primeira nação de expressão portuguesa a tornar-se livre nos últimos 150 anos adquiriu uma dimensão especial.

Em setembro, é criada a Embaixada em Guiné-Bissau, com sede em sua capital. Na mesma linha de estreitamento das relações com a África, foram também criadas Missões diplomáticas brasileiras no Gabão, Serra Leoa, Maurício e República da Guiné, valendo-se do processo da cumulatividade, num desejo de interação não só na área bilateral, mas também de concerto de atitudes nos foros internacionais.

Em novembro, o Chanceler brasileiro visitou o Senegal, em missão que não se esgotaria na simples retribuição da visita do Ministro do Planejamento senegalês ao Brasil, em janeiro. Era uma visita ao Senegal e à África e os pronunciamentos do Ministro de Estado brasileiro foram uma consolidação da posição nacional em relação ao processo de descolonização,

preconizando a independência plena e inequívoca, a defesa da integridade territorial e o livre desenvolvimento econômico-cultural dos novos Estados, com a colaboração do Brasil.

Durante a sua permanência em Dacar, o Ministro de Estado reuniu todos os Chefes de Missões diplomáticas brasileiras na África, para uma Conferência em que foram discutidas e analisadas as perspectivas da África subsaárica, notadamente dos territórios em vias de emancipação, e estruturada uma presença mais atuante do Brasil no processo.

Da delegação brasileira se destacaria missão composta de diplomatas que nos dias subseqüentes viajariam a Dar-es-Salaam, Kinshasa e Luanda a fim de se entrevistar com os líderes dos movimentos de liberação de Angola e Moçambique. Essa missão, cujo principal objetivo era o de estabelecer relações com os futuros dirigentes de ambos os países, permitiu aos representantes brasileiros assegurar aos seus interlocutores o propósito de manter o Governo com eles uma estreita colaboração, baseada em laços históricos e aspirações comuns. Neste particular, o Brasil está empenhado em dispensar àquelas nações, tão logo adquiram a sua independência, toda a cooperação e assistência que forem do seu alcance.

Simultaneamente, o Brasil manteve e fortaleceu nas Nações Unidas a sua já tradicional posição de apoio às teses africanas em matéria de descolonização. Esse apoio ganhou importância na medida em que as resoluções relativas à Rodésia e à Namíbia adquiriram uma nova dimensão diante da descolonização de Angola e Moçambique, Estados vizinhos daqueles dois territórios.

Efetivamente, as resoluções das Nações Unidas nesse particular perderam o caráter algo acadêmico que até então as caracterizava para se tornarem efetivos instrumentos políticos.

Partiu também da Delegação brasileira um projeto da resolução, aprovado, que estabeleceu bases concretas para assis-

tência no campo econômico, financeiro e técnico, por parte dos organismos especializados das Nações Unidas dos territórios já independentes de expressão portuguesa e aos que se tornariam independentes no curso de 1975. Na ocasião comprometeu-se o Brasil a distribuir bolsas de estudo a estudantes de território não-autonômos.

ORIENTE PRÓXIMO

O ano de 1974 testemunhou notável incremento das relações entre o Brasil e os países do Oriente Próximo, tanto no plano político quanto no econômico. Este incremento se reflete na expansão da presença diplomática brasileira naquela importante região.

Como resultado da visita ao Brasil, em junho de 1973, do Chanceler Omar Al- Sakkaf, do Reino da Arábia Saudita, o Brasil, em novembro daquele ano, instalou Embaixada em Jeddah, havendo a Arábia Saudita instalado Embaixada em Brasília em julho de 1974. Em uma segunda visita do Ministro Al-Sakkaf ao Brasil, em setembro de 1974, estreitaram-se ainda mais os laços de amizade entre os dois países e foi criada a Comissão Mista Coordenadora Brasil—Arábia Saudita, destinada, nos termos do Comunicado Conjunto então divulgado, a criar uma estrutura para o desenvolvimento da cooperação bilateral. Precedida de contatos em nível técnico, a primeira reunião da Comissão Mista Coordenadora realizou-se, em nível ministerial, em novembro de 1974, na capital saudita. Foram iniciados, na oportunidade, entendimentos de grande importância para ambos os países no terreno da cooperação econômica, em bases de complementaridade e interesse recíproco.

A instalação de Embaixada do Brasil na capital do Estado do Coveite, em fins de 1973, ao nível de Encarregado de Negócios Residente, em caráter cumulativo com a Embaixada de Jeddah, respondeu, igualmente, ao interesse dos dois países em se aproximarem. Da missão de empresários e banqueiros árabes

que visitou o Brasil, em fins de julho de 1974, fizeram parte autoridades proeminentes da administração coveitiana, empenhadas na captação de oportunidades de investimentos na economia brasileira. A mesma missão ministerial que visitara a Arábia Saudita, em novembro de 1974, esteve também no Coveite e ali manteve contatos com vistas ao estabelecimento de um programa de cooperação econômica, a ser implementado com base na complementação das economias dos dois países em mútuo benefício.

Ainda no quadro da evolução do relacionamento entre o Brasil e o Oriente Próximo, o Governo brasileiro, em 1974, estabeleceu relações diplomáticas com os Governos dos seguintes países: Estado de Catar, Estado de Bahrein, Emirados Árabes Unidos e Sultanato de Oman, criando Missões diplomáticas em Doha, Manamah, Abu Dhabi e Muscate, respectivamente, em caráter cumulativo com a Embaixada em Jeddah.

As relações entre o Brasil e a República Árabe da Líbia experimentaram novo impulso com a instalação de Embaixada em Trípoli, em abril de 1974, seguida da visita ao Brasil, em julho, do Senhor Ezzedine Mabrouk, Ministro do Petróleo líbio, e da assinatura, em setembro, de contrato pelo qual a Braspetro foi autorizada a pesquisar e explorar petróleo naquele país. Estão em curso negociações para a implantação de importantes programas no âmbito da cooperação econômica entre os dois países.

A partir da instalação de Embaixada em Bagdá, em fins de 1973, adquiriram também novo dinamismo as relações entre o Brasil e a República do Iraque, as quais foram intensas e profícuas no decurso do ano seguinte, sobretudo no campo da colaboração econômica. Atendendo a convite do Governo iraquiano, o Governo brasileiro se fez representar especialmente, em 1974, nas cerimônias comemorativas das Revoluções de 14 e 17 de julho. Em outubro, a Braspetro deu início à fase de perfuração de área em território iraquiano onde fora autorizada a pesquisar e explorar por contrato assinado em agosto de 1972.

Desenvolveram-se, em 1974, as relações entre o Brasil e a República Argelina Democrática e Popular. Nos termos de contrato assinado em começo do ano, a Braspetro foi autorizada a realizar trabalhos de pesquisas e exploração de petróleo em território argelino, havendo instalado escritório em Argel, enquanto a Sonatrach, empresa estatal de petróleo da Argélia, estabeleceu filial brasileira na cidade de São Paulo. Em atenção a convite do Governo da Argélia, o Governo brasileiro designou Missão Especial, chefiada pelo Ministro dos Transportes, para representá-lo nas festividades comemorativas do XX Aniversário da Revolução de Primeiro de Novembro. Ainda em novembro, visitou o Brasil importante delegação governamental argelina, para acertar pormenores a respeito de projetos de cooperação entre os dois países no campo dos transportes, inclusive no que se refere ao incremento da prestação, na Argélia, de serviços de engenharia civil por parte de empresas brasileiras de reconhecida capacidade tecnólogica no ramo.

Em janeiro de 1974, visitou o Brasil o Chanceler da República Libanesa, Senhor Fouad Naffah, em Missão Especial da Liga dos Estados Árabes destinada a esclarecer a posição dos países que representava no que respeita ao conflito árabe-israelense. A visita do Chanceler libanês serviu para estreitar ainda mais os fraternais laços de amizade que sempre uniram o Brasil ao Líbano e para reforçar vínculos que historicamente se alicerçam nas próprias origens de ponderável parcela do povo brasileiro. Em agosto, esteve no Brasil missão empresarial, organizada em Beirute, de representantes dos meios financeiros de diferentes países árabes, com o objetivo de identificar áreas de interesse para o investimento de capitais.

Ativaram-se, outrossim, as relações com os demais Estados da região. No que concerne ao intercâmbio comercial, foram atingidos montantes apreciáveis, evidenciando-se a penetração do exportador nacional em mercados de grande importância para a nossa economia. De resto, pôde observar-se a existência de um ponderável equilíbrio de trocas na maioria dos

casos, o que tende a estimualar de modo pronunciado o progresso de uma cooperação econômica de amplitude crescente com os países da área.

A propósito do comércio, o intercâmbio com o Irã superou os US$ 100 milhões nos dois sentidos, enquanto os totais relativos ao comércio com a Tunísia, o Marrocos, a Síria e o Egito alcançavam, respectivamente, US$ 91 milhões, US$ 66 milhões, US$ 40 milhões, e US$ 33 milhões. Entretanto, os maiores movimentos comerciais foram atingidos no intercâmbio com a Argélia e a Líbia, girando em torno de US$ 325 milhões para ambos os casos. Releva notar, contudo, que a balança comercial com a Argélia apresenta parcelas ponderáveis tanto nas importações, o que não ocorre no que respeita ao comércio com a Líbia, onde as nossas importações predominam de forma acentuada sobre as exportações. Por sua vez, o intercâmbio com a Jordânia ainda apresentou montante inferior às suas potencialidades reais: as nossas exportações corresponderam a pouco mais de US$ 300 mil.

Por fim, quanto a Israel, a balança comercial alcançou US$ 30 milhões nos dois sentidos, com as exportações em US$ 13,7 milhões e as importações em US$ 16,3 milhões.

Com relação à questão do Oriente Próximo, o Governo brasileiro reiterou sua oposição à ameaça ou uso da violência nas relações internacionais, inclusive à ocupação de territórios pela força, e declarou seu apoio aos legítimos direitos do povo palestino à autodeterminação e à soberania, condições essenciais a uma paz justa e duradoura na região.

ÁSIA E OCEANIA

JAPÃO

A visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Japão, Senhor Kakuei Tanaka, foi o acontecimento mais relevante, em 1974, nas relações nipo-brasileiras.

Acompanhado de sua comitiva, o Ministro Kakuei Tanaka permaneceu no Brasil de 18 a 21 de setembro, quando manteve, por duas vezes, encontros com o Presidente Ernesto Geisel. Foram, nessas oportunidades, examinados diversos temas da atualidade política internacional de interesse para os dois países e discutidos os aspectos mais relevantes das relações bilaterais.

O Primeiro-Ministro do Japão visitou Ipatinga, em Minas Gerais, tendo oportunidade de observar os trabalhos para a ampliação das instalações da Usiminas, e manteve contato com a comunidade nipo-brasileira em São Paulo e na Guanabara. Em Brasília, o Chefe do Governo japonês entrevistou-se com os Presidentes do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal. Uma Declaração Conjunta foi divulgada por ocasião da visita.

Cabe destacar que, durante a estada do Primeiro-Ministro Kakuei Tanaka no Brasil, foram assinados dois acordos com vistas ao estabelecimento de importantes projetos industriais, um relativo à execução de empreendimento para a exploração de alumínio na região amazônica e outro relacionado à produção de polpa e papel no Estado do Espírito Santo.

Em maio de 1974 realizou-se, no Rio de Janeiro, a Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil-Japão. Os entendimentos havidos foram confirmados por troca de notas. O Brasil obteve uma quarta freqüência para a Viação Aérea Rio-grandense (VARIG) na Rota Rio-Tóquio. Por outro lado, a Japan Air Lines (JAL) passará a operar no Brasil, possivelmente em 1975.

Criado em Tóquio, em 1973, realizou-se no Rio de Janeiro, de 19 a 20 de agosto de 1974, a 1.ª Reunião Plenária do Comitê Empresarial Nipo-Brasileiro. A delegação japonesa estava chefiada pelo Senhor Tomisaburo Hirai, Presidente da Nippon-Steel Corp.

Diversas missões japonesas visitaram o Brasil em 1974, cabendo destacar a missão da "Japan Housing Industry Association" integrada por representantes de importantes empresas da construção civil do Japão. A missão japonesa entrevistou-se com autoridades do Banco Nacional da Habitação, em São Paulo.

Uma missão de parlamentares japoneses visitou o Brasil, em agosto de 1974. A delegação parlamentar entrevistou-se com os Ministros da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e das Minas e Energia, mantendo também contato com parlamentares brasileiros.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Visitou o Brasil, em agosto, Missão Comercial da República Popular da China, chefiada pelo Senhor Chien-Chieh, Vice-Ministro do Comércio Exterior.

Durante a estada da Missão da República Popular da China no Brasil foi assinado, em 15 de agosto, o Comunicado Conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.

O Ministro Chien-Chieh avistou-se durante sua permanência no Brasil com o Senhor Presidente da República, o Ministro de Estado-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República e com os Ministros das Relações Exteriores, Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, da Agricultura e da Indústria e do Comércio. A Missão visitou os Estados do Espírito Santo, Bahia e São Paulo.

Foram realizadas, no Itamaraty, reuniões de trabalho durante as quais a Missão chinesa e autoridades brasileiras examinaram assuntos relativos a normalização das relações diplomáticas e as possibilidades de ampliar o intercâmbio comercial entre os dois países.

No final das conversações foi assinada, pelo Ministro das Relações Exteriores e pelo Vice-Ministro Chien-Chieh, a Ata Final sobre os entendimentos havidos a respeito dos diversos temas versados.

Dando prosseguimento às conversações, Missão Comercial Governamental brasileira, composta de representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Indústria e do Comércio e do Instituto do Açúcar e do Álcool, visitou a República Popular da China, em novembro de 1974. Foi concluído um acordo plurianual de venda de açúcar, o primeiro contrato direto entre os dois Governos.

O processo de intensificação das relações entre o Brasil e a República Popular da China consolidou-se com a criação da Embaixada do Brasil em Pequim pelo Decreto n.º 74.938, de 21 de novembro de 1974. Em 18 de dezembro chegou a Brasília o primeiro grupo de representantes chineses no nosso país, chefiado pelo Conselheiro Wang Pen-tso.

INDONÉSIA

A Embaixada do Brasil na República da Indonésia, cumulativa desde 1970 com Bangkok, foi reaberta (pelo Decreto n.º 74.159, de 7 de junho) com sede em Jacarta.

Visitou o Brasil, de 29 a 31 de outubro, o Senhor Muhammad Jusuf, Ministro da Indústria da Indonésia. Durante sua estada no Brasil o Ministro Jusuf visitou o parque automobilístico de São Paulo e entrevistou-se com o Ministro da Indústria e do Comércio.

BANGLADESH

Com o restabelecimento da estabilidade política no subcontinente asiático, o Brasil, em 15 de maio de 1972, reconheceu

a República Bengala e, pelo Decreto n.º 74.263, de 8 de julho de 1974, criou a Embaixada do Brasil em Daca.

Em agosto o Governo brasileiro fez uma doação de medicamentos e vacinas para socorrer às vítimas das inundações que assolaram o território bengalês.

ÍNDIA

A convite do Governo, visitou o Brasil o Senhor Surendra Palsingh, Ministro de Estado dos Negócios Exteriores da Índia. Durante sua permanência, de 30 de maio a 4 de junho, o Ministro indiano avistou-se com os Ministros das Relações Exteriores, Indústria e do Comércio, das Minas e Energia, Governador do Estado de Goiás, Presidente da Petrobrás e Comissão Nacional de Energia Nuclear.

O Ministro Singh visitou ainda Goiânia e, como convidado do Governo do Estado de Goiás, percorreu a II Exposição Nacional de Campos, tendo a oportunidade de observar a perfeita adaptação do gado indiano no Brasil.

Por sua vez, o Ministro do Comércio da Índia, Senhor Debi Prasad Chattopadhyaya, acompanhado dos Senhores Y.T. Sha, Secretário Geral do Ministério do Comércio, e S. Romachaudran, Presidente da "Minerals and Metpls Trading Corp", visitaram o Brasil em outubro de 1974.

PAQUISTÃO

Como enviado especial do Primeiro-Ministro do Paquistão, esteve em visita ao Brasil, no mês de setembro, o Rajá Tridiv Roy, Ministros dos Negócios das Minorias e do Turismo do Paquistão. Em nosso país, além de manter contato com a Embratur, o Ministro paquistanês foi recebido pelo Senhor Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores.

Visitou oficialmente o Brasil, de 25 a 29 de junho, o Senhor Senador Donald Robert Willesee, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália.

Durante sua estada o Ministro Willesee entrevistou-se com os Ministros das Relações Exteriores, da Indústria e do Comércio.

Também visitaram o Brasil o Senador Reginald John Turnbull, em abril; e o Senhor Ministro Rupert James Hamer, **Premier** do Estado de Victoria e Ministro da Cultura, em junho.

De 18 a 30 de maio aqui veio missão exploratória de investimentos da Austrália, integrada por 7 representantes dos setores público e privado daquele país e chefiada pelo Senhor P.J. Dixon, Primeiro-Secretário Adjunto do Departamento de Comércio Exterior australiano.

A Missão, que visitou Manaus, Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, teve como objetivos a tomada de contato com a realidade econômica brasileira e a identificação das áreas mais promissoras para o investimento direto australiano, no nosso país. Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores promoveu, em Brasília, um seminário sobre o desenvolvimento brasileiro, com a colaboração dos Ministérios da Agricultura, Minas e Energia, Indústria e do Comércio, Interior (Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia e do Desenvolvimento do Nordeste), Fazenda (Banco Central do Brasil) e da Secretaria de Planejamento.

Por sua vez, esteve em visita à Austrália, em abril, o Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul, Senhor Edgar Trio Simm. O objetivo da viagem foi, notadamente, o de assistir ao "ROYAL EASTER SHOW", de Sydney, bem como obter informações para a organização da II Exposição Internacional de Pecuária de Porto Alegre.

EUROPA

EUROPA OCIDENTAL

No âmbito das relações bilaterais entre o Brasil e a Europa Ocidental, 1974 constituiu ano em que se puderam identificar numerosas áreas de convergência. Foram marcadas por particular atividade diplomática as relações do Brasil com Portugal, República Federal da Alemanha e Espanha.

Quanto ao primeiro país, notou-se o reforço dos vínculos já existentes, mercê da visita feita pelo Chanceler Azeredo da Silveira a seu colega português, em dezembro de 1974. No tocante à República Federal da Alemanha e à Espanha, os laços de amizade foram consideravelmente estreitados, por uma série de iniciativas, tais como: visitas de personalidades governamentais, de delegações a nível governamental e privado, além de reuniões de Comissões Mistas.

Siderbrás

No segundo semestre de 1974, realizou a Siderbrás, através do Itamaraty, uma série de contatos com as Missões diplomáticas em Brasília, com o fito de verificar as condições de financiamento para a implantação da terceira fase do Plano de Ex-

pansão da Siderurgia brasileira. Em etapa subseqüente, enviou uma Missão composta de membros diretores das principais usinas nacionais aos principais centros de siderurgia mundial. Essa Missão, no que concerne à Europa Ocidental, visitou a República Federal da Alemanha, França, Áustria e Reino Unido, com o objetivo específico de promover a participação de capitais e equipamentos daqueles países na execução do referido Plano.

Comércio de Carnes e Inspeção Sanitárias

No campo das exportações de carnes, a atuação do Itamaraty voltou-se, principalmente, para o levantamento, nos países da Europa Ocidental, de barreiras de caráter higiênico sanitário aos produtos brasileiros. Para tanto, trabalha em estreita colaboração com o Ministério da Agricultura, através do Departamento Nacional de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

De acordo com a prática adotada nas exportações de carnes brasileiras para vários mercados importadores europeus, estiveram no Brasil, durante o ano de 1974, duas missões (britânica e sueca) de inspetores veterinários com o objetivo básico de verificar as condições sanitárias dos frigoríficos nacionais habilitados à exportação de carnes e derivados.

Ambas as visitas apresentaram resultados bastante positivos. Os inspetores veterinários ingleses ficaram favoravelmente impressionados com os esforços que vêm sendo feitos no Brasil, não só no que tange ao combate à febre aftosa, mas também com relação ao controle sanitário federal efetuado nos próprios frigoríficos.

Os veterinários britânicos concordaram em incluir na lista de estabelecimentos autorizados a exportar para o Reino Unido todos aqueles frigoríficos dedicados à elaboração de carne bovina, exceto conservas, que vierem a ser indicados como aptos pelo Ministério da Agricultura.

Da mesma forma, na primeira visita oficial realizada por autoridade veterinária sueca a frigoríficos brasileiros, o inspetor sueco, Doutor Linderholm, levou a melhor das impressões dos estabelecimentos nacionais que teve oportunidade de percorrer. Em vista disso, muito embora sua vinda ao país se tenha prendido inicialmente à verificação de estabelecimentos ligados à produção de produtos de origem eqüina, o veterinário sueco dispôs-se a recomendar às autoridades de seu país a aprovação não só dos frigoríficos especializados em eqüinos, como daqueles que operam com conservas de carne bovina, bastando, para tanto, que sejam considerados pelo Ministério da Agricultura em condições de exportar para a Suécia.

Durante o ano de 1974, foi possível aumentar quase todas as listas de frigoríficos autorizados a exportar para a Europa Ocidental. O quadro a seguir dá uma idéia dessa evolução, por países, a partir de 1969.

Países	**N.º de Frigoríficos Credenciados**		
	1969	**1973**	**1974**
Países Baixos	27	28	32
Itália	8	39	42
Reino Unido	8	20	21
Rep. Fed. da Alemanha	3	9	10
França	16	46	44
Áustria	0	9	10
Bélgica	44	73	82
Suíça	44	73	82
Espanha	44	73	82
Portugal	44	73	82

O ano de 1974 registrou como acontecimento da maior importância nas relações teuto-brasileiras as reuniões, em Brasília, das Comissões Mistas de cooperação científica e tecnológica e econômica e as visitas de altos dignatários alemães ao Brasil. Realizou-se nos dias 23 e 24 de julho de 1974, no Palácio Itamaraty, em Brasília, a Quarta Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica. A Delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Secretário-Geral das Relações Exteriores, e a alemã pelo Senhor Hans-Hilger Haunschild, Secretário de Estado do Ministério Federal de Pesquisa e Tecnologia.

Com base no Acordo Intergovernamental sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico vigente entre os dois países, foi assinado durante a reunião um Convênio Especial, concluído entre o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), do Brasil, e o Serviço de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), da Alemanha, para o intercâmbio de cientistas brasileiros e alemães de alto nível.

Foi assinado, ainda, um Adendo Complementar ao Convênio Especial concluído entre o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), do lado brasileiro, e a Sociedade de Matemática e Processamento de Dados (GMD), do lado alemão, com o objetivo de incluir a Comissão de Coordenação de Atividades de Processamento Eletrônico (CAPRE) no programa da cooperação no setor de processamento de dados.

A Comissão examinou os relatórios dos coordenadores encarregados dos vários campos de cooperação, bem como dispôs-se a desenvolver novos programas nos setores da irradiação de componentes de combustível nuclear, da oceanografia, da prospecção do carvão e de sua utilização na carboquímica.

A Primeira Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica realizou-se, no Itamaraty, nos dias 20 e 21

de agosto, na presença dos Secretários-Gerais dos Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e da República Federal da Alemanha.

A Comissão examinou amplamente as condições oferecidas pelo Brasil aos investimentos estrangeiros, os incentivos criados pelo Governo brasileiro no quadro de sua política industrial, as possibilidades de formação de "joint ventures" entre empresas alemãs, de pequeno e médio porte, com suas congêneres brasileiras.

A Comissão aprovou um Regimento que prevê a realização de uma reunião plenária anual, de reuniões trimestrais de cada uma das seções nacionais, bem como a criação de um Secretariado Permanente de cada Seção Nacional, incumbidos de manter a continuidade do trabalho da Comissão.

Com a finalidade de dar imediata aplicação às suas decisões, a Comissão criou dois Grupos de Trabalho, respectivamente, sobre a formação de "joint ventures" e sobre a transferência de pequenas e médias empresas para o Brasil.

Coube, também, ao Itamaraty acompanhar as comemorações do Sesquicentenário da Imigração Alemã no Brasil, realizadas no transcorrer de 1974, no Rio Grande do Sul. O ponto culminante dos festejos ocorreu no mês de julho, tendo vindo ao Brasil diversas personalidades da República Federal da Alemanha.

As seguintes autoridades do Executivo alemão visitaram o Brasil no transcorrer do ano de 1974:

> Senhor Hans-Hilger Haunschild, Secretário de Estado do Ministério Federal de Pesquisa e Tecnologia, presidiu as reuniões da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica e participou das comemorações do Sesquicentenário da Imigração Alemã em Porto Alegre, tendo permanecido no Brasil de 20 a 27 de julho;

Doutor Bernhard Vogel, Ministro da Educação e Cultura do Estado da Renânia-Palatinado, participou dos festejos do Sesquicentenário da Imigração Alemã em Porto Alegre e manteve contato com diversas autoridades ministeriais brasileiras, tendo permanecido no Brasil de 23 a 27 de julho;

Doutor Hans-Georg Sachs, Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, manteve contato com autoridades ministeriais brasileiras e presidiu a sessão de instalação da I Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, tendo permanecido no Brasil de 19 a 23 de agosto;

Senhor Joseph Ertl, Ministro da Agricultura da República Federal da Alemanha, manteve contato com diversas autoridades ministeriais brasileiras, tendo permanecido no Brasil de 27 a 31 de agosto;

Doutor Hans Friedrichs, Ministro da Economia da República Federal da Alemanha, entrevistou-se com autoridades ministeriais brasileiras, tendo permanecido no Brasil de 6 a 8 de setembro;

Almirante Armin Zimmermann, Inspetor-Geral das Forças Armadas da República Federal da Alemanha, visitou os Estados da Guanabara, São Paulo e Santa Catarina e o Distrito Federal onde manteve contato com autoridades civis e militares brasileiras, tendo permanecido no Brasil de 16 a 23 de novembro.

ÁUSTRIA

A Áustria foi um dos países visitados pela Missão Siderbrás. Segundo as informações recebidas até o presente, terá sido o único país da Europa Ocidental que já manifestou, formalmente,

sua disposição no sentido de participar da expansão da siderurgia brasileira, através do fornecimento de crédito no valor de US$ 100 milhões, 90% dos quais financiados em doze anos.

Por outro lado, mantiveram-se contatos referentes ao Sesquicentenário da Colonização e Imigração alemãs, com a viagem de representante do Estado do Rio Grande do Sul àquele país, Senhor Osvaldo Goidanich.

CHIPRE

A propósito da crise de Chipre, iniciada em julho de 1974 com a deposição do Arcebispo Makarios, o Brasil, por intermédio de seu Representante Permanente nas Nações Unidas, fez circular, como documento oficial do Conselho de Segurança, carta dirigida ao Presidente daquele órgão, na qual ficou registrada sua posição com a afirmação de que "desde dezembro de 1963, tem apoiado sistematicamente todas as medidas que visam a resguardar a soberania, a independência e a integridade territorial do Chipre". Do mesmo modo, apoiou, na Assembléia Geral, o projeto de resolução apresentado pelos países não-alinhados, no sentido de fazer respeitar, também, o não-alinhamento de Chipre; de propor a retirada de tropas estrangeiras; de deixar os problemas constitucionais entregues às duas comunidades da ilha; enfim, considerando que devem continuar os contatos entre aquelas comunidades, bem como as negociações dentro da estrutura das Nações Unidas e a cooperação para com a UNFICYP.

DINAMARCA

Realizou-se, a 23 de outubro de 1974, em Uglemose, conferência promovida pelo Handelsbanken. Na ocasião, firmas dinamarquesas interessadas em investir no exterior receberam orientação de peritos brasileiros sobre as condições para se estabelecerem no Brasil.

Realizou-se em São Paulo, no período compreendido entre 14 e 23 de maio, a Feira "España 74", a que compareceram os Ministros espanhóis da Indústria, Alfredo Santos Blanco, e do Comércio, Nemésio Fernandez-Cuesta.

O Ponto alto das relações hispano-brasileiras foi, sem dúvida, a primeira reunião da Comissão Mista Brasil—Espanha, celebrada entre 11 e 14 de novembro no Palácio Itamaraty.

Para melhor tratamento do temário, foram constituídas as seguintes Subcomissões: I — Previdência Social; II — Cultural; III — Econômico-Financeiro-Comercial; IV — Cooperação Técnica e Energia Nuclear; V — Coordenação e Redação.

Dentre os inúmeros projetos examinados no decorrer da reunião, vale mencionar a possível negociação de Acordo Comercial e de Cooperação Econômica. Essa iniciativa, ao lado da realização de consultas informais visando à proteção de produtos brasileiros e espanhóis contra medidas restritivas adotadas por países industrializados, tornará mais eficaz a cooperação econômica entre Brasil e Espanha.

Ainda no âmbito das relações econômicas, discutiu-se a transformação em Agência do Escritório do Banco do Brasil em Madri. Quanto à energia nuclear, ficou prevista ampla cooperação bilateral, consistente na troca de informações, técnicos, "know-how" e outros.

No quadro da cooperação técnica, examinaram-se a continuidade da assistência espanhola à Universidade do Trabalho em Porto Alegre e o programa para concessão de bolsas de estudo na Espanha para aperfeiçoamento na área do treino vocacional. Finalmente, foram discutidos projetos sobre irrigação, luta contra as secas, caprinocultura e outros.

A Subcomissão Cultural propôs-se ativar uma série de iniciativas, tais como o intercâmbio de professores, organização de exposições, concessão de prêmios e facilidades para o reconhecimento de títulos universitários.

No decorrer da reunião, foram rubricados pelos Chefes das Delegações o Acordo Administrativo para a Aplicação do Convênio Hispano-Brasileiro sobre Previdência Social, o Acordo Complementar ao Convênio de Cooperação Social para o Aperfeiçoamento de Dirigentes, Instrutores e Peritos das Instituições Brasileiras de Formação Profissional, o Acordo de Assistência Técnica Complementar ao Convênio de Cooperação Social entre o Brasil e a Espanha para a Implementação da II Fase de Assistência Técnica à Universidade de Porto Alegre e o Convênio de Co-Produção Cinematográfica.

Na sessão de encerramento da reunião, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Antonio F. Azeredo da Silveira e o Embaixador da Espanha, Senhor José Perez del Arco, assinaram a "Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de imposto sobre a renda entre os dois países".

FINLÂNDIA

No decorrer do segundo semestre de 1974, a Embaixada da Finlândia em Brasília encaminhou ao Itamaraty proposta para a realização de um Simpósio sobre Desenvolvimento Florestal, a efetuar-se no Brasil em meados de 1975, com o patrocínio do Banco da Amazônia S.A.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, através de sua Embaixada em Brasília, solicitou ao Itamaraty que transmitisse convite para visitar aquele país às seguintes personalidades: Doutor Hugo de Almeida, Superintendente da SUDAM, Doutor Francisco de Jesus Penha, Presidente do Banco da

Amazônia S.A., e Professor Aloysio da Costa Chaves, Governador eleito do Estado do Pará.

O referido convite tem por objetivo oferecer amplo conhecimento da economia e exploração florestais finlandesas, bem como de aspectos técnicos e financeiros relativos à transferência de "know-how", de máquinas e equipamentos e, ainda, à participação daquele país nos planos de industrialização da Amazônia. Até o momento ficou acertada apenas a visita do Governador eleito do Pará, a ser efetuada em janeiro de 1975, acompanhado de um grupo de empresários paraenses.

FRANÇA

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira, aceitou convite oficial do Governo francês para visitar a França, em data a ser marcada durante o ano de 1975.

Entre as atividades do Itamaraty, em 1974, relacionadas com a França, destacou-se a preparação das visitas que realizaram ao Brasil, respectivamente, nos períodos de 26 de abril a 12 de maio e de 27 de maio a 6 de junho, as delegações do "Centre des Hautes Études de l'Armement" e do "Centro des Hautes Études Militaires".

Constituídas por considerável número de oficiais superiores das Forças Armadas Francesas, as referidas missões visitaram diversas capitais brasileiras (Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, entre outras), onde mantiveram contatos com autoridades federais e estaduais e com destacadas personalidades dos organismos públicos do País.

GRÉCIA

Prosseguiram os entendimentos com vistas à conclusão de um Acordo Comercial que virá a substituir o Acordo Provisório de

Comércio e Pagamentos, de 30 de julho de 1960. O Acordo de 1960 prevê o pagamento das operações comerciais através de um mecanismo de "clearing"; ao passo que, no futuro Acordo, os pagamentos passarão a ser efetuados em divisas de livre conversibilidade.

O Governo brasileiro apresentou, em setembro último, contra-proposta ao projeto inicial, já aceita pela Grécia, devendo, assim, ser assinado brevemente o novo Acordo.

ITÁLIA

Em janeiro, realizou-se no Centro de Coordenação da Campanha contra a Febre Aftosa reunião que teve por objetivo a construção de uma fábrica de vacinas pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás (CODEG), em colaboração com a sociedade italiana Italconsult. O Itamaraty tem providenciado o encaminhamento às autoridades veterinárias italianas, de informes quinzenais da Coordenação de Combate à Febre Aftosa do Ministério da Agricultura.

No período de 16 a 26 de março, no Parque Anhembi, em São Paulo, realizou-se a Mostra Industrial Italiana. A feira alcançou grande êxito e a quantia obtida com a venda das máquinas expostas atingiu a cifra de aproximadamente US$ 4.615 mil dólares.

Em 8 de maio, veio ao Brasil o Engenheiro Niccolò Gioia, Diretor-Geral da FIAT, para acompanhar o desenvolvimento das obras de instalação da FIAT automóveis em Minas Gerais.

No dia 12 de novembro, a Comissão Executiva para as Comemorações do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul iniciou, com o auxílio da Embaixada do Brasil em Roma, uma série de contatos oficiais visando a promover os festejos programados. Reuniu-se com representantes do Ministério dos

Negócios Estrangeiros e com os Diretores de Relações Internacionais da Confederação Italiana da Indústria. Os demais contatos tiveram por finalidade conseguir a vinda de especialistas italianos em enologia e vitivinicultura, durante os festejos do Centenário, bem como promover atividades de natureza cultural e artística.

NORUEGA

Ao iniciar o ano de 1974, continuava pendente a questão entre o Governo do Rio Grande do Sul e a Indústria de Celulose Borregaard do Brasil. Depois de ter sido seu funcionamento suspenso em virtude da poluição causada, a fábrica norueguesa foi reaberta por autorização do Governo do Estado. O episódio processou-se, entretanto, no âmbito estadual, sem participação federal. Os pontos levantados pela Indústria de Celulose Borregaard junto a órgãos do Governo federal dizem respeito, principalmente, ao "Sales Agreement" por esta assinado, em 1968, com a Borregaard S.A., da Noruega.

Em abril, as divergências sobre o "Sales Agreement" levaram o BNDE a criar o Grupo de Trabalho Especial para Assuntos da Borregaard, com o principal objetivo de manter entendimentos com representantes da matriz norueguesa. Os referidos entendimentos culminaram com a apresentação de uma proposta de revisão do "Sales Agreement", o que levou o Governo brasileiro a considerar necessária a renegociação imediata do "Acordo de Vendas". Em conseqüência, têm sido realizadas conversações entre os representantes da Borregaard e do Governo brasileiro, estes orientados pela Secretaria do Planejamento da Presidência da República.

PORTUGAL

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio F. Azeredo da Silveira, visitou Portugal, a convite do Governo

desse país, de 2 a 4 de dezembro. Nas conversações com o Chanceler português Mário Soares, procedeu-se a amplo exame das relações bilaterais nos campos econômico, cultural e político.

A fim de estreitar os tradicionais vínculos que unem o Brasil a Portugal, foi então acordada uma série de iniciativas. Em primeiro lugar, deverá reunir-se em Brasília, em 1975, a Comissão Mista criada pelo Acordo Cultural existente entre os dois países. Estão igualmente programados para 1975 o reativamento do Centro Empresarial Luso-Brasileiro e reunião da Comissão Mista Econômica Luso-Brasileira.

Tais medidas constaram da Declaração Conjunta assinada em Lisboa, a 3 de dezembro, pelos dois Chanceleres.

Ainda dentro do escopo da Declaração Conjunta, ficou prevista maior cooperação no domínio da diplomacia multilateral. Neste sentido, examinou-se a possibilidade de ação comum visando a promover a adoção do português como língua de trabalho nos organismos internacionais. Finalmente, reconheceu-se a utilidade das visitas recíprocas entre os Chefes de Estado.

REINO UNIDO

Realizou-se em São Paulo, entre 23 de agosto e 1.º de setembro, a Feira Industrial Britânica. Participaram do certame cerca de 300 expositores, representando 190 setores industriais, merecendo destaque o de bens de equipamento. O **déficit** comercial apresentado pelo Reino Unido (cerca de US$ 65 milhões em 1973) justificava amplamente essa iniciativa.

A Feira foi inaugurada pela Princesa Alexandra de Kent, que visitou igualmente o Rio de Janeiro e Brasília. O Secretário de

Estado para o Comércio, Senhor Peter Shore, visitou o Brasil nessa mesma época, tendo mantido uma série de contatos com autoridades brasileiras.

No período de 30 de setembro a 4 de outubro, o Arcebispo de Canterbury, Michael Ramsey, visitou o Brasil, acompanhado por pequena comitiva. De seu roteiro constaram visitas às cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, onde foi recebido pelo Ministro Azeredo da Silveira.

SANTA SÉ

Transcorreu em 1974 o quadragésimo aniversário de fundação do Pontifício Colégio Pio Brasileiro sediado em Roma. O Governo brasileiro participou das comemorações dessa efeméride, por intermédio do Ministro das Relações Exteriores e do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, fazendo entrega ao Núncio Apostólico de subsídio extraordinário destinado àquela instituição.

Por ocasião do jubileu de prata da lei que instituiu no Brasil o Dia Nacional de Ação de Graças e atendendo a pedido do Ministro da Justiça, o Itamaraty fez chegar a Sua Santidade o Papa Paulo VI publicações relativas à comemoração do referido evento.

No calendário das festividades do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul para 1975, está incluída a cerimônia de inauguração da réplica da "Pietà" de Michelangelo, doada pelo Vaticano à Igreja de São Pelegrino, em Caxias do Sul.

SUÉCIA

Em fins de novembro, veio ao Brasil importante grupo de empresários suecos, integrado pelos Senhores A. Westerberg, Presidente do Grupo Sandvik; W. Ekman, Presidente da Udde-

holm; H. Laurin, Presidente do Grupo Göta verken; G. Wessman, Presidente da Perstorp e L. Malmros, Vice-Presidente Executivo do Grupo Volvo. Com projetos de ampliar os investimentos de suas subsidiárias e de conseguir novos investimentos no setor naval, mantiveram contatos na alta esfera do Governo. Foram recebidos em audiência pelo Senhor Presidente da República, bem como pelo Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores.

EUROPA ORIENTAL

O Itamaraty, por intermédio da Secretaria Técnica e Executiva da Comissão de Comércio com a Europa Oriental (COLESTE), prosseguiu, durante o ano de 1974, seu esforço de intensificação do intercâmbio comercial entre o Brasil e o bloco socialista europeu, o que tem sido o principal fundamento das nossas relações diplomáticas com aqueles países.

Nesse sentido, procurou-se incentivar não apenas o aumento das exportações brasileiras para aquela área, como também a sua diversificação, através do aumento gradual de transações relativas a produtos manufaturados e semimanufaturados. Paralelamente a esse trabalho, procurou-se ainda verificar as possibilidades de importação dos países socialistas, de modo a equilibrar o intercâmbio bilateral. É de se notar que, nos últimos anos, o comércio com o Leste Europeu vem se processando em ritmo ascendente. Assim, de 1970 a 1974, passaram as exportações brasileiras de US$ 142 milhões para US$ 395 milhões, e as importações de US$ 59 milhões para US$ 157 milhões.

Contatos com o Empresariado Nacional e Participação em Feiras e Exposições

Dando seguimento a trabalhos de contato com o empresariado nacional, a Secretaria Executiva da COLESTE promoveu reu-

niões com as federações das indústrias dos principais centros industriais exportadores do Brasil, com o objetivo de esclarecer a sua atuação e divulgar o programa de feiras no Leste Europeu, organizado e promovido regularmente pela mesma Secretaria.

Nessa mesma linha de atuação, a COLESTE elaborou, durante o ano de 1974, estudo monográfico intitulado "como exportar para a Polônia".

Nos períodos de 10 a 19 de março e de 20 a 28 de abril, participou o Brasil, em caráter oficial, da Feira da Primavera de Leipzig (República Democrática Alemã) e da Feira Internacional de Bens de Consumo de Brno (Tchecoslováquia). Confirmando a tradição de bons resultados firmados em anos anteriores, a participação brasileira nesses certames comerciais se manteve em nível elevado. Foram também expressivas as transações comerciais concluídas especialmente na Feira de Leipzig, com real proveito para as exportações nacionais.

No mês de setembro, nos períodos de 14 a 22 e de 22 a 29, realizaram-se, respectivamente, a Feira de Outono de Bens de Consumo de Budapeste (Hungria) e a Feira Internacional de Bens de Consumo de Poznan (Polônia). Em ambos os certames, a COLESTE voltou a promover a participação oficial do Brasil, alcançando-se bons resultados.

Visitas de Autoridades e Missões Comerciais

No mês de outubro, esteve em visita oficial à Romênia delegação do Governo brasileiro, chefiada pelo Ministro das Minas e Energia, Senhor Shigeaki Ueki, e que firmou importante contrato de exportação de minério de ferro para aquele país.

Nessa mesma época, esteve em visita oficial à Polônia missão comercial da Siderbrás, com o objetivo de verificar as possibilidades de aumento das importações brasileiras de carvão daquele país.

Acordos Bilaterais

Em março de 1974, foi assinado, em Bucareste, Protocolo Sanitário-Veterinário com a Romênia, referente às condições de importação de animais vivos e produtos de origem animal.

No decorrer do ano, foram estabelecidos contatos, visando à renegociação dos acordos de comércio e pagamentos com a Tchecoslováquia e a República Democrática Alemã. Introduziram-se também modificações no Acordo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica com a Hungria, elevando-se o crédito técnico da conta-convênio para US$ 10 milhões.

Reuniões Plenárias da COLESTE

Em junho e em dezembro, foram realizadas reuniões plenárias da Comissão, com a presença de vários convidados especiais, de diversos ministérios e empresas estatais. Essas reuniões tiveram por objetivo avaliar o estado e perspectivas das relações econômicas com a Europa Oriental, bem como coordenar a adoção de providências específicas.

Comissões Mistas

No período de 25 a 26 de julho, realizou-se, no Palácio Itamaraty, em Brasília, a quinta reunião da Comissão Mista Brasil—Iugoslávia. Foram criados subgrupos para o estudo analítico das questões atinentes ao intercâmbio econômico-comercial, bem como foram examinadas novas listas de produtos para conclusão nas pautas de exportação.

De 7 a 9 de outubro, realizou-se, novamente no Palácio Itamaraty, a terceira reunião da Comissão Mista Brasil—Hungria. Nessa ocasião, foi assinado, no Ministério da Fazenda, convênio entre a HUNGAROTEX (Companhia de Comércio Exterior

para Têxteis) e a COMEXPORT (companhia brasileira), visando à colocação no mercado húngaro de produtos no valor de US$ 10 milhões anuais, num período de cinco anos.

Com respeito à União Soviética, procedeu-se à preparação de reunião da Comissão Mista, realizada em 1975.

Relações Diplomáticas

Foram elevadas ao nível de Embaixada as Legações brasileiras em Bucareste, Sófia e Budapeste, e as Legações romena, búlgara e húngara em Brasília. Os acordos, efetuados por troca de notas, foram assinados na Capital da República em 8 de maio (Romênia) e em 10 de maio (Bulgária e Hungria).

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

NAÇÕES UNIDAS

XXIX Assembléia-Geral

A XXIX Sessão da Assembléia-Geral foi dominada pela questão da Palestina e pelos problemas coloniais. No tocante à primeira, o Brasil deixou claro o seu apoio ao direito dos palestinos à autodeterminação e à soberania e a sua convicção de que uma solução que atende a este desejo é indispensável a uma paz justa e duradoura no Oriente Próximo. O Brasil também deu seu apoio a outras resoluções sobre problemas daquela área como a que condenou a destruição de Kuneitra por Israel, a que reafirmou a soberania permanente sobre os recursos naturais existentes nos territórios árabes ocupados, a que reconheceu a Organização de Libertação da Palestina como o representante legítimo do povo palestino e a que conferiu à OLP o **status** de Observador permanente nas Nações Unidas e nas agências especializadas.

Quanto aos assuntos coloniais, o Brasil não apenas apoiou as reivindicações africanas com relação ao **apartheid**, Namíbia, Rodésia do Sul e territórios sob administração portuguesa, como também co-patrocinou as resoluções que previram a concessão de ajuda econômica e técnica às novas nações que se erguem naqueles territórios.

O debate dos temas econômicos foi caracterizado pela perspectiva estrutural e de longo prazo proporcionada pela Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, a qual, na sua quase totalidade, atendeu a posições e pontos de vistas já defendidos pelo Brasil em foros internacionais. Entretanto, seu artigo terceiro, relativo à consulta prévia para a exploração de recursos naturais compartilhados, recebeu o voto negativo do Brasil, que reiterou sua crítica de que semelhante princípio, na forma em que foi incluído na Carta, constitui violação da soberania permanente dos Estados sobre seus recursos naturais.

Outra significativa decisão da XXIX Assembléia-Geral foi a que criou o Comitê encarregado de estudar a reforma da Carta de São Francisco. Defendendo coerentemente desde 1964 a necessidade de tal reforma, o Brasil emprestou seu apoio à iniciativa e criação deste órgão.

Com a Argentina, o Brasil apresentou à XXIX Assembléia-Geral um projeto de tratado sobre teledetecção por meio da tecnologia espacial, o qual deverá ser objeto de estudo pelo Comitê dos Usos Pacíficos do Espaço Exterior.

Conselho Econômico e Social (ECOSOC)

Em 1974, o Conselho Econômico e Social realizou o 56.º e 57.º períodos de sessões, o primeiro marcado pelos debates tradicionais em torno do tema dos direitos humanos e da condição da mulher e matérias conexas, e o segundo voltado para o exame do estabelecimento de nova ordem econômica internacional, reivindicada fundamentalmente pelos países em desenvolvimento.

Durante o 56.º período de sessões, o Brasil participou ativamente do exame do relatório da comissão sobre a condição da mulher e de outros temas de cunho social, onde se impunha uma presença atuante em defesa dos nossos interesses. Com o apoio da Argentina e da Argélia, o Brasil logrou introduzir modificações em projeto de resolução apresentado pela Co-

missão que continha recomendações tendentes a favorecer o controle populacional.

O 57.º período de sessões do ECOSOC ficou essencialmente marcado pela consolidação da idéia da segurança econômica coletiva para o desenvolvimento, o qual afirmado como objetivo primordial e prioritário a ser promovido, em condições auto-sustentadas, pelos países em desenvolvimento.

Com efeito, na principal resolução aprovada pelo 57.º ECOSOC, a delegação do Brasil logrou obter a inclusão de duas referências explícitas ao conceito de segurança econômica coletiva para o desenvolvimento, uma em parágrafo preambular e outra em parágrafo operativo. Veio, portanto, o Conselho Econômico e Social a pronunciar-se sobre a matéria no contexto de uma resolução que deverá balizar todas as grandes iniciativas das Nações Unidas, no campo econômico, no decorrer de 1975. Tal circunstância assegura, desde já, moldura operacional efetiva para nossa concepção de segurança econômica coletiva para o desenvolvimento.

Deve-se observar que esse marco operacional estabelece vínculos de mútuo apoio entre os temas da implementação da nova ordem econômica internacional, da revisão da estratégia internacional para o desenvolvimento e a preparação da VII Sessão Especial da Assembléia-Geral, a realizar-se em 1975.

A 57.ª Sessão do ECOSOC, de certa forma, deu operacionalidade às decisões da XXVII Assembléia-Geral sobre o estabelecimento da nova ordem econômica internacional, e pôs em marcha um processo possivelmente irreversível. Soube também dar equilíbrio e complementariedade aos processos de revisão e avaliação da estratégia internacional e de implementação da Declaração e do Programa de Ação adotados pela VI Sessão Especial da Assembléia-Geral.

Assinale-se ainda que a Declaração e o Programa de Ação adotados pela VI Sessão Especial da Assembléia-Geral deram

nova dimensão aos trabalhos do Conselho, dimensão à qual o conceito da segurança econômica coletiva para o desenvolvimento deverá proporcionar permanente sentido de finalidade. O Brasil desenvolveu intensa atividade nas Comissões do ECOSOC, como a de Estatística, a de População e a de Entorpecentes, e nos diversos comitês, tais como o Consultivo sobre a Aplicação da Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento, o de Revisão e Avaliação, de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, de Recursos Naturais e, finalmente, o de Habitação, Construção e Planejamento. Mereceram, ainda no decorrer de 1974, especial atenção as questões sobre direitos humanos tratadas no âmbito do ECOSOC e os Relatórios do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Meio Ambiente

O Itamaraty preparou e acompanhou a participação brasileira em duas reuniões internacionais, no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP). A primeira, realizada em fevereiro, tratou, em nível técnico-político, de projetos específicos sobre o meio ambiente, ligados à detecção e identificação de agentes poluidores, dentro do projeto geral denominado "Sistema Global de Monitoreamento Ambiental" (GEMS), e foi preparatória da reunião seguinte, a II Sessão do Conselho de Administração do UNEP, esta realizada em março, ambas em Nairobi. O Doutor Paulo Nogueira Neto, Secretário Especial para o Meio Ambiente, chefiou a Delegação brasileira à primeira dessas reuniões.

Internamente, foi mantida estreita cooperação com a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e serve o Itamaraty de enlace entre o UNEP e as autoridades e entidades privadas, que, no plano federal e estadual, se ocupam de questões de meio ambiente.

A ação brasileira no campo do meio ambiente leva em consideração dois fatores principais: o reconhecimento da legiti-

midade da preocupação, doméstica e internacional, pela preservação do meio ambiente, vista esta preocupação em termos sóbrios e medidos, e o resguardo, a todo momento, do direito de o país aproveitar, racionalmente, seus recursos em benefício do bem-estar da totalidade da população, sem entraves arbitrários impostos de fora.

Coube ao Itamaraty acompanhar, em seus vários estágios, o processo de preparação do HABITAT — Conferência das Nações Unidas sobre os Estabelecimentos Humanos, (Vancouver, Canadá — 1976).

Durante o ano de 1974, visitou o Brasil o Senhor Enrique Peñalosa, Secretário-Geral da referida Conferência.

A Conferência, cuja agenda e dimensões ainda estão por decidir, filia-se à mesma linha de preocupações que originou a Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente e a Conferência Mundial de População, de Bucareste. O Brasil tem oferecido contribuição construtiva, como nas ocasiões precedentes, sem afastar-se do princípio da soberania dos Estados sobre seu próprio destino.

População

O Itamaraty preparou a participação brasileira na Conferência Mundial de População (agosto, Bucareste) evento culminante, em 1974, declarado "Ano Mundial da População" pelas Nações Unidas, de uma série de atividades no campo demográfico.

Foram acompanhados tanto a Conferência em Bucareste quanto as várias reuniões, realizadas no decorrer do ano (New York, março; São José da Costa Rica, abril), em nível de Comitê preparatório da Conferência e em nível de preparação regional.

Coordenou-se ainda o programa da visita ao Brasil do Secretário-Geral da Conferência e ex-Chanceler mexicano, Antonio Carrillo-Flores, através da organização de reuniões de traba-

lho em que estiveram representados outros setores de administração ligados ao assunto.

Com vistas à explicitação da política demográfica brasileira, reuniu-se, sob a presidência do Itamaraty, Grupo de Trabalho Interministerial, com a participação de representantes dos Ministérios da Educação e Cultura, da Saúde e do Interior, da Secretaria de Planejamento e da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, bem como do próprio Ministério das Relações Exteriores.

O Grupo Interministerial concluiu a sua tarefa em julho de 1974, submetendo à consideração superior documento básico sobre a política demográfica brasileira. Com fundamento no estudo acima referido, foi, em seguida, divulgada pelo Governo a política populacional do Brasil, que pode ser resumida nos seguintes princípios:

1. A política demográfica brasileira é do domínio soberano do Governo do Brasil. O Governo não aceitará interferências externas, de caráter oficial ou privado, na sua política demográfica.

2. O controle da natalidade é uma decisão do núcleo familiar, o qual, a esse respeito, não deve sofrer interferência governamental.

3. A capacidade de recorrer ao controle da natalidade não deve ser um privilégio das famílias abastadas e, por isso, cabe ao Estado proporcionar as informações e os meios que possam ser solicitados por famílias de recursos reduzidos.

4. O Governo adotará as medidas necessárias para diminuir a mortalidade no País, sobretudo a infantil; promover a integração dos grupos sociais ainda marginalizados; equilibrar os crescimentos regionais; incorporar ao processo econômico os grandes espaços vazios do País e promover o crescimento harmônico dos setores urbano e rural.

Devidamente preparada a participação do Brasil na Conferência Mundial de População, foi possível assegurar que o principal documento dessa conferência, o "Plano Demográfico Mundial de Ação", corroborasse a orientação política brasileira no particular. Tal se deveu sobretudo a um esforço consciente das delegações do Brasil, tanto na fase preparatória quanto no período final da própria conferência, com o propósito não só de acompanhar ativamente, mas também de esclarecer e criticar construtivamente a evolução dos trabalhos.

Em conseqüência, de um documento unilateral, que propugnava o controle da natalidade, se pôde formular e aprovar um "Plano de Ação" que se aplica às diferentes situações populacionais existentes no mundo, e que não se propõe extrapolar para outras regiões soluções próprias de determinados países e áreas geográficas. O aludido Plano, na verdade, se apresenta imperfeições, caracteriza-se pela imparcialidade, pela ausência de metas quantitativas, pelo estímulo à pesquisa e ao estudo especializados, e pela adequada conceituação do desenvolvimento econômico, na sua inter-relação dinâmica com a variável populacional.

Os trabalhos da Conferência Mundial de População não terminaram com o encerramento formal da sessão, já que todos os órgãos dos sistemas das Nações Unidas que atuam no campo da demografia foram ativados e ganharam estrutura, o que requer um acompanhamento muito mais estreito de suas atividades.

Direito do Mar

No ano de 1974, as questões do mar ocuparam especialmente a atenção do Itamaraty, por motivo da realização em Caracas, de 20 de junho a 29 de agosto, da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Em termos de resultados alcançados, registrou-se maior progresso nas questões referentes ao regime internacional para os fundos marinhos e oceânicos situados além da jurisdição nacional, tratados pela Comissão I da Conferência, na qual se chegou a acordo, no Grupo dos 77, sobre os principais pontos em discussão e se deu início, já no final da sessão, ao processo de negociação propriamente dito. A Comissão III, que examinou os problemas relativos à poluição e pesquisa científica, também foi bem sucedida em estabelecer áreas gerais de acordo.

A Comissão II registrou menos resultados, pois teve em sua agenda os temas que apresentavam maior dificuldade de conciliação de interesses, como jurisdição dos Estados ribeirinhos, passagem pelos estreitos, questões de pesca, regime das ilhas. A delegação do Brasil participou ativamente das negociações, na defesa da posição brasileira consubstanciada na legislação nacional e no conceito do Mar Territorial de 200 milhas.

Conquanto a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar não tenha chegado ao desejado estágio decisório, os inúmeros contatos efetuados entre as delegações presentes possibilitaram que fossem identificadas as grandes áreas de consenso, no que se refere aos aspectos centrais das questões de Direito do Mar, parecendo delinear-se a harmonização do ponto de vista e a solução das divergências existentes.

Espaço Exterior

O Itamaraty acompanhou as atividades do Comitê sobre o Uso Pacífico do Espaço Exterior e de seus dois Subcomitês: o Técnico-Científico e o Jurídico.

Sem descuidar da totalidade dos temas inscritos na agenda da Comissão, a ação brasileira vem concentrando-se na questão da regulamentação das técnicas de teledetecção por meio de satélites.

Um prolongado processo de negociação, que se iniciou a nível de Subcomitê, culminou na apresentação conjunta à XXIX Sessão da Assembléia-Geral do projeto brasileiro-argentino de artigos básicos de um Tratado de Teledetecção por Meio de Tecnologia Espacial, para o qual obtivemos tratamento prioritário no Comitê do Espaço Exterior.

O Ministério das Relações Exteriores está representado junto ao Conselho Diretor do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), cujas atividades são orientadas pela política espacial brasileira formulada pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE). Junto a este último órgão, o Itamaraty, através do Departamento de Organismos Internacionais, cumpre funções de assessoramento e compilação de dados relevantes, recebidos de toda a rede de postos diplomáticos.

Cooperou-se com o INPE na realização de seminário internacional sobre sensoreamento remoto, sob a égide das Nações Unidas, em São José dos Campos, e auxiliou-se na preparação da reunião, também na sede do Instituto, da Comissão sobre Pesquisa Espacial (COSPAR), que trouxe ao Brasil algumas centenas de técnicos e especialistas internacionais de alto nível.

Cooperou-se, também, para o enviou de pessoal brasileiro a cursos e reuniões no exterior, contribuindo para a ampliação os quadros de profissionais que o desenvolvimento do País requer.

Acompanhou-se, igualmente, através de sua participação no INPE, o andamento e execução dos vários convênios que o Instituto mantém com entidades estrangeiras para fins de desenvolvimento da pesquisa espacial brasileira.

Desarmamento

O Brasil continuou a participar ativamente dos trabalhos da Conferência do Comitê de Desarmamento (CCD) em Genebra.

O assunto prioritário, naquele foro, foi o exame de possível convenção para a efetiva proibição do desenvolvimento, produção e estocagem de armas químicas e sua eliminação dos arsenais de todos os países, no qual se registrou modesto avanço. A posição brasileira a respeito, consubstanciada em **Memoradum** apresentado pelo Grupo dos 12 países à CCD, consiste na defesa da tese de que qualquer acordo sobre armas químicas deverá conter disposições que assegurem sua implementação, sem que se criem obstáculos ao desenvolvimento econômico e tecnológico das partes, e sem prejuízo da pesquisa, desenvolvimento, produção, posse, transferência e aplicação de agentes químicos com finalidades pacíficas.

O impasse básico com que se defronta a CCD, no plano técnico, se refere aos problemas da verificação e definição dos agentes a serem proibidos. Politicamente, norte-americanos e soviéticos colocam a questão da proibição de armas químicas no contexto maior de seus interesses político-militares globais, que podem tornar mais relevantes acordos em outras áreas.

Cumpre observar que a CCD tem sido relativamente marginalizada do exame de alguns dos grandes temas do desarmamento, em razão, sobretudo, dos entendimentos bilaterais entre a União Soviética e os Estados Unidos da América, seja dentro dos SALT ("Strategic Arms Limitation Talks"), seja através de outros tipos de contatos.

O Brasil continuou a acompanhar as negociações preparatórias com vistas à realização da Conferência Mundial de Desarmamento e à revisão do Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares, as diversas tentativas de criação de novas zonas desnuclearizadas e as atividades da Organização para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina (OPANAL), resultante do Tratado de Tlatelolco. Durante a XXIX Assembléia-Geral, foi renovado o mandato do Comitê **ad hoc** sobre a Conrência Mundial de Desarmamento, de cujos trabalhos a Delegação do Brasil participa.

A experiência nuclear indiana reavivou um debate que, nos últimos anos, vinha sendo dominado pela repetição, em razão da incapacidade, por parte das Nações Unidas, de conter a corrida armamentista das grandes potências. A preocupação com a disseminação do armamento nuclear concretizou-se na aprovação, pela XXIX Assembléia-Geral, de novas resoluções relativas à desnuclearização da Ásia Meridional, do Oriente Próximo e da África, e em resolução que expressa apreensão pelo possível desvio de tecnologia e material nuclear destinado a fins pacíficos, para usos militares e solicita à CCD e à Conferência sobre a revisão do Tratado de Não-Proliferação que examinem a questão da utilização de explosões nucleares para fins pacíficos.

Cabe ainda assinalar a modificação da composição da Conferência do Comitê de Desarmamento, que se ampliou de 26 para 31 membros, com a admissão das duas Alemanhas, do Peru, Irã e Zaire.

A delegação brasileira foi favorável à ampliação. Por ocasião do exame da questão, o Brasil buscou ressaltar a vinculação da CCD à Assembléia-Geral das Nações Unidas, o desapontamento com os exíguos resultados alcançados pelas últimas sessões da Conferência e a ausência de perspectivas de progresso no futuro imediato.

Direitos Humanos

Durante o ano de 1974, no campo dos Direitos Humanos dois assuntos exigiram particularmente a atenção do Itamaraty: a situação dos indígenas brasileiros e o Ano Internacional da Mulher.

Quanto ao primeiro item, registra-se a visita do Embaixador José Martinez Cobo, relator especial da Subcomissão de Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias, acompa-

nhado de seu Assessor, Senhor Cesar Augusto Willemsen Diaz. Estiveram eles em vários postos indígenas e no Parque do Xingu, e entrevistaram-se com altas autoridades brasileiras, no período de 17 a 23 de junho, com vistas à elaboração de estudo sobre a situação dos indígenas em diversos países latino-americanos. Ao final de sua visita o Embaixador Cobo, ex-Ministro da Educação do Equador e atual Embaixador do seu país no México, declarou terem sido altamente satisfatórios os resultados dos contatos mantidos em nosso País.

Em vista da proclamação, pela Resolução n.º 3.010 (XXVII), da Assembléia-Geral do ano de 1975 como "Ano Internacional da Mulher" e da conseqüente criação do Comitê Preparatório da Conferência Internacional da Mulher, do qual o Brasil é membro, o Ministério das Relações Exteriores ocupou-se, já durante o ano de 1974, de uma série de medidas e atividades relacionadas à participação brasileira na Conferência, cuja realização está prevista para junho de 1975, no México, e com a organização de um programa nacional para o ano comemorativo.

Foi ainda intensa a atividade do Itamaraty, no sentido da difusão da legislação brasileira, no campo da eliminação da discriminação racial e intolerância religiosa, sobretudo através da elaboração de respostas aos inúmeros questionários enviados pelo Secretariado da Organização das Nações Unidas.

Controle de Entorpecentes

O Itamaraty está representado na Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CONFEN) e é o órgão de enlace entre as autoridades brasileiras e o Bureau Internacional de Narcóticos e demais órgãos internacionais que atuam na fiscalização do tráfico e uso indevido de drogas capazes de produzir fármaco-dependência.

O Ministério as Relações Exteriores assessorou a participação brasileira na reunião da Comissão de Entorpecentes e gestionou a revisão de quotas de drogas importadas pelo Brasil para fins terapêuticos e de pesquisas.

O Brasil ratificou a Convenção Sul-Americana sobre Entorpecentes e Psicotrópicos, cujos dispositivos permitirão cooperação mais ágil entre os serviços médicos, de fiscalização de farmácia e policiais dos países membros, na coibição do tráfico e uso ilícito de drogas controladas.

Candidatura do Brasil

Durante a XXIX Sessão da Assembléia-Geral, o Brasil foi reeleito para:

a) a Junta de Desenvolvimento Industrial da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), com mandato trienal no período 1975-1977;

b) o Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), com mandato trienal no período 1975-1977;

c) o Comitê de Contribuição da Quinta Comissão da Assembléia-Geral, com mandato trienal no período 1975-1977.

O Brasil foi também designado para integrar a Comissão de Serviço Público Internacional (CSPI) da ONU, recém-criada no âmbito da Quinta Comissão da Assembléia-Geral.

Ademais, foi o Brasil escolhido como um dos candidatos do Grupo latino-americano para o Comitê de Revisão da Carta, o Comitê **ad hoc** sobre Programas e Orçamento e o Comitê sobre Asilo Territorial, estabelecidos durante a última Assembléia-Geral.

Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)

O Itamaraty colaborou com a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) no trato de assuntos relativos à Agência Internacional de Energia Atômica. Na XVIII Sessão Regular da Conferência-Geral da AIEA, o Brasil foi eleito para a Junta de Governadores no período 1974/1976. A par disso, o Presidente da CNEN e Governador do Brasil é o representante brasileiro no Comitê Consultivo Científico (SAC).

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Foram realizadas, em 1974, no setor da Organização Internacional do Trabalho: de 6 a 26 de junho; as 192.ª (janeiro/março), 193.ª (maio/junho) e 194.ª (novembro) reuniões do Conselho de Administração; a X Conferência dos Estados da América Membros da OIT (México, 26 de novembro a 5 de dezembro); e várias reuniões das Comissões de Indústria e da Comissão Consultiva Interamericana. Na Conferência Internacional do Trabalho, o Brasil reapresentou projeto de resolução visando a lançar a Campanha Mundial de Reabilitação Vocacional. em texto fundido com projeto do mesmo teor da República Federal da Alemanha.

Em dezembro, visitou o Brasil o Senhor Francis Blanchard, Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho, tendo sido recebido em audiência pelo Senhor Presidente da República e pelos Ministros das Relações Exteriores e do Trabalho, com os quais examinou providências para intensificar as relações do Brasil com a OIT, especialmente na medida em que o País possa servir de centro irradiador de programas de assistência técnica da Organização para outros países do Continente e da África. O Diretor-Geral entrevistou-se no Rio de Janeiro com representantes das classes empregadora e trabalhadora, reafirmando seu interesse na colaboração das autoridades brasileiras, de modo particular para o desenvolvimento do programa de assistência técnica no setor de higiene e segurança do trabalho.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)

No setor da FAO, os assuntos mais importantes do ano de 1974 foram as LXIII e LXIV Reuniões do Conselho. A LXIII Sessão foi convocada pelo Diretor-Geral em caráter extraordinário para examinar a Resolução n.º 1.836 do ECOSOC, que solicitava providências da Organização relativamente ao problema da alta dos preços dos fertilizantes e suas conseqüências para os países em desenvolvimento.

A LXIV Sessão, de caráter rotineiro, teve extensa agenda e cobriu diversos itens, entre eles a Conferência Mundial de Alimentos.

As reuniões do Codex de maior interesse para o Brasil no período foram as do Comitê de Pescados e Derivados IX Sessão; Bergen, 22 a 29 de setembro e a Reunião para Elaboração de Tabela de Defeitos para Sardinha em Conserva (Nantes, 19 a 21 de setembro). Em ambas, os técnicos brasileiros em pesca e pescado puderam prosseguir no trabalho de eliminar restrições quanto à classificação internacional da sardinha brasileira.

Direito Internacional Humanitário

A Conferência Diplomática para a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário aplicável nos Conflitos Armados realizou seu I Período de Sessões, de 20 de fevereiro a 29 de março. Devido ao fato de que, do ponto de vista substantivo, pouco progresso foi alcançado nessa ocasião, a Conferência Diplomática decidiu convocar novo período de sessões, que se estenderá de 3 de fevereiro a 18 de abril de 1975. A tarefa da Conferência Diplomática dá continuidade à das Conferências de Peritos Governamentais sobre o mesmo assunto (1971, 1972 e 1973) e consiste em examinar os termos finais de dois protocolos adicionais (um para os conflitos armados internacionais e outro para os conflitos armados não-inter-

nacionais) às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949. A Conferência Diplomática também tem a seu cargo a regulamentação de dois temas afins da proteção das vítimas de conflitos armados, quais sejam o "Uso de certas armas convencionais que possam causar danos desnecessários ou sofrimentos supérfluos" e a "Proteção de jornalistas em missão perigosa em zonas de conflitos armados".

Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI)

A Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) realizou a IV Sessão de seu Conselho em Ottawa, de 17 a 22 de julho. O ponto mais relevante dos debates foi a tentativa de renovar-se o mandato do Grupo de Trabalho, criado em 1967, para o estudo de questões jurídicas ligadas às pesquisas científicas no oceano. A delegação do Brasil opôs-se à iniciativa, considerando que o presente mandato do Grupo de Trabalho data de sete anos, período em que o Direito Internacional, no que diz respeito ao Direito do Mar, se modificou muito, e que é impróprio que a COI, organismo de caráter científico, tenha como órgão subsidiário Grupo de trabalho formado de juristas para tratar de assuntos científicos.

O Brasil, embora favorável à extinção do Grupo, deseja prestar à COI sua habitual colaboração e, nesse sentido, preparou projeto alternativo, que deverá ser apreciado na V Sessão do Conselho (Veneza, março de 1975). O Grupo de trabalho, nesse projeto, seria composto apenas de cientistas, com a assistência de juristas quando necessário, para o estudo de questões científicas na medida em que se relacionem com o Direto do Mar.

Organização Meteorológica Mundial (OMM)

Dois fatos especialmente importantes, para o Brasil, no campo da Organização Meteorológica Mundial em 1974: a realização

do Experimento Tropical do Atlântico (GATE), dentro do Programa Global de Pesquisas Atmosféricas (GARP), e a eleição do Diretor do Departamento Nacional de Meteorologia e Presidente da Comissão Nacional do GARP, Coronel Roberto Venerando Pereira, para a Presidência da Associação Regional III da Organização Meteorológica Mundial.

O GATE realizou-se de 15 de julho a 30 de setembro e reuniu 15 países, junto aos quais o Brasil teve atuação destacada, conforme acentuado por vários representantes de países-membros da OMM, na tarefa de coleta e processamento de dados atmosféricos no período.

Instituto Internacional do Frio e Comissão Internacional da Pesca da Baleia

Igualmente, em 1974, o Brasil processou seu reingresso em dois organismos internacionais, dos quais se mantivera afastado por algum tempo: o Instituto Internacional do Frio e a Comissão Internacional da Pesca da Baleia. No primeiro dos casos, o Ministério das Relações Exteriores atendeu a solicitação do Ministério da Agricultura que, por sua vez, encaminhava pedido, nesse sentido, das indústrias nacionais de refrigeração e indústrias afins. Com relação à Comissão Internacional da Pesca da Baleia, o Itamaraty, uma vez ouvidos os órgãos competentes, SUDEPE e Ministério da Agricultura, providenciou a nossa reintegração nas atividades da Comissão.

ASSUNTOS ECONÔMICOS

POLÍTICA COMERCIAL

O ano de 1974 caracterizou-se, no plano comercial, como um ano de crise, no qual as políticas, sobretudo das nações desenvolvidas, voltaram-se para o protecionismo econômico, ameaçando as economias delas dependentes. A introdução de medidas de restrição às importações na Comunidade Econômica Européia (CEE) e na Itália, em particular, assim como nos Estados Unidos e no Japão teve efeitos adversos para as exportações brasileiras. Essa situação exigiu do Itamaraty cuidado constante, com vistas a minimizar os efeitos dessas medidas em relação ao Brasil ou mesmo a evitar sua aplicação efetiva.

Nesse contexto de crise, desenvolveu-se, por outro lado, no seio dos organismos internacionais, um positivo trabalho conceitual e de formulação de princípios gerais, que poderá render frutos a longo prazo.

Aplicação pelos Estados Unidos de Direitos Compensatórios às Exportações Brasileiras de Calçados

Em julho de 1973, a "American Footwear Industries Association" apresentou ao Departamento do Tesouro dos Estados Unidos

reclamação formal contra a concessão pelo Brasil de subsídios às exportações brasileiras de calçados de couro para o mercado americano, alegando que, de acordo com a Lei de Tarifas de 1930, Seção 303, caberia a aplicação de direitos compensatórios.

Face ao início das investigações a respeito pelo Departamento do Tesouro, o Brasil decidiu criar um Grupo Interministerial de estudo da posição brasileira, sob a coordenação do Itamaraty, e composto de representantes da Fazenda e do Ministério da Indústria e do Comércio. A atuação do Brasil processou-se, no nível técnico, através de contatos mantidos pela Fazenda com o Departamento do Tesouro, e, no nível político, através de gestões do Itamaraty junto ao Departamento do Estado e a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil.

Apesar dessas medidas, o Departamento do Tesouro decidiu, em setembro de 1974, impor direitos compensatórios sobre as exportações brasileiras de calçados.

O governo brasileiro protestou formalmente junto ao Governo dos Estados Unidos contra essa decisão adotada unilateralmente, ignorando princípios internacionais sobre a matéria e o fato de que os incentivos às exportações não se constituem em subsídios, mas em simples concessões "à fortfait", destinadas a compensar encargos parafiscais que não são devolvidos nas vendas ao exterior. Também nos foros multilaterais, representantes do Brasil foram instruídos a formular protestos e a tomar as iniciativas necessárias para a plena salvaguarda dos interesses brasileiros. O Brasil pretende ainda levantar o assunto nas próximas Negociações Comerciais Multilaterais no âmbito do GATT, propondo a inclusão, num eventual código sobre subsídios às exportações, de cláusula que reconheça explicitamente aos países em desenvolvimento o direito de aplicarem incentivos às suas exportações, com base no princípio do tratamento diferenciado.

Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT)

No âmbito do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio), continuaram os trabalhos técnicos preparatórios para as Negociações Comerciais Multilaterais (NCM's), através da realização de reuniões regulares, durante o curso do ano, dos diversos grupos de trabalho criados pelo Comitê de Negociações Comerciais (grupos sobre tarifas, barreiras não-tarifárias, enfoque setorial, salvaguardas, produtos agrícolas e produtos tropicais). O Brasil participou ativamente de todos os trabalhos, procurando assegurar a realização de estudos orientados pela idéia de estabelecerem-se procedimentos especiais de negociação para países em desenvolvimento, e de garantir-se tratamento diferenciado para esses países em todas as áreas de negociação. A Unidade de Negociação, criada pelo Decreto número 72.161, de 30 de abril de 1973, modificado pelo Decreto n.º 72.476, de 16 de junho do mesmo ano, e integrada por diversos órgãos públicos e privados brasileiros, sob a presidência do Itamaraty, efetuou trabalho de acompanhamento das atividades do GATT e de preparação das posições brasileiras para as referidas negociações. Tudo indica que as NCM's terão início em 1975.

Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO)

Realizaram-se, no final de 1974, as reuniões preparatórias latino-americana e geral para a II Conferência Geral da UNIDO (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial), tendo o Brasil atuado na defesa da idéia de se conseguirem tanto compromisso dos países desenvolvidos no sentido de tornar mais efetiva a cooperação internacional para o desenvolvimento industrial dos países em desenvolvimento, quanto medidas de fortalecimento das estruturas multilaterais existentes no campo do desenvolvimento industrial.

Tecnologia e Transnacionais

No âmbito do "Novo Diálogo" entre a América Latina e os Estados Unidos, lançado formalmente na Conferência de Chanceleres do México (fevereiro de 1974) e reiterado na de Washington (abril de 1974), iniciaram-se as discussões a respeito, entre outros, dos temas relativos à transferência de tecnologia e empresas transnacionais.

A — **Tecnologia**

Na área de tecnologia, o Itamaraty participou ativamente das discussões realizadas, lançando propostas concretas para o encaminhamento do assunto, seja na UNCTAD, seja na OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual), ou nos foros regionais, e, pautando-se pela idéia do estabelecimento de normas internacionais, na forma de um Código de Conduta, que ajustem a transferência de tecnologia aos interesses dos países receptores. No tocante à OMPI, o Congresso Nacional aprovou, em 1974, o Acordo que estabelece a OMPI, o que permitirá após o depósito do instrumento de adesão do Brasil àquele organismo, a transformação da condição do Brasil de membro provisório em membro permanente do órgão em questão. Deve-se assinalar, além disso, que o referido organismo transformou-se, em 1974, em agência especializada das Nações Unidas.

B — **Transnacionais**

No que se refere a transnacionais, o Brasil tem acompanhado os trabalhos realizados no âmbito do grupo criado no contexto do "Novo Diálogo" e aguarda com interesse o desenvolvimento do assunto em 1975, quando já deverá estar em funcionamento a Comissão Permanente criada no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) para discutir o tema.

Têxteis

— Em 1974, passou a vigorar para o Brasil o Acordo Internacional de Têxteis do GATT, numa conjuntura mundial que se caracteriza pela retração do consumo afetando as exportações brasileiras com destino a alguns mercados tradicionais. Apesar dessa conjuntura externa desfavorável o Brasil conseguiu aumentar suas exportações de têxteis durante o ano, com os sintéticos e lã, que não se encontram restritos pelos Acordos bilaterais em vigor com os Estados Unidos e o Canadá, demonstrando excepcional dinamismo.

— A Comunidade Econômica Européia

Foram concluídas as negociações entre o Brasil e a Comunidade Econômica Européia, no âmbito do Artigo XIV: 6 do GATT, relativas à adesão do Reino Unido, da Irlanda e da Dinamarca à CEE.

Ademais, foi ratificado pelo Brasil e entrou em vigor, a partir de 1.º de agosto, o Acordo Comercial assinado entre o Brasil e a Comunidade, embora, desde 1.º de janeiro, a CEE já concedesse tarifas preferenciais à manteiga de cacau e ao café solúvel, incluídos no seu esquema geral de preferências em decorrência do acordo comercial.

Ainda em relação à CEE, cabe ressaltar os esforços realizados pelo Brasil e outros países exportadores de carne bovina junto às autoridades comunitárias, para que fossem suspensas as restrições impostas às importações extracomunitárias do produto, o qual culminou com a suspensão total das referidas restrições por prazo indefinido, em 16 de julho de 1974. Em todas as gestões feitas junto à CEE, o Ministério das Relações Exteriores funcionou em estreita coordenação com o Ministério da Agricultura, visando estabelecer uma posição negociadora coerente com a situação real da pecuária nacional. Apesar dos repetidos protestos dos países exportadores, a suspensão das importa-

ções ao final de 1974 continuava ainda a vigorar, sem perspectiva de qualquer melhoria da situação até meados de 1975.

Em 1974, realizou-se em Bruxelas o V Encontro a nível de Embaixadores entre a CEE e os países da América Latina participantes da CECLA. Na ocasião foram examinados os progressos alcançados pelo esquema de preferência da Comunidade desde a sua entrada em vigor e apresentada uma lista de reivindicações latino-americanas com vistas ao seu aperfeiçoamento com uma série de produtos que o Brasil desejaria incluir no SGP. Utilizou-se também esse foro para discutir o problema das restrições impostas pela CEE às importações de carne bovina.

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)

Prosseguiram, em 1974, os trabalhos da Junta de Comércio e Desenvolvimento, principal órgão da Conferência, bem como dos Comitês e Grupos de Trabalho a ela subordinados, com os seguintes resultados:

A — **Junta de Comércio e Desenvolvimento**

A XIV Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento, realizada em Genebra, desempenhando sua função supervisora e coordenadora dos órgãos subsidiários, deu especial ênfase ao processo de preparação para a IV UNCTAD, em 1976, em Nairobi, a realizar-se logo após uma Sessão Especial da Junta para fins de pré-negociação.

B — **Comitê Especial de Preferência**

Atendendo às reivindicações dos países beneficiários de tarifas preferenciais, a quase totalidade dos países outorgantes de-

monstraram, por ocasião da VI Sessão do Comitê, maior disposição em considerar a introdução de melhoramento em seus esquemas, que ainda se apresentam bastante restritivos em seu escopo e aplicação. O esquema da CEE, que a partir de 1.º de janeiro começou a ser utilizado pelo Reino Unido, Dinamarca e Irlanda, contempla, por exemplo, para um número elevado de produtos de importância na pauta de exportação dos países em desenvolvimento uma série de medidas tais como quotas comunitárias e nacionais dos Estados-membros, limite máximo que cada país beneficiário pode exportar, dentre outras, o que prejudica o pleno desenvolvimento do potencial de exportação desses países. Permanece, também, ainda bastante reduzido o número de produtos primários e agrícolas transformados nos Capítulos 1 a 24 da Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas que são incluídos nos esquemas preferenciais.

Assinala-se, por outro lado, que, a partir de 1.º de julho, o Canadá colocou em vigor seu esquema de tarifas preferenciais. Atualmente, todos os países desenvolvidos, com exceção dos Estados Unidos, e a grande maioria dos socialistas concedem tarifas preferenciais. O esquema preferencial dos Estados Unidos deverá entrar em vigor em futuro próximo, por força da Lei do Comércio Exterior daquele país, recém-aprovada pelo Congresso norte-americano.

Quanto aos esquemas dos países socialistas, o Brasil continua a reivindicar, em vista de importância secundária das tarifas no comércio exterior daqueles países, a adoção de outras medidas preferenciais de caráter não-tarifário que facilitem o acesso àqueles mercados.

C — **Comitê de Manufaturas**

O Comitê de Manufaturas da UNCTAD realizou sua Sexta Sessão em 1974, examinando, entre outros assuntos, o progresso na redução ou eliminação de barreiras não-tarifárias que afe-

tam as exportações dos países em desenvolvimento, a participação dos países em desenvolvimento nas Negociações Comerciais Multilaterais no âmbito do GATT e o comércio internacional de têxteis. Não foi possível, no entanto, até o presente, conciliar as posições dos diferentes grupos em relação às resoluções apresentadas, tendo o Comitê decidido prosseguir no exame das mesmas no próximo ano.

D — **Grupo de Trabalho da Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados**

Realizaram-se, em 1974, as duas últimas sessões do Grupo de Trabalho encarregado de redigir a Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, não chegando a consenso em relação ao texto final. Na XIV Sessão da Junta, a Carta foi ainda objeto de negociações que resultaram infrutíferas. A XXIX Assembléia-Geral das Nações Unidas aprovou finalmente a Carta, com reservas de grande número de países, entre os quais o Brasil, que, apesar de aprovar a Carta como um todo, votou contra o Artigo III do Capítulo I, sobre recursos naturais compartilhados.

POLÍTICA FINANCEIRA

POLÍTICA FINANCEIRA MULTILATERAL

Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial

O Itamaraty manteve sua colaboração com o Ministério da Fazenda e com o Banco Central no trato dos assuntos relacionados à reforma do Sistema Monetário Internacional, havendo designado representante à Assembléia do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial (Washington, 30 de setembro a 4 de outubro).

Banco Interamericano de Desenvolvimento

A XV Reunião da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Santiago do Chile, 1.º-4 de abril) considerou, além de temas técnico-bancários, assuntos relativos à ampliação do número de seus membros pela incorporação de novos países indepedentes do Hemisfério e de países de fora do Continente americano.

Além de participação direta na referida Reunião, ao Itamaraty couberam iniciativas, prévias ao encontro, que informaram a posição do Brasil nos dois mencionados temas.

Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)

Em articulação com autoridades financeiras, o Itamaraty participou de reuniões, no âmbito da UNCTAD, de Grupos de Peritos Governamentais com o mandato de prosseguir no exame das metas e dos fluxos pe assistência financeira (Genebra, 13-16 de maio) e da dívida externa (Genebra, 6-10 de maio, 11-17 de dezembro), relativos aos países em desenvolvimento.

Fundo Africano de Desenvolvimento

Formalizou-se a participação do Brasil, como membro-pleno, do Fundo Africano de Desenvolvimento, com a promulgação do respectivo Convênio constituído pelo Decreto n.º 73.678, de 18 de fevereiro de 1974.

Em colaboração com autoridades financeiras, o Itamaraty prestou efetiva colaboração à atuação do Brasil nas reuniões do referido Fundo, que visa a promover, através de financiamento de projetos específicos, o desenvolvimento dos países africanos.

Rede Pan-africana de Telecomunicações

O Itamaraty participou do Grupo de Trabalho Interministerial, criado no âmbito do Ministério das Comunicações, com o mandato de examinar a possibilidade de cooperação do Brasil na implementação da Rede Pan-africana de Telecomunicações, coordenada pelo Banco Africano de Desenvolvimento e pela União Internacional de Telecomunicações, nos planos financeiro e técnico, respectivamente.

O Grupo Interministerial procedeu à análise aprofundada das perspectivas de cooperação brasileira na canalização de recursos financeiros, fornecimento de bens e serviços, assistência técnica para a formação de pessoal e elaboração de projetos.

Ao concluir a primeira fase de suas atividades, em que houve consenso sobre o interesse e viabilidade na participação do Brasil na Rede Pan-africana de Telecomunicações, o Grupo, por proposta do Itamaraty, revestiu-se de caráter permanente com vistas a prosseguir no exame do assunto.

POLÍTICA FINANCEIRA BILATERAL

Cooperação Financeira com a República Federal da Alemanha

Em colaboração com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Itamaraty prosseguiu nos esforços que visaram ao aperfeiçoamento da cooperação financeira entre a República Federal da Alemanha e o Brasil.

Nesse sentido, através da Embaixada do Brasil em Bonn, apresentaram-se às autoridades alemãs, com vistas à obtenção de financiamento do "Kreditanstalt fuer Wiederaufbau" (KFW), no programa orçamentário de 1974, projetos considerados prioritários pelo Governo brasileiro.

Em conseqüência, as autoridades alemãs colocaram à disposição do Governo brasileiro a soma de 50 milhões de marcos alemães, cujo repasse deverá ser ultimado pela conclusão de Protocolos Financeiros, segundo cada projeto específico.

Cooperação Financeira com a Grã-Bretanha

O Itamaraty colaborou nas iniciativas relativas à utilização do crédito de 10 milhões de libras esterlinas, aberto pelo Governo da Grã-Bretanha, por Acordo concluído a 20 de novembro de 1973, destinado à aquisição, pelo Governo brasileiro, de bens e serviços naquele país, necessários à implantação de projetos de desenvolvimento nas áreas menos desenvolvidas do Brasil.

Assim, foram concluídos pelos Governos brasileiro e britânico acordos para a utilização dos créditos de 2.086.850 (21 de maio) e de 3.550.000 (27 de setembro) de libras esterlinas na implementação, respectivamente, dos Projetos de "Ampliação da Rede Hospitalar do Estado do Piauí" e de "Eletrificação do Vale do Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais".

Contencioso Anglo-Brasileiro

Prosseguiram os entendimentos entre os representantes do Governo brasileiro, de uma parte, e do Governo e das empresas britânicas interessadas, de outra parte, com vistas ao estabelecimento do montante da indenização a ser paga pelo Brasil pela encampação e desapropriação das companhias "The Manaos Harbour Ltd", The São Paulo (Brazil) Railway Co. Ldt" e "The Itabira Iron Ore Co".

Com base nesses entendimentos, foi aprovada, pelo Congresso, a Lei n.º 6.134, de 7 de novembro de 1974, oriunda de projeto do Executivo, que o autoriza a pagar, por intermédio do Banco

da Inglaterra, a indenização ajustada, até um montante de 4.295.672 de libras esterlinas.

Apoiado nessa lei, o Governo brasileiro deverá firmar com o Governo britânico acordo que encerre definitivamente a questão.

Comissão de Empréstimos Externos

Representantes do Itamaraty participaram das deliberações da Comissão de Empréstimos Externos (CEMPEX) que visa à disciplina do endividamento externo das pessoas de direito público, inclusive empresas de economia mista, e da obtenção por mutuários brasileiros, do setor público ou privado, de créditos concedidos por entidades públicas estrangeiras.

Agências de Bancos Brasileiros no Exterior

No decorrer de 1974, entidades bancárias brasileiras, oficiais e privadas, buscaram expandir suas atividades no exterior, no contexto de uma política de dinamização do setor externo da economia brasileira.

A partir de uma permanente coordenação com as presidências das referidas entidades, o Itamaraty prestou efetivo apoio à consecução daquele objetivo.

Política Fiscal

No contexto da política de estímulo aos investimentos estrangeiros, o Itamaraty manteve estreita colaboração com o Ministério da Fazenda, através da Comissão de Estudos Tributários Internacionais (CETI), para promover a negociação de acordos internacionais destinados a evitar a dupla tributação.

Durante 1974 foram assinados os Acordos com a Dinamarca (27 de agosto) e a Espanha (14 de outubro) e rubricada, a nível técnico, a convenção com a República Federal da Alemanha (14 de junho).

PRODUTOS DE BASE

Café

Não tendo sido possível negociar em 1974 um novo Convênio Internacional do Café, o Conselho da Organização Internacional do Café aprovou, em setembro, um Protocolo para a continuação em vigor do Convênio de 1968. O instrumento prorrogado não incluía cláusulas econômicas. Na mesma oportunidade fixou-se calendário para as negociações do novo Acordo, com início previsto para janeiro de 1975.

Dando seqüência aos entendimentos entre exportadores para a defesa dos preços do produto, o Grupo de Países Produtores de Café decidiu, em setembro, manter o esquema de retenção que vigorou para o ano cafeeiro 1973/74 e instituir novo esquema para 1974/75, fortalecendo as medidas de supervisão e controle de tais mecanismos.

Açúcar

A 27 de novembro foi promulgado o Acordo Internacional do Açúcar de 1973, tendo prosseguido, no seio da Organização Internacional do Açúcar, os trabalhos conducentes à negociação de novo acordo com cláusulas econômicas.

Ainda em novembro, o Brasil participou de reunião realizada em Cozumel, México, na qual foi criado o Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar, o qual

servirá como foro de consulta e coordenação acerca dos problemas comuns de comercialização do produto.

Trigo

Realizou-se, em Buenos Aires, de 21 de janeiro a 2 de fevereiro, reunião entre autoridades brasileiras e argentinas, no sentido de buscar solução para o não-cumprimento dos contratos de trigo argentino dentro do Acordo de Trigo com aquele país. Todavia, resultados concretos não foram alcançados dada a impossibilidade de o lado argentino ressarcir, de alguma maneira, os prejuízos causados ao Brasil pelo não cumprimento dos contratos, fato agravado pela situação anômala do mercado internacional.

Tendo em vista continuar as discussões a respeito do tema, realizou-se, em Brasília, nos primeiros dias de março, a IX Comissão Especial Brasileiro—Argentina de Coordenação (CEBAC). No segundo semestre, a fim de dar continuidade ao comércio do trigo entre os dois países, foram realizadas algumas reuniões no Itamaraty, estando presentes o Presidente da Junta e representantes dos demais órgãos governamentais interessados no assunto. Destas reuniões surgirão resultados concretos: aquisição de 80 mil toneladas de trigo argentino no segundo semestre de 1975, dentro do mecanismo de concorrências que a Junta Deliberativa do Trigo faz realizar (operações comerciais).

Cacau

Coube ao Itamaraty coordenar a participação brasileira nas reuniões realizadas, durante o ano, no âmbito da Organização Internacional do Cacau (OICACAU) e da Aliança dos Produtores de Cacau. De tais reuniões, merece destaque a sessão de agosto do Conselho da OICACAU, que elevou a faixa de preços

do Acordo Internacional sobre o produto, concluindo uma negociação iniciada em 1973, através de proposta brasileira, apoiada pelos demais países produtores. O reajuste não teve, entretanto, efeitos práticos no mercado cacaueiro, que continuou a acusar cotações muito superiores aos níveis previstos pelo Acordo.

Na mesma sessão de agosto de 1974, o Representante Permanente do Brasil junto à OICACAU foi eleito Vice-Presidente do Conselho daquela organização para o período 1974/75.

Algodão

As atividades do Itamaraty no setor algodoeiro fizeram-se sentir, principalmente, na preparação da XXXIII Reunião Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, ocasião um tanto difícil para o Brasil, devido à suspensão das exportações brasileiras de algodão, a partir do segundo semestre de 1974. Entretanto, dias antes da realização da mencionada Assembléia, a CACEX liberou as exportações, fato anunciado durante a citada reunião, pelo Chefe da Delegação brasileira. Além dessa Assembléia-Geral, participou também o Brasil das reuniões do Comitê Executivo do Instituto Internacional do Algodão realizadas em Barcelona e em Washington.

Pesca

Os acordos de pesca que o Brasil mantinha com os Estados Unidos, Países Baixos (pelo Suriname), Trinidad e Tobago e Barbados, pelos quais determinado número de barcos de bandeira desses países foram autorizados a pescar camarão em águas territoriais brasileiras, deveriam expirar em 30-6-1974, mas foram prorrogados até 31-7-1974.

Com vistas ao preparo da posição brasileira para a negociação dos novos acordos, que deverão vigorar em 1975, reuniu-se o Grupo de Trabalho Negociador, composto de representantes do Itamaraty, SUDEPE e Ministério da Marinha, tendo concluído seus trabalhos em setembro. Suas conclusões foram levadas ao conhecimento da Comissão Interministerial de Recursos do Mar (CIRM), criada pelo Decreto n.º 74.557, de 12-9-1974, a quem compete a coordenação dos assuntos relativos à consecução da Política Nacional para os Recursos do Mar.

Conferência Mundial de Alimentos

Participou o Brasil da Conferência Mundial de Alimentos, das Nações Unidas, realizada em novembro, em Roma. Para tanto, coordenou-se o Itamaraty com o Ministério da Agricultura. Três sessões do Comitê Preparatório da CMA foram realizadas, no curso do ano: em Nova York, Genebra e em Roma. O Brasil esteve igualmente presente a esses trabalhos preparatórios.

Petróleo

Desde o princípio da chamada crise energética, o Itamaraty passou a dispensar atenção especial ao acompanhamento dos assuntos internacionais relativos ao petróleo. No curso de 1974, dentre as principais tarefas relacionadas assinale-se o preparo de missões governamentais à Arábia Saudita e ao Coveite, bem como o recebimento de autoridades estrangeiras.

Minérios

O ano de 1974 anunciava-se como de crise nas relações entre produtores e consumidores de matérias-primas, particularmente as de origem mineral. O exemplo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) estimulara vários países a

proporem aos demais produtores/exportadores se unissem em entidades análogas à exitosa organização dos países exportadores de petróleo: chegaram a ser criadas novas entidades para tungstênio (a nível empresarial), mercúrio e bauxita (a nível governamental), e a serem discutidas, ainda inconclusivamente, em reuniões internacionais, outras para minério de ferro e manganês, ambas preconizando a formação de entidades intergovernamentais. O Brasil participou das reuniões sobre minério de ferro e manganês, tendo comparecido à reunião ministerial do Grupo Informal dos Países Exportadores de Minério de Ferro, que se realizou em Genebra, em novembro precedida de encontro técnico. O Brasil preferiu manter atitude de expectativa, porquanto se era favorável, em princípio, a iniciativas que lograssem elevar os preços dessas matérias-primas, não o era a ponto de endossar a criação de situações de confrontação entre produtores/exportadores e consumidores. Por outro lado, as entidades já existentes, ambas intergovernamentais, para o cobre e para o estanho, tampouco lograram êxito no que, aparentemente, seria época propícia a seu fortalecimento e à obtenção de significativas concessões de preço por parte dos importadores.

Preocupado em reduzir suas despesas em divisas com a importação de certos produtos minerais, especialmente o cobre, o Governo brasileiro deu início a negociações bilaterais visando ao incremento de suas compras diretas de países produtores, a assegurar o abastecimento a longo prazo da indústria nacional e, sobretudo, habilitar o Brasil para beneficiar, internamente, para seu consumo, matéria-prima adquirida a outros países, que substituiria, então, o produto final ou semi-acabado que vinha sendo importado. Como tais negociações se vinculam com providências paralelas a serem tomadas no plano interno, ainda não foi possível levá-las a bom termo, assinalando-se, porém, terem encontrado boa receptividade por parte dos países interessados.

Por fim, assinala-se que, através, quase sempre, da Delegação Permanente em Genebra, o Brasil participou de várias reuniões internacionais, convocadas pela UNCTAD.

A própria posição do Brasil como importante fornecedor de matérias-primas minerais foi em muito fortalecida no decorrer de 1974 através, sobretudo, de medidas implementadas no plano interno, muitas resultantes de negociações bilaterais, especialmente com o Japão, que aumentaram ou irão aumentar significativamente o potencial do Brasil como exportador de minério de ferro, de bauxita, alumina e alumínio, de manganês, de quartzo e de vários produtos industrializados.

Siderurgia

O principal fato de 1974, no tocante à siderurgia, foi a decisão, tomada na segunda metade do ano, de antecipar a implementação da fase III do Plano de Expansão Siderúrgico. Coube ao Itamaraty acompanhar de forma global as negociações bilaterais que tiveram, então, início, sob a égide da Siderbrás, para a aquisição e respectivo financiamento de equipamentos no exterior, assessorando aquela empresa mista na medida do necessário e, principalmente, com relação à organização das missões que visitarão o Brasil com vistas ao prosseguimento dessas negociações.

Por outro lado, cabe mencionar problema de relevância setorial, qual seja o do abastecimento de sucata importada dos Estados Unidos da América às usinas nacionais — principalmente a USIBA e a COFAVI — que a utilizam como matéria-prima. Foi possível obter razoável quota para o Brasil dentro do contingenciamento denominado "regular" estabelecido pelas autoridades norte-americanas face à escassez do produto, bem como atender, parcialmente, às solicitações daquelas empresas quanto a alocações dentro do contingenciamento "especial" igualmente estabelecido.

Carvão Metalúrgico

Logo nos primeiros meses de 1974, ante a iminência de greve dos mineiros de carvão norte-americanos, prevista e efetivamente deflagada em novembro, esforçou-se a Divisão de Produtos de Base por prestar toda assistência possível à indústria siderúrgica nacional e aos demais órgãos internos competentes com vistas a: 1) minimizar os efeitos dessa greve procurando fazer com que as empresas exportadoras norte-americanas cumprissem com seus contratos de fornecimento dessa matéria-prima indispensável ao parque siderúrgico nacional; e 2) incrementar o quanto possível, o suprimento de carvão de outras procedências, especialmente da Polônia, da Austrália e do Canadá, países com quem foram iniciadas (os dois últimos ou ampliadas (Polônia) negociações a esse respeito, sendo atingidos resultados bastante satisfatórios.

Por fim, cabe mencionar o prosseguimento das negociações com a Colômbia e a entabulação de contatos com a Venezuela, com vistas a eventuais empreendimentos comuns na exploração e extração de carvão metalúrgico nesses países, para satisfazer em parte as necessidades previstas da indústria siderúrgica brasileira.

Energia Nuclear

No correr de 1974, visitou o Brasil missão alemã, composta de funcionários governamentais e homens de empresas ligados ao campo da energia nuclear, com vistas a estudar as possibilidades de desenvolver a cooperação entre os dois países. Esteve também em Brasília o Senhor André Giraud, Administrador-Geral do Comissariado de Energia Atômica da França e, pouco após sua visita, foram dados os primeiros passos no sentido de negociar novo acordo de cooperação nuclear Brasil/França, para substituir o que expirou em 9-9-1974.

Por proposta dos Estados Unidos, os dois países chegaram a um entendimento no sentido de emendar o Acordo sobre Usos Civis de Energia Atômica em 1972; devido, porém, a modificações na legislação americana, o assunto foi adiado para 1975.

Em julho, representantes de Furnas Centrais Elétricas assinaram os primeiros contratos de fornecimento de urânio enriquecido para a Central Nuclear Alvaro Alberto, em Angra dos Reis, a ser fornecido pela Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TRANSPORTES MARÍTIMOS — RELAÇÕES MULTILATERAIS

**Organização Consultiva
Marítima Intergovernamental (IMCO)**

Em conformidade com a política governamental de crescente participação brasileira nos organismos internacionais especializados, desenvolveu-se, no decorrer de 1974, intensa atividade junto à Organização Consultiva Marítima Intergovernamental (IMCO), organismo responsável pela padronização, normativização e difusão das técnicas de navegação marítima. Dentre as principais atividades desenvolvidas, pode-se destacar:

1) **"Maritime Satellite System (MARSAT)"**: com a participação do Itamaraty, organizou-se um grupo interministerial com a finalidade de fixar a posição a ser adotada pelo Brasil por ocasião da conferência internacional, prevista para 1975, em que serão analisados os aspectos técnicos, jurídicos e institucionais de um sistema internacional de comunicações por satélite para o serviço móvel marítimo. Tal sistema será utilizado em regime de consórcio internacional, e deverá entrar em funcionamento em 1979;

2) **Convenção Internacional para a Prevenção de Poluição por Navio**: com a assinatura dessa Convenção, aprovada em Conferência realizada de 8 de outubro a 2 de novembro de 1973, em Londres, afirmou-se o especial interesse revelado pelo Governo brasileiro em relação aos assuntos concernentes à poluição em geral, e a poluição marinha em particular, como atestado pela participação do Brasil nos diversos conclaves internacionais sobre a matéria;

3) **Emendas à Convenção da IMCO**: em outubro de 1974, realizou-se a 5.ª Sessão Extraordinária da Assembléia da IMCO, para apreciar propostas de reforma da Convenção constitutiva da organização. Foram aprovadas então, com o apoio do Brasil, por implicarem em maior participação dos países em desenvolvimento no processo decisório, as propostas prevendo a elevação do número de membros do Conselho da IMCO de 18 (dezoito) para 24 (vinte e quatro) e assegurando o acesso de qualquer dos Estados-membros ao Comitê de Segurança Marítima da organização.

Grupo Intergovernamental sobre Transporte Intermodal

Entre 21 e 30 de outubro realizou-se, em Mar del Plata, a Primeira Reunião Regional Latino-americana de preparação para a reunião de Genebra que examinará o projeto de Convenção Internacional sobre Transporte Intermodal.

A reunião de Mar del Plata estabeleceu a posição latino-americana com relação ao problema do transporte intermodal baseando-se, em grande parte, em propostas apresentadas pela Delegação do Brasil e pelo Grupo Andino. Os países latino-americanos se manifestaram interessados em participar, ativamente, das negociações internacionais sobre o projeto de Convenção sobre Transporte Intermodal e, em sua Declaração, estabeleceram posições relativas à adoção de um documento

único de transporte combinado, à capacidade dos governos regularem as atividades dos operadores de transporte combinado, ao sistema de responsabilidade do referido operador, às questões de seguro, tendo em vista a necessidade de proteger seus respectivos mercados securitários, e a outros aspectos da complexa problemática do transporte intermodal.

Em Genebra, de 11 a 29 de novembro, realizou-se o segundo período de sessões do Grupo Preparatório Intergovernamental sobre Transporte Intermodal. O objetivo principal da segunda sessão foi examinar os estudos encomendados ao Secretariado da UNCTAD durante o primeiro período do referido Grupo. Os estudos versaram sobre aspectos gerais do transporte intermodal e suas implicações para a economia dos países em desenvolvimento, assim como sobre os seguintes pontos: seguro, responsabilidade do operador de transporte combinado, documentação, especialmente o documento único, foro competente, conflitos de leis, campo de aplicação das regras sobre transporte internacional intermodal e questões alfandegárias correlatas.

A Delegação do Brasil teve a seu cargo a coordenação do Grupo dos 77 e conseguiu, mediante negociações, tanto nos grupos regionais quanto no Grupo dos 77, identificar uma posição aceitável para todos, assegurando-se assim a continuidade dos trabalhos do Grupo Preparatório. Finalmente, foi aprovado relatório, em que os países assumem o compromisso de participar dos futuros trabalhos do Grupo Preparatório, e indicam interesse na negociação de uma Convenção Internacional sobre a matéria, a qual deverá ter caráter opcional, isto é, não torna obrigatório para o usuário o recurso ao transporte intermodal.

Código de Conduta para Conferência de Frete

Realizou-se em Genebra, de 11 de março a 6 de abril, o segundo período de sessões da Conferência Plenipotenciária das

Nações Unidas, sobre um Código de Conduta para Conferências Marítimas. No primeiro período de sessões, levado a cabo entre 12 de novembro e 15 de dezembro de 1973, não se chegou a concluir a negociação de uma Convenção Internacional sobre a matéria, tornando-se necessária a convocação de um segundo período para assegurar o término das negociações.

Durante o segundo período de sessões a Delegação brasileira defendeu, juntamente com a Índia e outros países em desenvolvimento, a inclusão, no texto da Convenção, dos princípios que norteiam a política brasileira de Marinha Mercante e que haviam sido consagrados, durante o III UNCTAD, como os objetivos dos países em desenvolvimento no setor dos transportes marítimos.

Em 6 de abril de 1974 foi assinada a Ata Final por setenta e nove países que participaram do encontro. O projeto de Convenção, que visa a estabelecer normas de procedimento para a operação das conferências de frete, contou com o apoio da maioria dos países que assinaram a ata final, com a exceção de cinco países europeus, e os Estados Unidos da América (que apresentaram voto contrário), e abstenção de quatro países europeus e do Canadá. O Brasil votou favoravelmente à Convenção que deverá ser assinada até 30 de junho de 1975 e, eventualmente, ratificada pelos países interessados.

TRANSPORTES MARÍTIMOS — RELAÇÕES BILATERAIS

No que tange às relações marítimas bilaterais, foram encetadas negociações com a União Soviética. Como resultado, as autoridades brasileiras da Marinha Mercante assinaram, com o setor armatorial da URSS, Acordo de "pool", estabelecendo as condições de transporte marítimo Brasil/URSS pelo prazo de cinco anos, o que veio dar efetividade ao Acordo governamental concluído em outubro de 1972.

Foi, outrossim, instituído Grupo de Trabalho Interministerial, coordenado pelo Itamaraty, com o objetivo de examinar as possibilidades de ser assegurada aos armadores brasileiros uma participação mais significativa no comércio com os demais países do leste Europeu.

Durante a visita do Presidente Luiz Echeverria, do México, ao Brasil, em julho de 1974, foi assinado um Convênio sobre Transportes Marítimos Brasil—México, consagrando o princípio da reserva de carga, que vem norteando a política marítima brasileira. Segundo o Convênio, a carga gerada pelo comércio entre os dois países será transportada exclusivamente em barcos de pavilhão brasileiro e mexicano, em partes iguais. Na hipótese de falta de navios, as partes contratantes poderão ceder até dez por cento de suas quotas a navios de terceira bandeira, preferencialmente a armadores dos países membros da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). O Acordo já foi aprovado pelo Congresso brasileiro.

Transportes Aéreos

Em estreita coordenação com o Ministério da Aeronáutica, através da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI), o Itamaraty participou da tarefa de atualização e execução da política brasileira de transporte aéreo internacional, nos seus diversos aspectos de natureza política, jurídica, técnica e econômico-comercial.

No ano de 1974, foram convocadas Reuniões de Consulta, dentro dos mecanismos previstos pelos Acordos Aéreos bilaterais firmados pelo Brasil, objetivando o constante aprimoramento das relações aeronáuticas. Por outro lado, foram promovidas negociações para a conclusão de novos Acordos Aéreos. Ademais, dada sua projeção e contribuição à aviação comercial, o Brasil teve uma participação das mais destacadas nos foros multilaterais de aviação civil: a Comissão Latino-Americana de

Aviação Civil (CLAC) e a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).

No âmbito bilateral, destacaram-se os seguintes eventos:

I — **Reuniões de Consulta**

a) Brasil—Japão (Rio de Janeiro, 20 e 22 de maio)

Foi autorizada a quarta freqüência semanal do transportador brasileiro para o Japão, e introduzida uma nova rota, via Pacífico Sul, nos Quadros de Rotas dos dois países.

b) Brasil—Chile (Rio de Janeiro, 10 a 14 de julho)

Foram atualizados os Quadros de Rotas brasileiro e chileno, e autorizados novos serviços de passageiros e cargas entre os dois países.

c) Brasil—Dinamarca—Noruega—Suécia (Rio de Janeiro, 25 de junho a 1.º de julho).

Procedeu-se ao exame do desenvolvimento do tráfego aéreo entre o Brasil e a Escandinávia. Outorgou-se à empresa aérea escandinava uma nova operação semanal de sobrevôo através do território brasileiro, com escala técnica no Rio de Janeiro.

d) Brasil—Argentina (Buenos Aires, 20 a 29 de novembro)

Procedeu-se a um amplo intercâmbio de pontos de vista referentes à defesa do mercado aéreo regional, ao aumento dos serviços entre o Brasil e a Argentina e à regulamentação dos direitos de tráfego (5.ª e 6.ª liberdades) das empresas nacionais nos tráfegos de longo curso.

II — **Negociações Aeronáuticas**

a) Brasil—Venezuela (Rio de Janeiro, 7 a 11 de janeiro)

Com o intuito de formalizar as relações aeronáuticas, já que as operações aéreas estavam sendo efetuadas em bases pre-

cárias, negociou-se o Acordo Aéreo Brasil—Venezuela. Certos aspectos operativos do "Protocolo" do Acordo, entretanto, ficaram pendentes para acerto ulterior.

b) Brasil—Guiana (Georgetwn, 6 a 10 de maio)

Foi celebrado em Georgetown, a 10 de maio, o Acordo Aéreo Brasil—Guiana, que substituiu o Acordo Aéreo Brasil—Reino Unido de 1946, que vinha sendo aplicado, provisoriamente, para disciplinar as relações aeronáuticas brasileiro—guianense. O referido documento foi aprovado pelo Governo brasileiro (Decreto Legislativo n.º 74, de 31 de novembro); devendo-se proceder, oportunamente, à troca de ratificações.

c) Brasil—Marrocos (Rio de Janeiro, 5 a 8 de agosto).

Negociou-se o Acordo Aéreo Brasil—Marrocos, que possibilitará a atuação da bandeira brasileira naquele país do norte da África, que tem no eixo Casablanca/Rabat um grande centro distribuidor de tráfego aéreo.

No plano bilateral, cumpre registrar que, por iniciativa do Itamaraty, a CERNAI instituiu um Grupo de Trabalho para examinar as ligações aéreas com a África e o Oriente Médio. Aquele Grupo elaborou anteprojetos de Acordos Aéreos, que serão utilizados nas próximas negociações com a Jordânia e Iraque. Por outro lado, estão em fase avançada os estudos de viabilidade para o estabelecimento de linha aérea entre o Brasil e pontos no continente africano.

Quanto à parte **multilateral** do setor de Transporte Aéreo, cabe ressaltar o trabalho desenvolvido durante a XXI Assembléia da OACI e a I Assembléia da CLAC.

A XXI Sessão da Assembléia Geral Ordinária da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) foi realizada em Montreal, de 24 de setembro a 16 de outubro. Dentre as realizações da reunião em apreço, as que revestem de maior importância para

nosso País foram: a reeleição do Brasil (99 votos) para o Conselho da OACI; o aumento do número dos membros daquele Conselho de 30 para 33, e, finalmente, a aprovação de proposta brasileira visando à convocação de uma conferência para examinar os problemas mais urgentes que afligem o transporte aéreo internacional.

A Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (CLAC), criada durante a Conferência de Autoridades Aeronáuticas da América Latina (México — dezembro de 1973), realizou sua I Assembléia Ordinária, de 21 a 29 de agosto, na cidade de Buenos Aires. No decorrer dos trabalhos, foram aprovados o Regimento Interno das Reuniões da ALALC, seu programa inicial de trabalho, sua proposta orçamentária, **inter alia.** Todos esses assuntos já haviam sido analisados anteriormente pelos países membros do Comitê Executivo da organização (México, Brasil, Costa Rica e Colômbia), em seu encontro do Rio de Janeiro (29 a 31 de maio).

Transportes Terrestres

Em colaboração com os órgãos modais do Ministério dos Transportes, o Itamaraty acompanhou os trabalhos da V Reunião de Ministros de Transportes e Obras Públicas do Cone Sul (Santiago, 21 a 28 de outubro) e das sessões técnicas preliminares (Rio de Janeiro, maio e agosto).

Entre os diversos projetos aprovados, visando maior integração dos transportes na região, merecem especial menção os trabalhos de revisão e atualização do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre de 1966, documento básico que regulamenta o tráfego de passageiros e cargas, por via rodoviária e ferroviária, na região do "Cone Sul" do continente americano. O Itamaraty esteve também representado no Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), onde propôs modificações a dois artigos do projeto do Código Nacional de Trânsito.

Comunicações

O Brasil participou do XVII Congresso da União Postal Universal, realizado em Lausanne, tendo sida, pela primeira vez, eleito para o Conselho Executivo e para o Conselho Consultivo de Estudos Postais da UPU. Ademais, foi o Brasil escolhido para ser o país sede do XVIII Congresso daquela União, a realizar-se em 1979.

No que respeita às telecomunicações, no âmbito multilateral, o Brasil participou da XXX Sessão do Conselho de Administração da União Internacional de Telecomunicações. Cumpre salientar ter sido o Brasil eleito para o referido órgão da UIT durante a Conferência Plenipotenciária da UIT, em 1973.

Com a decisão do Banco Africano de Desenvolvimento, associado à UIT, de convidar os países membros da UIT a participarem da implantação da Rede Pan-Africana de Telecomunicações (PANAFTEL), constituiu-se um Grupo de Trabalho Interministerial, integrado pelo Itamaraty, com vistas a estudar a forma de participação brasileira naquele empreendimento.

Como parte desse trabalho, técnicos do Ministério das Comunicações visitaram a Tanzânia, Nigéria, Daomé e Guiné-Bissau. Como resultado, visitou o Brasil uma Missão Técnica nigeriana, de 10 a 21 de dezembro.

Encontram-se em andamento as negociações para a realização da interconexão que ligará, por telefone, o Brasil à Colômbia, através de enlace na região de Letícia/Tabatinga. O assunto vem sendo tratado pelo Itamaraty em coordenação com o Ministério das Comunicações.

Finalmente, foram acordados pelas autoridades respectivas assuntos relativos a equipamento e capacidade dos sistemas de

microondas que ligarão o Brasil ao Uruguai, e ao Paraguai. As negociações foram conduzidas em sua primeira fase, através do Itamaraty.

Foram assinados Acordos de Radioamadorismo com o Paraguai e a Dinamarca e propostos acordos, nos mesmos moldes, à Finlândia, Noruega, Venezuela e França.

PROMOÇÃO COMERCIAL

Informação Comercial

No âmbito do Programa de Informação Comercial, publicaram-se os números de 17 a 22 da revista **Comércio Exterior**, da qual foram tirados 198 mil exemplares durante o ano. Na **Coleção Estudos e Documentos de Comércio Exterior**, editaram 67 títulos (com tiragem global de 210.650 exemplares), distribuídos pelas séries **Como Exportar** (22 títulos), **Mercados para o Brasil** (40 títulos) e **Diversos** (5 títulos). A **Revista Comercial no Exterior** ("Brazil-Trade and Industry") foi publicada em inglês, em Hong Kong, com tiragem de 8 mil exemplares por edição mensal. Em francês, a Revista foi publicada em Paris, atingindo o total de 59.500 exemplares. A versão alemã foi publicada em Hamburgo, alcançando sua tiragem 30 mil exemplares. No quadro do plano de publicações foram também editadas as versões em francês, árabe e alemão do "Guide to Investing in Brazil".

Após a fase experimental correspondente ao começo das atividades do Sistema de Informações Comerciais (SIC), o ano de 1974 trouxe a sedimentação da atuação do Sistema, que passou a operar com 91 postos no exterior (contra 43, em 1973). No que se refere à distribuição das oportunidades de negócios, o Cadastro Geral de Destinatários (CGD) do SIC sofreu

duas importantes revisões no correr de 1974, com vistas a assegurar maior funcionalidade ao fluxo de informações distribuídas, tornando-se mais precisas: passou-se a utilizar, até meados do terceiro trimestre, classificação das firmas usuárias do Sistema segundo os quatro primeiros dígitos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (contra dois dígitos iniciais, anteriormente), classificação essa que novamente foi aperfeiçoada, no final do ano, com o emprego de todos os oitos dígitos da Nomenclatura. Pode-se dizer que, no que se refere à classificação e à disseminação das oportunidades de negócios, o SIC atingiu seu estágio mais completo de operação. Com a nova organização do CGD devidamente implantada e em funcionamento, as oportunidades comerciais divulgadas em 1974 se elevaram à cifra de 4.450.000, contra 1.650.000 em 1973 e 17.000, apenas, em 1972. Foram recebidos dos postos operadores do Sistema 27.500 boletins de oportunidades comerciais e 1.700 boletins de concorrências públicas.

Ainda no contexto do Programa de Informação Comercial, efetuaram-se 80 pesquisas de mercado, em muitos casos aproveitadas nas publicações do Programa. O Manual de Pesquisas, concebido para padronizar procedimentos de coleta de dados e facilitar o aproveitamento sistemático das informações recolhidas para sua eficaz divulgação entre os exportadores nacionais, foi modificado e aperfeiçoado, facilitando-se, assim, a tarefa dos postos na execução, por seus próprios funcionários, das pesquisas necessárias.

Foram processadas 318 reclamações comerciais em 1974, e obtida solução imediata para 96, encaminhando-se 114 aos órgãos internos competentes, para as providências cabíveis. Foram atendidas 2.065 consultas dos setores públicos e privado, no Brasil e no exterior, sobre indicadores gerais de comercialização (dimensões de mercados importadores, transportes, relações de importadores, canais de distribuição, etc.). Remeteu-se 52.938 publicações aos postos no exterior para sua informação em assuntos de interesse da promoção comercial.

Promoções Diretas

O Programa de Promoções Diretas perseguiu o objetivo de colocar o exportador brasileiro, e seu produto, ou serviço, em contato direto com o importador estrangeiro. Incluiu a participação brasileira em feiras e exposições no exterior e a organização de visitas de potenciais importadores estrangeiros ao Brasil.

Em sua parte de feiras e exposições, o Programa abrangeu apresentações de exportadores brasileiros a 22 países (8 da Europa, 9 da América Latina, 1 da América do Norte, 2 da África, 2 do Oriente Médio), totalizando 42 mostras, em que estiveram representados 1.125 expositores. Não obstante as dificuldades que caracterizaram o comércio internacional em 1974 e o fato de que os recursos à disposição do Itamaraty para custeio daquelas promoções permaneceram constantes em relação a 1973, registrou-se uma elevação da ordem de 14,75%, com relação ao ano precedente, nas exportações diretamente vinculadas à participação em feiras e exposições. Cada cruzeiro investido naquela participação, em 1974, resultou em 60,30 cruzeiros de vendas imediatamente provocadas — índice altamente satisfatório e que reflete o acréscimo de produtividade causado pelo perene aperfeiçoamento dos métodos de organização da presença brasileira nos certames em apreço. A taxa de rendimento custo/vendas imediatas fora de 1:52,62 em 1973. Em 1971 havia sido de 1:20,00.

No programa de visitas de importadores, em cooperação com a CACEX e entidades de classe, o MRE promoveu, em 1974, vinda sistemática ao Brasil de grandes compradores estrangeiros. Como de costume, procurou-se fazer coincidir tais visitas com a realização de certames especializados organizados por diversas entidades nacionais: FENIT, FENAP, FRANCAL, FENAC, Salão do Automóvel, etc. Pela primeira vez, o Itamaraty, em colaboração com a FENIT (Feira Nacional da Indústria

Têxtil), contratou com empresa especializada de Nova York a promoção específica daquele certame nos Estados Unidos da América e no Canadá. Dessa promoção resultou visita de 108 importadores dos dois países à XVII FENIT, com excelentes resultados comerciais. Além disso, seguiu-se prestando, em coordenação com a CACEX e outras entidades, assistência a importadores estrangeiros em visita ao Brasil por conta própria.

As atividades do Itamaraty em matéria de promoção de turismo desenvolveram-se em coordenação com os demais órgãos do Sistema Nacional de Turismo, em estreito entendimento com a EMBRATUR. Foram transmitidas aos órgãos competentes informações sobre turismo oriundas dos postos, deu-se apoio a promoções turísticas especiais no exterior e à representação brasileira em reuniões internacionais, tanto de caráter governamental como não governamental. Promoveu-se também a distribuição, a toda a rede diplomática e consular brasileira, de abundante material de promoção turística, em vários idiomas, preparado pela EMBRATUR por ocasião da Feira Brasil Export-73, em Bruxelas.

Organização e Modernização

O MRE continuou empenhado no aperfeiçoamento do seu Sistema de Promoção Comercial, que, desde 1971, vem sendo ajustado a modernas técnicas de administração por objetivos, com procedimentos apropriados de planejamento, programação, organização, controle e permanente auto-regeneração organizacional e operacional. O Programa de Organização e Modernização abrangeu, basicamente, em 1974, a provisão dos recursos institucionais, normativos, humanos e materiais de que carece o Sistema para seu funcionamento. Com vistas a possibilitar novos ganhos de eficiência, foi reformulada a sistemática de planejamento, programação e controle — reformulação

consolidada no Documento de Planejamento que fixa objetivos, estabelece prioridades e define as diretrizes de elaboração e execução do Programa de Promoção Comercial no Exterior, a ser posto em vigência em 1975. De acordo com a reformulação indicada, o PPCE desdobrar-se-á em cinco Subprogramas: de Informação Comercial, Mostras e Turismo, Organização e Modernização, Operações de Promoção Comercial e Estudos e Pesquisas de Mercado, detalhados em Código Geral de Atividades (CGA) no qual foram explicitados, em termos imediatamente operacionais, 171 atividades de promoção de exportações da responsabilidade das Unidades no Brasil e no exterior do Sistema de Promoção Comercial.

Estudos e Pesquisas: Convênio Itamaraty — IPEA

O Convênio entre o Itamaraty e o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, inicialmente concluído em 4 de outubro de 1972, pelo período de um ano, foi renovado, por igual período, em 17 de junho de 1974. O Convênio tem por finalidade principal efetuar estudos e pesquisas sobre as características e condições no mercado internacional para produtos de exportação brasileira, com vistas: a) à definição e planejamento da estratégia de promoção comercial do MRE no exterior; b) à preparação de estudos e perfis sobre mercados externos para produtos brasileiros, para divulgação ulterior junto aos meios exportadores nacionais, através do "Sistema de Informações Comerciais"; c) ao aperfeiçoamento de técnicas e métodos, em matéria de estudos e pesquisas de mercados externos, devidamente adaptados à evolução e às necessidades do comércio exterior brasileiro. O Convênio funciona no Itamaraty, no âmbito do Departamento de Promoção Comercial, e tem por Coordenadores um Diplomata de Carreira e um técnico "senior" do IPEA, assessorados por uma equipe de eco-

nomistas. O Convênio dispõe, para financiamento de suas pesquisas, de recursos oriundos do IPEA e do Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas (FDAE).

Em 1974, o Convênio elaborou uma tabela básica de oferta brasileira de produtos não tradicionais de exportação, publicada sob forma de monografia: "Exportação Brasileira de Produtos Selecionados 1968-1972", que está sendo atualizada, de forma a abranger dados de exportação até 1974, com a inclusão de novos produtos, trabalho que deverá ficar pronto nos dois ou três primeiros meses de 1975. A partir da tabela básica de ofertas, foram efetuados estudos sobre o comportamento da demanda daqueles produtos nos mercados de 10 países industrializados (CEE dos "Seis", Reino Unido, Finlândia, EUA e Japão), estudos que serão atualizados e ampliados, no próximo ano, a fim de abranger mais de 35 mercados estrangeiros, entre os mais importantes para o Brasil. Foram também realizados pelo Convênio, em colaboração com outras Divisões geográficas ou funcionais do Itamaraty, estudos específicos sobre assuntos de interesse comercial e econômico, entre os quais o "Estudo Preliminar sobre o Comércio Exterior da República Popular da China 1970-1973", que será brevemente publicado na íntegra na coleção "Estudos e Documentos de Comércio Exterior".

Outras Atividades

O MRE desenvolveu, em 1974, numerosas outras atividades, ainda não classificadas, por sua heterogeneidade, nos programas específicos antes citados, de Informação Comercial, Promoções Diretas e Organização e Modernização. Caberia referir, dentre tais atividades (a serem englobadas, em 1975, nos novos Subprogramas de Operações de Promoção Comercial e Estudos de Mercado): a orientação prévia no Brasil e o apoio sistemático ao exportador no exterior; o apoio a missões enviadas

ao exterior por outros órgãos governamentais ou entidades privadas; a articulação de operações especiais, com interveniência simultânea de diversas entidades privadas e/ou públicas; a captação e transmissão a outros órgãos do Governo, associações e empresas privadas, de informação sobre oportunidades de treinamento ou assistência técnica em organismos internacionais e países com adiantada experiência em comércio exterior, bem como as providências necessárias para o aproveitamento daquelas oportunidades; o acampamento das atividades de organismos internacionais que atuam no terreno da promoção de exportações (Internacional Trade Center, Centro Interamericano de Promoção de Exportações, Centro Interamericano de Comercialização) e participação nas respectivas reuniões; a participação e o apoio à participação brasileira em negociações comerciais, a nível bilateral ou multilateral; a execução dos estudos especiais sobre as relações econômicas e comerciais do Brasil com os países determinados.

ASSUNTOS CULTURAIS

COOPERAÇÃO INTELECTUAL

Centro de Estudos Brasileiros

Em 1974, a principal preocupação do Itamaraty, com relação aos Centros, foi se assegurar o seu melhor funcionamento dentro do quadro existente. Nesse sentido, foram feitas algumas modificações nas chefias dos Centros, tendo sido nomeados novos diretores para os de Santiago, Rosário e São José da Costa Rica.

Procurou-se beneficiar aqueles Centros que, no momento, apresentavam maiores deficiências, tais como os de La Paz e de São José, bem como equipar o novo Centro a ser criado no México. Sobre esse aspecto, o orçamento-programa previsto para 1975 criou uma rubrica especial para atender ao reequipamento material e didático dos demais Centros.

Leitorados

Em 1974, voltou a afirmar-se uma tendência que já havia sido observada em anos anteriores — a de que os leitores devem ser selecionados pela Secretaria de Estado e não pelas Missões no exterior. Afora a França e a Inglaterra, países para os

quais acorre anualmente grande quantidade de professores brasileiros para cursos de pós-graduação, não há como utilizar — essa era a idéia estrutural dos leitorados — pessoal brasileiro disponível no exterior. Por outro lado, vêm-se alargando, cada vez mais, as exigências das universidades estrangeiras no que tange aos professores para os leitorados. Assim, foram enviados às Universidades de Dacar, Ifé, Roma e Colônia elementos com qualificações bem superiores às normalmente exigidas para um leitor.

Observa-se também uma rápida expansão do programa de leitores, sendo solicitada constantemente a abertura de leitorados, quer em países onde já existe um número grande destes, como a França, quer em países onde a difusão do português e da cultura brasileira apenas se inicia, como é o caso dos países da América Central.

Atividades de Cooperação

No campo da cooperação intelectual, dando prosseguimento ao programa de contatos com a África, o Itamaraty patrocinou, em 1974, a visita ao Brasil de duas missões universitárias:

1. **Missão Togolesa** — composta do Reitor e de diretores de faculdades da Universidade de Benin — veio ao Brasil estudar aspectos relacionados com a formação universitária nos campos médico, agrônomo e veterinário. Manteve contatos com as Universidades de São Paulo, Bahia e Brasília e com a Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu. Entre a Universidade de Benin e estas instituições brasileiras foram assinados convênios, buscando cooperação no campo do intercâmbio de professores, estudantes e troca de informações referentes a pesquisas realizadas nas citadas áreas do conhecimento. Tais convênios visam também a dar prosseguimento aos estudos sobre a influência africana na formação cul-

tural do Brasil e outros temas de interesse mútuo, devendo ser desenvolvidos pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia e Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo.

2. **Missão Senegalesa** — Composta de elementos da Universidade de Dacar e dos Ministérios da Agricultura e Planejamento do Senegal, esta missão tinha por objetivo conhecer as instituições brasileiras responsáveis pela formação universitária e pesquisa no campo das ciências agronômicas, no intuito de criar a Faculdade de Ciências Agronômicas na Universidade de Dacar. Para essa missão foi preparado, em conjunto com o Ministério da Agricultura, um programa de visitas que compreendeu os mais importantes institutos de agronomia do Brasil. Um amplo programa de cooperação interuniversitária está igualmente sendo realizado entre as universidades bolivianas e as universidades do Brasil, com o patrocínio ainda dos Ministérios das Relações Exteriores e da Educação e Cultura. Esse programa se divide em duas partes: 1.ª — concessão de bolsas de estudo de graduação e pós-graduação — as primeiras no campo da Educação e as segundas em diferentes áreas do conhecimento — a estudantes bolivianos indicados pelo Conselho Nacional de Educação Superior da Bolívia; 2.ª — cursos de aperfeiçoamento para diretores e administradores de universidades bolivianas na Universidade de Brasília.

O programa em apreço, cumpre notar, é de grande importância, visto que permite transferência de conhecimento em diversos níveis — da graduação, da pós-graduação e do aperfeiçoamento administrativo, sendo de especial relevância este último, dada a reforma por que passa a universidade boliviana.

Ainda dentro de um programa de intercâmbio de professores, o Ministério das Relações Exteriores trouxe ao Brasil vários professores franceses de língua portuguesa, visando a aumentar a influência do português do Brasil e da cultura brasileira na França.

Afora esses programas específicos, patrocinou-se a ida de professores brasileiros para o exterior e a vinda de professores estrangeiros ao Brasil, sempre que as atividades a serem pelos mesmos desempenhadas se enquadrassem dentro das prioridades do Governo no campo da formação universitária, ou que interessassem à formação de imagem favorável do Brasil no exterior.

Acordos Culturais e Comissões Mistas

Foram iniciadas gestões para o estabelecimento de acordos culturais com a Áustria e o Iraque. Foram trocados os instrumentos de ratificação relativos aos Acordos com o Paraguai, o Equador e Trinidad e Tobago.

Reuniram-se as Comissões Mistas Culturais com a Bélgica e com a Espanha. No caso da Bélgica, foram discutidos assuntos relativos à constituição de um leitorado brasileiro que abrangeria duas ou três universidades belgas e outros aspectos relacionados à continuação dos programas existentes nos campos do intercâmbio de bolsas de estudo e da difusão cultural. Com a Espanha, além da continuação dos programas estabelecidos pela Comissão Mista reunida em 1973, cujas datas foram determinadas, foi estabelecida uma série de outras atividades, visando a dar à cooperação cultural a relevância adequada à expansão ocorrida nas relações diplomáticas entre os dois países.

Atividades Assistenciais

I. Programas de Bolsas de Estudo

a) Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM) — 74

O Programa de Altos Estudos Amazônicos trouxe ao Brasil, em 1974, 6 bolsistas de alto nível, representando os seguintes

países: Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia, os quais realizaram estudos especializados na Universidade do Pará. Esse programa se realizou pela segunda vez e representa uma tentativa de desenvolvimento dos conhecimentos sobre uma área geográfica específica, que interessa tanto ao Brasil quanto aos demais países amazônicos. Seus participantes são sempre elementos com alta qualificação, ligados, geralmente, à administração de seus países. Além do Itamaraty, patrocinam os estudos a SUDENE e a SUDAM.

b) **Programa de Bolsas de Estudo do Ministério das Relações Exteriores**

Em 1974, o Itamaraty trouxe 76 estudantes estrangeiros para realizarem estudos de pós-graduação nos estabelecimentos de ensino superior do País. No quadro geral de oferta de bolsas de estudo, nota-se a predominância das bolsas oferecidas a países latino-americanos, em face da grande demanda existente nesses países pelos cursos ministrados pelas universidades brasileiras, em razão da ação cultural desenvolvida pelo Itamaraty nessas áreas. Em menor número, os candidatos provenientes dos Estados Unidos e de países europeus têm sido escolhidos, em sua maioria, entre os que revelam interesse por estudos de língua portuguesa, literatura e civilização brasileira.

c) **Bolsas de Estudo Oferecidas por Governos Estrangeiros**

O Itamaraty colaborou com as representações de governos estrangeiros que concedem bolsas de estudo a estudantes brasileiros. Nesse sentido realizaram-se reuniões mistas com representantes belgas, italianos e franceses, encontrando-se presentemente em tramitação o processo de bolsas oferecidas pelo Governo do Canadá. Nos casos acima, bem como no de inúmeros outros cursos específicos ou programas de bolsas provenientes do exterior, deu-se ampla divulgação em todo o território nacional, através de estreito contato com a imprensa e órgãos especializados.

II. Programa de Auxílio Financeiro

Os bolsistas brasileiros que se encontram realizando estudos no exterior recebem ajuda semestral oferecida pelo Itamaraty, no valor de 300 dólares. Durante o decurso de 1974, 88 bolsistas receberam o auxílio financeiro, destinado a servir de complementação da bolsa oferecida por governos estrangeiros ou organismos internacionais. Os beneficiários são selecionados de acordo com critérios relativos ao valor da bolsa e importância dos estudos realizados pelo bolsista, conforme as prioridades fixadas pelo Governo brasileiro.

III. Programa de Estabelecimento de Convênios com Universidades Brasileiras

Foram iniciadas negociações para estabelecimento de convênios com as Universidades federais do Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia. O Convênio de Cooperação com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul já se encontra em fase de conclusão, devendo, em breve, ser efetuada a cerimônia de assinatura do respectivo termo.

No que diz respeito aos acordos já firmados com as Universidades de São Paulo e Brasília, a sistemática de seu funcionamento fortaleceu-se em 1974 mediante a realização de reuniões periódicas destinadas a garantir o entrosamento de atividades entre o Itamaraty e aquelas instituições.

Nesse sentido, foram realizadas quatro reuniões com a Universidade de São Paulo, entidade que tem acolhido em maior número bolsistas e estudantes estrangeiros veiculados através do Itamaraty. A colaboração da Universidade de São Paulo vem tendo caráter crescente e adquirindo importância significativa, a partir da assinatura do Convênio de Cooperação, estendendo-se aos mais diversos setores da área cultural, tais como forne-

cimento de professores de língua portuguesa e literatura brasileira destinados a ministrar cursos no exterior, criação de cursos especiais por sugestão do Itamaraty e colaboração no estreitamento dos laços culturais com os países africanos através do Centro de Estudos Africanos, órgão especializado daquela instituição.

Por outro lado, em 1974, foi iniciado programa de bolsas para estrangeiros denominados "USP-MRE", através do qual aquela entidade manteve, mediante pagamento de mensalidades, oito bolsistas de ótimo nível, escolhidos de comum acordo com o Ministério das Relações Exteriores e trazidos ao Brasil pelo Itamaraty.

No que diz respeito ao Convênio de Cooperação com a Universidade de Brasília, um esforço especial foi feito na divulgação do Programa Especial de Mestrado em Economia, mediante a concessão de três bolsas para latino-americanos. Com efeito, o Itamaraty, mediante divulgação especial através das Embaixadas, tem secundado o objetivo da Universidade de Brasília de tornar-se o centro de convergência das Américas do Sul e Central no que diz respeito ao estudo no campo da Economia.

IV. **Estudantes-Convênio**

Sob o amparo de acordos culturais firmados pelo Brasil, freqüentam universidades brasileiras, gozando de dispensa de revalidação de curso secundário, do exame vestibular e do pagamento de quaisquer taxas escolares, estudantes procedentes de 14 países latino-americanos (Bolívia, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Venezuela e Uruguai) e de Portugal.

Tendo em vista a necessária atualização do programa, o Itamaraty propôs ao Ministério da Educação e Cultura (Departa-

mento de Assuntos Universitários) a assinatura de um novo Protocolo que viesse a regulamentar a matéria, em substituição ao firmado em 1967, e que introduzisse, entre outras, as seguintes modificações à sistemática até então seguida:

a) oferecimento de vagas por cursos e por universidades;

b) encaminhamento direto do aluno à universidade, sem necessidade de formalidades de apresentação no Escritório Regional do Itamaraty na Guanabara ou em Brasília;

c) as transferências de estudantes-convênio passariam a ser regidas pela legislação ordinária.

O novo documento foi assinado em dezembro e será implantado a partir do próximo ano letivo.

Em 1974 foram distribuídas 1.600 vagas para estudantes-convênio, contra 706 em 1973, tendo sido mais beneficiados os seguintes países: Bolívia, Paraguai, Peru e Panamá.

Organizações Internacionais

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

Realizou-se, de 17 de outubro a 22 de novembro, em Paris, a XVIII Conferência Geral da UNESCO, com a participação de 134 Estados-membros. O Itamaraty, em estreita colaboração com o Ministério da Educação e Cultura, através de sua Comissão de Assuntos Internacionais (CAI) e o Instituto Brasileiro da Educação, Ciência e Cultura (IBECC), que estabelece a ligação entre a Organização e as comunidades educacional, científica, cultural e artística do País, preparou e coordenou a presença brasileira no mencionado conclave.

Cumpre salientar a ativa participação de nossa Delegação nas diversas comissões da XVIII Conferência, destacando-se o trabalho desenvolvido pelo Brasil em favor do retorno de Portugal ao seio da UNESCO e da admissão da Guiné-Bissau como Estado-membro. A principal tese do Brasil na referida conferência foi a necessidade de os Estados-membros participarem efetivamente da vida da Organização, mediante contribuição mais significativa à formulação de seu planejamento e de seus programas. A atuação do Brasil nesse sentido, apoiada por elevado número de países latino-americanos, culminou em intervenção do Chefe da Delegação brasileira, ao cabo da qual o Diretor-Geral da UNESCO reconheceu a conveniência de se estabelecer diálogo mais estreito e sistemático entre os governos e a Organização.

O Embaixador Paulo B. Carneiro foi eleito para o Conselho Executivo, cargo que já ocupara anteriormente, reconquistando assim o Brasil relevante posição na UNESCO. No setor da Educação, foram defendidos os princípios da Educação Permanente, do repúdio à discriminação na Educação e da promoção da Educação no meio rural.

Ainda com relação à UNESCO, o Ministério das Relações Exteriores acompanhou, em permanente entrosamento com o IBECC, a distribuição de bolsas de estudo e o desenvolvimento dos diversos programas da UNESCO no País, principalmente dos três Centros Regionais criados no Brasil com o apoio da UNESCO, que são: o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLACSO), o Centro Latino-Americano de Física (CLAF) e o Centro para a Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina (CECTAL).

Conselho Interamericano para a Educação, a Ciência e a Cultura (CIECC)

Teve lugar em São Domingos, de 26 de janeiro a 1.º de fevereiro, a V Reunião Anual Ordinária do Conselho Interamericano para

a Educação, a Ciência e a Cultura, da Organização dos Estados Americanos. A Delegação brasileira, chefiada pelo Ministro da Educação e Cultura, Senador Jarbas Passarinho, atuou nos três comitês do referido organismo, que são o Comitê Interamericano de Ciência e Tecnologia (CICYT), Comitê Interamericano de Educação (CIE) e o Comitê Interamericano de Cultura (CIDEC). O Professor Lindolpho de Carvalho Dias, do Conselho Nacional de Pesquisas, foi então eleito para a Comissão Permanente Executiva do CIEC (CEPCIECC), desempenhando também o papel de coordenador, no Brasil, dos projetos da OEA na área da Ciência e Tecnologia, e de responsável pela elaboração dos projetos brasileiros, na mesma área.

O Itamaraty, em colaboração com o CNPq e a CAI, organizou a participação brasileira no importante certame regional, onde o Brasil defendeu, entre outras, a tese da representação de todos os estados-membros na CEPCIECC, em lugar de rodízio e a da atribuição de representatividade governamental aos membros da Comissão Executiva, que passariam a ser de escolha dos governos e não indicados em caráter pessoal. A posição assumida pelo Brasil obteve favorável receptividade junto a várias delegações e abriu caminho à reforma do sistema de representação.

DIFUSÃO CULTURAL

Material Informativo

Dentro da prioridade dada ao setor informativo, para suprir a carência de material de divulgação de boa qualidade, foram dedicados recursos substanciais à impressão de folhetos, distribuição de fotografias e "slides", aquisição de discos de música popular e erudita, livros, publicações e documentários cinematográficos.

Foi elaborado e impresso folheto ilustrado a cores, com texto sucinto em espanhol, dirigido ao público escolar de nível primário, com tiragem de 200.000 exemplares, já distribuído às Missões diplomáticas e Repartições consulares na América Latina e na Espanha.

Foi atualizado e reeditado, com tiragem de 100.000 exemplares, o folheto "Brazil Challenge and Progress", com informações mais completas, destinado ao público universitário, jornalistas e homens de empresa, entre outros.

Para divulgação geral, inclusive turística, estão sendo impressos na Holanda 100.000 exemplares em espanhol e 50.000 em árabe do folheto "Brasil", com ilustrações a cores, os quais começarão a ser distribuídos em princípios de 1975.

Em decorrência de convênio assinado com a Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP), foram distribuídas, a todas as missões na América Latina e na Europa Ocidental, cópias da série de documentários cinematográficos realizados por aquela Assessoria, que abrangem vários temas brasileiros. Foram também enviadas a diversas missões novas cópias de documentários produzidos pelo Itamaraty. Foram terminados e se encontram na fase de copiagem os documentários "O Mundo de Kumenchi" e "Rio, Carnaval e Samba".

Ainda na área do cinema, foi assinado acordo com o Instituto Nacional do Cinema, mediante o qual serão criadas filmotecas no México, Buenos Aires, Londres, Paris, Washington, Beirute e Lisboa, com um núcleo inicial de cerca de 30 filmes, que será aumentado progressivamente, para atender às áreas geográficas vizinhas.

Foram igualmente enviadas coleções de 300 livros às bibliotecas dos Centros de Estudos e leitorados brasileiros na América Latina e na Europa.

Artes Plásticas

Foram organizadas exposições individuais de pintura, gravura, desenho e tapeçaria, enumeradas em anexo, com o objetivo de assegurar um fluxo contínuo das atividades culturais das Missões diplomáticas e Repartições consulares que dipõem de sala ou galeria próprias (Washington, Roma, Milão, Paris), além de outros postos particularmente ativos, como Barcelona, Nova Orleans e Genebra.

Além dessas iniciativas, foram programadas duas exposições de maior alcance e importância: a primeira foi a mostra panorâmica da gravura e do desenho brasileiros, com mais de duzentas obras, apresentada no Museu de Arte Contemporânea de Madri e nas principais cidades espanholas, e que deverá ser exibida, no primeiro semestre de 1975, no Museu Albertina de Viena, no Museu Galliéra de Paris e na Fundação Gulbenkian em Lisboa; a segunda foi a exposição "28 Artistas Brasileiros", organizada pelo crítico Marc Berkowitz, destinada à exibição em Bogotá, Cali, Medellin, Quito, Lima, Caracas e, talvez, em outras cidades da área andina.

O Itamaraty organizou igualmente a participação brasileira em certames internacionais como a Bienal da Gráfica de Florença, o Festival de Pintura de Cagnes-sur-Mar, a Bienal da Pequena Escultura de Budapeste e diversas exposições de arte infantil.

Cinema

Além do programa de fornecimento de documentários cinematográficos e da formação de filmotecas brasileiras no exterior, o Itamaraty organizou, em colaboração com a Embrafilme, semanas de cinema brasileiro em Helsinque, Estocolmo, Copenhague, Oslo e México, com filmes comerciais de produção recente. Os resultados foram bastante produtivos, uma vez que diversos

distribuidores na Escandinávia já entraram em contato com a Embrafilme com o objetivo de negociar a exibição, em bases comerciais, de alguns dos filmes apresentados nas semanas.

Música

Os recursos disponíveis no setor foram dirigidos com prioridade para manifestações autenticamente representativas da cultura brasileira, em especial a criação musical, reduzindo-se ao mínimo possível subvenções a intérpretes cujo repertório não incluísse preponderantemente obras nacionais de vulto.

Tentou-se canalizar esforços para objetivos de maior repercussão, ou cujo efeito não se esgotasse na sua simples realização mas se prolongasse ou multiplicasse em outros níveis (A exemplo: encomendas de obras, sua execução, edição e gravação).

É importante registrar que a orientação adotada vem obtendo considerável apoio do meio musical brasileiro. Vários de seus pontos básicos (apoio à criação musical através de encomendas a compositores, ênfase na edição de partituras e gravação de discos, valorização dos elementos representativos da cultura brasileira) deverão ser adotados pelo Ministério da Educação e Cultura em 1975, na reformulação do Plano de Ação Cultural (PAC).

Segue uma relação das principais atividades desenvolvidas no setor de música:

Foram encomendadas obras aos compositores brasileiros Edino Krieger, Marlos Nobre, Almeida Prado, Jorge Antunes e Lindembergue Cardoso. Todas as obras encomendadas já foram executadas, tiveram seus direitos de publicação adquiridos (pelas Editoras Max Eschig, Tonos, Gerig, Suvini Zerboni), e tem boas probabilidades de serem gravadas em 1975.

Foi gestionada a inclusão de obras de autores brasileiros nos seguintes Festivais Internacionais de Música: 1) Em La Rochelle, França (julho), com a execução de várias obras de Jorge Antunes, com a presença do autor. 2) No Protocolo Musical do Outono da Estíria (outubro), com a realização de um concerto da Orquestra de Câmera Pró-Música de Graz, inteiramente dedicado a obras nacionais (de Marlos Nobre, Claudio Santoro, Jorge Antunes, Almeida Prado e Lindembergue Cardoso), com regência do maestro carioca John Neschling e com Almeida Prado como solista. No Festival da Sociedade Internacional de Música Contemporânea (outubro, na Holanda) foi gestionada a inclusão no programa do festival de uma obra de Fernando Cerqueira. 4) Enviado pelo Itamaraty, um observador brasileiro assistiu ao Festival de Outono de Varsóvia, iniciando entendimentos para a inclusão de música brasileira nos festivais futuros.

Coordenados pela Embaixada em Bonn foram realizados concertos dedicados exclusivamente a autores brasileiros (Claudio Santoro, Guerra Peixe, Edino Krieger, Villa-Lobos e Lindembergue Cardoso), em Mannheim, Heidelberg e Bonn, com a Orquestra da Escola Superior de Música de Heidelberg, regida por Claudio Santoro e Fritz Neuer.

Foi regularizada a situação financeira da seção brasileira da Sociedade Internacional de Música Contemporânea. O Brasil esteve representado na Assembléia-Geral da Entidade na Holanda (outubro) pelo Presidente da seção nacional. A seção brasileira foi a única entre os países latino-americanos com direito a voz e voto na mencionada assembléia.

Foram enviadas partituras e gravações de música brasileira a intérpretes, críticos, jornalistas especializados e produtores de programas radiofônicos.

A brochura "Música no Brasil: Hoje", editada em alemão e inglês foi distribuída a centenas de interessados no exterior.

Foram concluídas negociações para a realização de 16 conferências sobre música brasileira, co-patrocinadas pelo Conselho Federal de Música da Alemanha, em universidades e escolas de música daquele país (janeiro de 75).

Foi co-patrocinadora a viagem de concertos do Quarteto de Cordas da UnB à Europa, em janeiro e fevereiro de 1975, ampliando o número de apresentações e possibilitando a gravação de um disco long-play de música brasileira junto à firma RBM de Mannheim.

Foi realizado em maio no Espace Pierre Cardin, de Paris, concerto do conjunto Ars Nova da ORTF, regido por Marius Constant, com obras de Marlos Nobre, Almeida Prado, Lindembergue Cardoso, Jorge Antunes e Aylton Escobar.

ANEXO

Relação das Atividades Culturais no Exterior, Organizadas ou Patrocinadas pelo Itamaraty

Espanha

— Exposição de desenhos de Jule Barreto — "Ateneu Barcelonês" — 15 a 28 de junho.

— Exposição de Fotografias da "Sociedade Fluminense de Fotografias" — 11 a 22 de junho.

— Exposição de Gavura de Siegrid Stefanow — "Real Círculo Artístico" — fevereiro

— Exposição de tapeçaria de Renot — 15 a 28 de janeiro — Instituto Francês.

— Exposição de tapeçaria de Jussara — 1.ª quinzena de março — "Camarote Granados".

— Exposição de pinturas de Josette — "Ateneu Barcelonês" — 28 de maio a 5 de junho.

— Exposição de gravuras de Noélia de Paula e Gilberto Jimenez — Sala de Exposição do Banco Mercantil e Industrial — outubro.

— Exposição de gravuras de Antônio Carlos Maciel — novembro — "Sala Gandí".

— Recital de piano de Arnaldo Cohen — 14 de janeiro — "Ateneu Barcelonês".

— Recital de piano de Arnaldo Cohen — 17 de janeiro — "Ateneu Mercantil de Valência".

— Recital de Canto de Julita Pérez — 8 de fevereiro — "Camarote Granados".

— Recital de violão de Maria Lívia São Marcos — março — "Ateneu Barcelonês".

— Programas musicais: "Aquarelas Brasileiras", "Brasil Musical" e "País Tropical".

— Concessão de Prêmios:

  — Aquarelas Brasileiras — janeiro
  — Carlos Gomes — novembro
  — Villa-Lobos — abril
  — Machado de Assis

— Exposição do artista Áquila Rocha Miranda — Galeria Seiquer — abril.

— Exposição "Arte Gráfico Brasileño de Hoy" em Madri, Barcelona, Bilbao.

Suíça

— Exposição de artistas brasileiros na Suíça:

Galeria "Art & Lumière" de Montreux — 29 de agosto a 14 de setembro.

Galerie Ziegler de Genebra — 12 de setembro a 12 de outubro.

— Exposição "A Alma Brasileira" — Ascona.

— Exposição de tapeçarias de Renot na Galeria Triptyque — 12 de março a 16 de abril.

— Exposição de Roni Brandão na Galeria Laurent em Genebra — fevereiro.

— Exposição fotográfica dos Irmãos Franceschi.

— Concerto de Marlos Nobre (Orquestra de la Suisse Romande) — 5 de junho.

— Almeida Prado — Seminário sobre música contemporânea brasileira — julho/agosto.

— Exposição Portinari no Palácio das Nações.

Milão

— Tapeçaria de Carlos Morais — Galeria de Arte do Centro Cultural Ítalo-Brasileiro — outubro.

— Mostra do pintor Domenico Chiaudrero — Galeria de Arte do Centro Cultural Ítalo-Brasileiro — maio.

— Mostra da pintora Waltraud Heins — Galeria de Arte do Centro Cultural Ítalo-Brasileiro — abril.

— Mostra de esculturas de Calabrone na Galeria de Arte do Centro Cultural Ítalo-Brasileiro — janeiro.

Nova Orleans

— Exposição de Lívio Abramo — Museu de Arte de Nova Orleans — junho/julho.

— Exposição de gravadores brasileiros — Donna Art Center Gallery da Loyola University — 15 de fevereiro a 8 de março.

Assunção

— Retrospectiva de Lívio Abramo — abril.

— Exposição de Marcelo Grassmann — maio.

— Mostra do Acervo do MAM de São Paulo — junho.

— Exposição da Fayga Ostrower — setembro/outubro.

Roma

— Representação brasileira na IV Bienal Internacional da Gráfica de Florença. Exposição na Embaixada — outubro.

— Recital do pianista Roberto Szidon — Auditório del Gonfalone — maio.

— Exposição Francisco Domingos da Silva — Galeria de Arte da Embaixada — maio.

— Conferência "Música Popular do Nordeste" — Wagner Novaes — maio.

— Cinema: "Orfeu Negro", "Toda Nudez Será Castigada", "Em defesa do Verde" (documentário), "Tati, a Garota" — maio.

— Exposição de Domenico Calabrone — Galeria de Arte da Embaixada — março.

— Recital do Violonista Dagoberto Linhares — Auditório del Gonfalone — abril.

Paris

— Exposição de pintura e desenho de Luiz Áquila da Rocha Miranda — Galeria Debret — maio/junho.

— Exposição de 38 obras da pintora Iracema Arditti — "Musée de Laval" — junho.

— VI Festival Internacional de Pintura de Cagnes-sur-Mer — 6 de julho a 30 de setembro.

— Deuxièmes Rencontres Internationales d'Art Contemporain — La Rochelle — obras do compositor Jorge Antunes — 5 de julho.

— Festival de la Rochelle: Conjunto folclórico "Capoeiras da Bahia"' — 29 e 30 de junho.

— Festival do Cinema Inédito:

filmes "O Segredo da Rosa"
"O Pecado Mortal"
"As Memórias de Helena".

— Exposição de desenhos, esculturas e talhas de José Barbosa — Galeria Debret — janeiro.

— Conferência do Prof. Marc Blacpain: "Presente e Futuro de um Gigante Brasileiro", ilustrada pela projeção do filme "Brasil, Retrato de um País" — 19 de janeiro.

— Recital do pianista Jacques Klein (Orquestra da "Association des Concerts Pasdeloup" — Théâtre des Champs Elysées — 3 de fevereiro.

— Conferência do Prof. Pierre Monbeig: "Problèmes et espoirs de l'Amazonie" — 2 de fevereiro — na Sociedade de Geografia.

— Exposição de "gouaches" de Antônio Buca — Galeria Debret — março.

— Homenagem a Villa-Lobos, no Comitê France-Amérique — 26 de março.

Washington

— Recital dos Artistas Ayrton Pinto e Norman Dee no BACI — 25 de janeiro de 1974.

— Conferência do Prof. Vivaldo da Costa Lima no BACI: "Estudos negros no Brasil" — 17 de janeiro.

— Exposição itinerante de gravura brasileira — de fevereiro a junho de 1974 — em galerias de arte de cinco universidades do sul e do sudoeste dos Estados Unidos.

— Exposição de Lívio Abramo no BACI — março.

— Exposição de desenhos do Artista Leirner no BACI — março.

— Festival de Cinema Latino-Americano, sob o patrocínio do Instituto Americano de Cinema (AFI) — março.

— Conferência do Dr. Clarival do Prado Valladares no Instituto Cultural Brasileiro-Americano — 13 de maio.

— Exposição de tapeçaria de Gilda Carneiro de Mendonça no BACI — 29 de março a 26 de abril.

— Exposição de Clarival do Prado Valladares: "Revelações Óticas do Barroco em Minas Gerais" — junho.

— Exposição de filmes brasileiros no BACI:

"Garrincha, Alegria do Povo"
"A Compadecida"

— Exposição de Maria Helena Grembecki.

— Exposição de Marcelo Grassmann no BACI — 18 de outubro a 8 de novembro.

Beirute

— Exposição do gravador Wilson Georges Nassif.

— Participação no desfile das flores com carro alegórico brasileiro.

Damasco

— Exposição do gravador Wilson Georges Nassif.

Nova Delhi

— Exposição de gravuras de Marcelo Grassmann.

Ancara

— Exposição de gravuras de Marcelo Grassmann.

Deu-se andamento a diversos projetos tendentes à efetiva implementação das atribuições de caráter operativo do Itamaraty no setor de ciência e tecnologia. Nesse sentido, foi obtida aprovação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) para financiamento parcial, à conta do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), de uma primeira etapa de implantação de um programa — o PRINFEX —, destinado a proceder à coleta no exterior e disseminação no Brasil, de modo sistemático e regular, de índices correntes, em todas as áreas de interesse prioritário para o País, utilizando-se na elaboração de tais índices, parcial ou integralmente, processamento eletrônico. Visa ainda o PRINFEX a implantar projeto-piloto de disseminação seletiva de informação, através de processamento eletrônico a realizar-se no País. Trata-se de atividades cujo desenvolvimento, em nível significativo, ultrapasa os recursos ordinários disponíveis no Ministério das Relações Exteriores, sendo imprescindível obter dos mescanismos existentes os recursos financeiros para sua realização. Constitui o PRINFEX projeto pioneiro na obtenção de créditos deste tipo, de fontes nacionais, sem recurso ao financiamento externo.

A par do desempenho das atividades decorrentes de sua atuação como órgão setorial do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNICT), o Itamaraty teve a responsabilidade precípua da organização da participação brasileira em reuniões e conferências internacionais relacionadas com ciência e tecnologia. Assinale-se em particular a participação brasileira nas reuniões do Grupo de Trabalho sobre Ciência e Transferência de Tecnologia criado pela Reunião de Chanceleres das Américas, em Washington, em abril de 1974. O Itamaraty coordenou a participação técnica dos demais órgãos competentes da Administração Federal. Ao final de 1974, continuavam as atividades do Grupo de Trabalho e de seus Subgrupos, com reuniões previstas ainda para 1975.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A integração sistemática da cooperação técnica internacional com os planos nacionais de desenvolvimento, estruturada pelo Decreto n.º 65.476, de 29 de outubro de 1969, proporcionou ao Itamaraty bases sólidas para o desenvolvimento e aplicação de política a longo prazo, visando ao ajuste da assistência externa às nossas necessidades. Criaram-se, dessa forma, condições para o melhor aproveitamento da cooperação técnica internacional.

O Itamaraty, nessas condições, está cada vez mais apto a apresentar projetos e programas, com base nos planos e prioridades nacionais. Em conseqüência, tem aumentado a rentabilidade média da assistência técnica internacional e, em função da própria dinâmica do desenvolvimento do País, cresceu consideravelmente a demanda por essa forma de cooperação, o que determina a necessidade de maiores recursos.

A elevação das necessidades não coincide, entretanto, com as atuais tendências na área dos recursos. O processo de desenvolvimento acelerado do País engendra dificuldades ao aumento dos meios financeiros postos à disposição do Brasil pelas agências internacionais. A muito custo conseguiu-se evitar seu decréscimo em termos monetários, ainda que, em termos reais, podem-se prever algumas reduções. No tocante à assistência bilateral, temos conseguido neutralizar idêntica tendência. A apresentação contínua de projetos de boa qualidade e a atividade diplomática permanente poderão, entretanto, assegurar a manutenção do nível atual de recursos.

Cooperação Técnica Bilateral ao Brasil

Foram encetadas negociações com o Governo da França, que culminaram com o reconhecimento do sistema interministerial de coordenação da cooperação técnica decidindo-se ainda

que a participação francesa nesta área passará a ser dirigida exclusivamente por via diplomática. Por outro lado, concordou-se no preparo de Programa Nacional de Cooperação Técnica (PNCT) Brasil-França, a exemplo dos já existentes com o Japão, Canadá, Reino Unido, Itália e República Federal da Alemanha. Compreenderá um elenco de projetos prioritários de iniciativa brasileira, a ser submetido à consideração do Governo francês. O PNCT, ora em fase inicial de elaboração conjunta com os demais membros do sistema interministerial, deverá ser negociado em 1975.

Também a cooperação técnica com a Suíça atravessa período de reformulação. Os projetos em curso ainda se ressentem de caráter assistencial. Nesse sentido, está sendo efetuado trabalho com vistas a incrementar o alcance tecnológio e o efeito multiplicador da coperação helvético-brasileira. Dado o alto nível da tecnologia suíça em setores determinados, são bastante favoráveis as perspectivas dessa cooperação.

Concluiu-se com a Espanha acordo que formaliza a participação espanhola em projeto sobre irrigação, de grande importância para o desenvolvimento do Nordeste. Logo a seguir, durante reunião da Comissão Mista Brasil-Espanha, acordou-se programa bastante amplo de cooperação técnica. Os dois projetos de maior envergadura nele contidos deverão ser iniciado nos primeiros meses de 1975.

Em relação a Portugal, prosseguem os esforços com vistas a se chegar a cooperação substancial, dessa feita de caráter horizontal, em que nosso interesse em aproveitar a tecnologia disponível em Portugal (como em agricultura e pesca) coincida com o proveito para o país amigo em se valer da experiência brasileira em certos setores.

Prosseguiu a cooperação com a Itália. Para tanto, se obteve definição do montante de recursos disponíveis no próximo biê-

nio. Isto permitiu a reformulação, em bases mais realistas, do PNCT e de nossas prioridades. O Ministério das Relações Exteriores está seguro de que essas alterações proporcionarão resultados concretos a curto prazo.

Com o Canadá, os bons resultados do PNCT em curso ensejaram entendimentos que permitirão a conclusão de outros programas, a vigorar no período 1976-1980. Nesse sentido, o Itamaraty convocou reunião interministerial para a organização de cronograma de trabalho, que permitirá o preparo de um pré-programa, se negociado com missão canadense em 1975. Merece ainda recordar que prosseguem normalmente, e com bom êxito, diversos projetos de cooperação técnica com a República Federal da Alemanha, Japão e Reino Unido, dentro dos quadros dos PNCTs preparados pelo Governo brasileiro. Atividades mais reduzidas de assistência técnica estão em curso com Israel, Bélgica e Dinamarca.

No setor das bolsas de estudo, o MRE está igualmente perseguindo, de forma continuada, os fins expressos no Decreto n.º 65.476, ou seja, o ordenamento das ofertas de acordo com as prioridades nacionais. Com essa orientação, continuou a divulgar os oferecimentos e a selecionar candidatos para numerosas oportunidades de estágio e aperfeiçoamento no exterior. Continuou-se, outrossim, em comum acordo com a Embaixada francesa, a seleção de áreas preferenciais e dos candidatos a bolsas na França.

Cooperação Técnica Multilateral

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Durante o ano de 1974 o ritmo de execução do Programa Nacional de Cooperação Técnica, submetido ao Programa das

Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) e aprovado em janeiro de 1972, foi consideravelmente acelerado, com a aprovação de 6 grandes projetos que totalizam cerca de 6 milhões de dólares em recursos internacionais. São os seguintes os projetos:

— Hidrologia e Climatologia na Amazônia (Ministério do Interior); Manutenção de Rodovias (Ministério dos Transportes); Treinamento Aeronáutico (Centro de Aperfeiçoamento Aeronáutico, de São José dos Campos); Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Superintendência do Vale do Rio São Francisco); Pesquisa e Desenvolvimento das Telecomunicações no Brasil (Ministério das Comunicações); Treinamento de pessoal especializado em energia nuclear (Comissão Nacional de Energia Nuclear). Dos trinta milhões de dólares correspondentes à nossa Cifra Indicativa de Planejamento (CIP), para o período 1972/76, já estão efetivamente empregados cerca de 18 milhões, restando ainda 12 milhões, a serem utilizados até dezembro de 1976.

Sob o ponto de vista institucional, as atividades do Conselho de Administração do PNUD, de que é o Brasil membro, concentraram-se em dois pontos:

a) determinação das Cifras Indicativas de Planejamento (CIP) para o período 1976-80. Conseguiu-se, em princípio, a manutenção, em termos monetários, dos CIPs nacionais e regionais. Caso essa hipótese se confirme, os recursos do PNUD para o Brasil sofreriam redução em termos de poder aquisitivo. Isso determinará a necessidade de rigor ainda maior na sua distribuição;

B) participação ativa nos debates acerca da cooperação técnica entre países em desenvolvimento (TCDC), no grupo de trabalho constituído pelo Administrador do PNUD, no Conselho de Administração, ECOSOC e Assembléia-Geral. O exercício teve dois objetivos: um deles

é o de o PNUD promover atividades de cooperação técnica entre os dois países em desenvolvimento, obtendo e divulgando informações acerca do "know-how" disponível em áreas em desenvolvimento e também financiando parte das atividades conseqüentes; o outro é o estímulo à maior participação de peritos, consultores, firmas e equipamentos de países em desenvolvimento nas operações tradicionais do Programa. As recomendações do Grupo de Trabalho nesses dois sentidos foram aprovadas em todos os níveis e o PNUD iniciou a sua execução, com a constituição de unidade especializada no estímulo à TCDC. As duas facetas da nova forma de atividade interessam diretamente ao Brasil e estão sendo seguidas com atenção.

UNICEF

A UNICEF já vem prestando alguma colaboração à FUNABEM e dispõe de recursos suficientes para aplicar no Brasil cerca de US$ 3,000,000,00 por ano.

Ainda em 1974, a UNICEF aprovou o projeto "Pré-formação profissional de jovens ao longo das Rodovias Transamazônica e Cuiabá—Santarém", contribuindo com cerca de US$ 450,000.00.

O Itamaraty vem mantendo entendimentos, dentro do sistema interministerial de cooperação técnica internacional, com vistas à melhoria qualitativa dos projetos da UNICEF, através de preparo de PNCT com a duração de 3 a 5 anos. A UNICEF concordou, em princípio, com a idéia.

Fundo das Nações Unidas para assuntos demográficos

Foram encaminhadas, em outubro, notas ao Escritório do PNUD, submetendo os projetos "Centro de Desenvolvimento Humano

da Universidade Católica de Goiás" e o "Programa de Estudos de População/IPEI-Maranhão", a serem executados pelo Fundo das Nações Unidas para Assuntos Demográficos (FNUAD). O primeiro prevê o entrosamento de cinco universidades brasileiras, em Goiás, Piauí, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com o objetivo de realizar reuniões de estudos e pesquisas visando ao treinamento de pessoal que trabalhará em centros especializados em demografia. A contribuição do FNUAD será de cerca de US$ 11,400.00. O segundo visa ao estudo da situação demográfica do Maranhão, através de análise de dados sobre fecundidade, mortalidade, migrações internas, relações com processos de desenvolvimento e treinamento de pessoal em estudos ligados ao setor. A contribuição do Fundo será aproximadamente US$ 200,000.00.

Organização dos Estados Americanos

O Ministério das Relações Exteriores prosseguiu encorajando a tendência para concentrar o PNCT Brasil—OEA na concessão de bolsas de pós-graduação, pois os recursos da Organização são muito limitados e sua alocação tem caráter anual, o que impede programação de maior alento.

Cooperação Técnica do Brasil ao Exterior

O Ministério das Relações Exteriores continuou a ampliar o programa brasileiro de cooperação técnica ao exterior — países latino-americanos e africanos —, iniciado de forma sistemática em 1971.

Enquanto a cooperação técnica recebida é examinada principalmento do ponto de vista econômico, a oferecida pelo Brasil é um instrumento de política externa, que visa ao mesmo tempo objetivos políticos e econômicos. O principal objetivo é o Brasil colocar-se perante os demais países em desenvolvimento como uma alternativa possível, e não concorrente, às fontes tradicio-

nais de assistência técnica, em setores onde já acumulou experiência considerável. Além de ampliar e dar bases mais sólidas ao relacionamento com os demais países em desenvolvimento, a assistência técnica brasileira é estímulo para os centros nacionais de tecnologia, lançando-os internacionalmente. O objetivo econômico é o de abrir mercados para os serviços técnicos e produtos industriais brasileiros, contribuindo assim para o aumento do intercâmbio.

A estruturação do Programa processa-se interna e externamente de modo simultâneo. Externamente foram negociados pelo Ministério das Relações Exteriores, com vários países latino-americanos e africanos, acordos básicos de assistência técnica, nos quais se estabeleceram as bases sobre as quais o Brasil se propõe a implementar um programa de cooperação. Em 1974, foram assinados acordos com o México, Chile, Peru e Gana, já estando em execução programa considerável de cooperação com esses países. Nos anos anteriores (72/73) haviam sido celebrados acordos com Colômbia, Venezuela, Bolívia e oito países da costa atlântica da África. Para tornar mais eficiente essa cooperação, procurou o Itamaraty definir as referidas bases, em função do nível de desenvolvimento econômico alcançado pelo seu parceiro. Internamente, o Ministério das Relações Exteriores solicitou a colaboração de várias entidades técnicas do Governo para atender às solicitações que vêm sendo endereçadas ao Brasil, em número crescente, por governos de países em desenvolvimento. Essa colaboração, nos setores para os quais converge o maior número de solicitações e cujas entidades executivas possuem reconhecida capacidade técnica, é institucionalizada em convênios, para garantir o necessário apoio logístico das operações. O Itamaraty já propôs e negociou (Serviço Nacional da Indústria e Banco Nacional da Habitação) ou está negociando (Centrais Elétricas Brasileiras — Eletrobrás, Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA) convênios da mesma natureza.

Os programas brasileiros de assistência, não obstante a limitação de recursos, especialmente humanos, proporcionaram número significativo de estágios técnicos e missões ao exterior de especialistas brasileiros. No caso dos países africanos, foram organizados em 1973 vários programas de estágio para funcionários governamentais de alto nível, encarregados de setores técnicos específicos nos seus países. No que se refere a recursos para projetos de cooperação com países africanos, o Itamaraty assinou convênio com a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN), da Secretaria de Planejamento, pelo qual foi colocada à sua disposição a soma de Cr$ 600.000,00 para o financiamento de projetos específicos.

Dentro do Programa Africano deve ser assinalada a importância da cooperação com os países africanos de expressão portuguesa. Ao lado do oferecimento de 12 bolsas de estudo de longa duração através das Nações Unidas, foram estruturados planos de contingência e preparados estudos acerca da capacidade brasileira de prestar cooperação técnica, em grande escala, aos novos países.

ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS

ASSUNTOS CONSULARES

Serviço Consular do Brasil no Exterior

Está sendo executado, atualmente, por intermédio de:

30 Consulados-Gerais
18 Consulados de Carreira
15 Consulados Privativos
101 Consulados Honorários.

Foram criados Serviços Consulares junto a várias Embaixadas recém-abertas, principalmente nos Continentes africano e asiático. Por outro lado, foram criados os Consulados de carreira em Ciudad Bolivar e Caiena.

Foram fechados os Consulados honorários em Caiena e Wolfsburgo e criados os Consulados honorários em Linz e Salzburgo.

Proteção a Brasileiros no Exterior e Repatriações

Foram efetuadas 30 repatriações com ônus para o Tesouro Brasileiro e prestados 35 auxílios a brasileiros desvalidos no exterior, além de dezenas de repatriações sem ônus para o Tesouro.

Rede Consular Estrangeira no Brasil

Foram criados 10 Consulados estrangeiros no Brasil durante o ano de 1974: 5 da República de Honduras, 2 da Costa Rica, 1 da República Árabe do Egito, 1 do Peru e 1 da Turquia, elevando a 421 o número de Repartições Consulares (Gerais, de Carreira, Gerais-honorários, honorários, Vice-Consulados honorários e Agências Consulares).

Extinção da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior

Com a extinção da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior, determinada pelo Decreto n.º 74.175, de 12/06/1974, foram cometidas ao MRE pelo Decreto n.º 75.047, de 5/12/1974 e a partir de 1.º de janeiro de 1975, várias das atribuições daquele órgão, tais como, no campo consular, a requisição, guarda e distribuição das estampilhas consulares e o exame dos documentos relativos à arrecadação dos emolumentos consulares e seu recolhimento à conta da União. Com vistas ao cabal desempenho dessas novas tarefas, tomou-se já em 1974 uma série de providências de ordem material, pessoal e normativa.

Passaportes

Cabe registrar as novas normas sistemáticas, introduzidas em meados do ano, relativas a passaportes e vistos para estrangeiros de diversas procedências, e que representam um decréscimo apreciável do volume de atividades ligadas a serviços no exterior.

Foi possível, outrossim, dar início ao urgente e necessário programa piloto de informática para o controle numérico das cadernetas de passaporte, etapa indispensável para a implantação posterior do registro nominal dos titulares de passaporte.

Ao fim, foram encaminhados os trabalhos de preparação de um projeto de novo regulamento de passaportes, bem como proporcionados importantes recursos, no quarto trimestre, para a preparação e execução da operação de repatriação de brasileiros da Guiana Francesa.

ASSUNTOS JURÍDICOS

Expulsão de Estrangeiros

Foram providenciadas as comunicações de praxe relativas a 105 casos de expulsão às Embaixadas dos países de que eram nacionais os cidadãos atingidos pela medida, e às Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras.

Cartas Rogatórias

Foi processado o encaminhamento de 140 cartas rogatórias expedidas por Justiças estrangeiras, e a estas foram endereçadas 145 rogatórias brasileiras.

Em relação ao volume de cartas rogatórias trocadas entre Brasil e Portugal, o Itamaraty solicitou ao Ministério da Justiça que se pronuncie sobre proposta de Acordo sobre Cooperação Judiciária, o qual teria a finalidade de ver dispensada a exigência de carta rogatória para que os órgãos públicos de cada um dos países passem as certidões e prestem as informações solicitadas pelas Justiças do outro, vindo a ser substituído aquele instrumento judicial pela transmissão dos pedidos por via diplomática.

Nacionalidade

Foram tramitados no Itamaraty 181 casos de perda de nacionalidade, dos quais 147 por aquisição de nacionalidade norte-americana.

Licença para Aceitar Comissão, Emprego ou Pensão de Governo Estrangeiro

Foram informados 29 processos de licença a brasileiros para aceitarem comissão, emprego ou pensão de governo estrangeiro.

Tribunal Marítimo: Mandados de Citação

Foram encaminhados 151 mandados de citação emanados do Tribunal Marítimo.

Apresenta-se, outrossim, àquele órgão do Judiciário, proposta no sentido de ser alterada a redação do artigo 53 da Lei Orgânica do Tribunal Marítimo, de forma que venham a ser subordinados à expedição de cartas rogatórias os mandados de citação de pessoas físicas ou jurídicas, estrangeiras ou domiciliadas nos países em que são citadas, e que, por essas condições, escapam à jurisdição do Agente consular como Capitão do Porto. A medida não acarretaria solução de continuidade no fluxo de citações do Tribunal Marítimo, pois o Brasil celebrou acordos para o cumprimento de rogatórias com diversos países e, na maior parte dos outros, são elas cumpridas em termos de reciprocidade. Além disso, ao corrigir uma irregularidade, a alteração proposta tornaria conforme com as regras conhecidas de Direito Internacional, que delimitam a atuação de cada Estado com relação aos nacionais de outro Estado ou fora de seu próprio território, o artigo 53 daquela Lei Orgânica.

ATOS INTERNACIONAIS

Foi providenciada a distribuição do Índice da Coleção de Atos Internacionais às Missões diplomáticas, Repartições consulares e entidades interessadas, bem como a publicação de trinta novos fascículos da Coleção, numerados de 739 a 768, com textos em dois idiomas.

Durante o ano de 1974, foram assinados, ratificados, aprovados ou promulgados os atos internacionais a seguir relacionados.

Acordos

I — BILATERAIS

A — **Atos Assinados em 1974**

República Federal da Alemanha

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30 de Novembro de 1963, para Permanência em S. Catarina de Técnico em Laticínios. Concluído em Brasília, por troca de notas de 31 de janeiro.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30 de novembro de 1963, Relativo ao Fornecimento de Equipamento à Escola Especializada de Curtimento de Estância Velha, no Rio Grande do Sul. Concluído em Brasília, por troca de notas de 15 de fevereiro.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30 de novembro de 1973, Relativo à Prorrogação do Contrato de Três Peritos e ao Envio de uma Assistente Social e do Equipamento que discrimina à Cooperativa Agropecuária de Petrópolis, Rio Grande do Sul. Concluído em Brasília, por troca de notas de 15 de fevereiro.

Protocolo Sobre Cooperação Financeira. Concluído em Brasília, em 7 de março.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Relativo à Execução de Pesquisas Geológicas e Geofísicas no Estado de Minas Gerais e em Parte do Espírito Santo. Concluído em Brasília, por troca de notas de 28 de maio.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, para Fornecimento de Fertilizantes à Cooperativa Central Agrária Limitada. Concluído em Brasília, por troca de notas de 28 de maio.

Ajuste Complementar Sobre Cooperação em Matéria de Educação Física e Desportos. Concluído em Brasília, por troca de notas de 5 de junho.

Ajuste Complementar ao Acordo Geral Sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico, Relativo ao Adendo ao Convênio Especial Entre o CNPq e a GMD. Concluído em Brasília, por troca de notas de 24 de julho.

Ajuste Complementar ao Acordo Geral Sobre Cooperação nos Setores de Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico Relativo ao Intercâmbio de Cientistas Alemães e Brasileiros. Concluído em Brasília, por troca de notas de 24 de julho.

Acordo Sobre Co-Produção Cinematográfica. Concluído em Brasília, a 20 de agosto.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Prorrogação da Permanência de Perito na ACAR. Concluído em Brasília, por troca de notas de 4 de novembro.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Regular as Atividades da Estação Experimental do IPEAME. Concluído em Brasília, por troca de notas de 4 de novembro.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Regular o Assessoramento à Cooperativa Agrícola Aceguá, Ltda. Concluído em Brasília, por troca de notas de 4 de novembro.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Prorrogar e Regular as Atividades de Perito em Fertilizantes. Concluído em Brasília, por troca de notas de 4 de novembro.

Bolívia

Acordo de Cooperação e Complementação Industrial. Concluído em Cochabamba, a 22 de maio.

Chile

Convênio Sobre Transportes Marítimos. Concluído em Brasília, a 25 de abril.

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica. Concludo em Santiago, a 19 de julho.

Emenda ao Quadro de Rotas do Acordo Sobre Transportes Aéreos. Concluída em Brasília, por troca de notas de 9 de setembro.

Costa Rica

Acordo para Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais. Concluído em Brasília, por troca de notas de 20 de setembro.

Dinamarca

Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos Sobre a Renda. Concluída em Copenhague, a 27 de agosto.

Espanha

Acordo Complementar de Cooperação Técnica no Campo da Irrigação e da Luta Contra as Secas. Concluído em Madrid, a 23 de outubro.

Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos Sobre a Renda. Concluída em Brasília, a 14 de novembro.

Estados Unidos da América

Acordo Relativo às Atividades da Estação de Rastreamento de Satélites Geodésicos Doppler Instalada em São José dos Campos, SP. Concluído em Brasília, por troca de notas de 4 de dezembro de 1973 e 12 de fevereiro de 1974.

Finlândia

Acordo Sobre a Troca de Estagiários. Concluído em Brasília, a 30 de maio.

França

Acordo para Cooperação no Domínio das Atividades Espaciais, Entre o CNES, da França, e a COBAE, do Brasil. Concluído em Brasília, por troca de notas de 6 e 13 de março.

Gana

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica. Concluído em Acra, a 7 de novembro.

Guiana

Acordo Sobre Transportes Aéreos Regulares. Concluído em Georgetown, a 10 de maio.

Itália

Protocolo Adicional ao Acordo de Migração de 9 de dezembro de 1960. Concluído em Brasília, a 30 de janeiro.

Japão

Emenda ao Quadro de Rotas do Acordo Sobre Transportes Aéreos. Concluída em Brasília, por troca de notas de 30 de julho de 1974.

México

Convênio Sobre Transportes Marítimos. Concluído em Brasília, a 24 de julho.

Acordo para Estabelecer um Programa de Intercâmbio de Jovens Técnicos. Concluído em Brasília, a 24 de julho.

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica. Concluído em Brasília, a 24 de julho.

Convênio de Cooperação Turística. Concluído em Brasília, a 24 de julho.

Acordo Relativo à Criação dos Comitês Permanentes da Comissão Mista Brasil-México. Concluído em Brasília, por troca de notas de 24 de julho.

Convênio entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Nacional Financeira S/A (NAFINSA). Concluído em Brasília, a 24 de julho.

Acordo sobre Sistema Recíproco de Crédito entre o Banco do Brasil e o Banco do México e o Banco Nacional de Comércio Exterior. Concluído em Brasília, por troca de notas de 24 de julho.

Acordo sobre a Designação do Órgão Executor dos Programas Decorrentes do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica Brasil-México. Concluído em Brasília, por troca de notas de 24 de julho.

Acordo sobre Cooperação entre à PEMEX, do México, e a Petrobrás, do Brasil. Concluído em Brasília, por troca de notas de 24 de julho.

Acordo sobre Data e Local da Primeira Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Mexicana de Cooperação Técnica e Científica. Concluído em Brasília, por troca de notas de 24 de julho.

Paraguai

Protocolo sobre Relações de Trabalho e Previdência Social. Concluído em Assunção, a 11 de fevereiro.

Acordo referente a um Protocolo Adicional sobre Relações de Trabalho e Previdência Social, Baseado no Disposto no Artigo XVIII, Alínea C, do Tratado para o Aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná. Concluído em Assunção, por troca de notas de 11 de fevereiro.

Acordo Interpretativo do Anexo C do Tratado para o Aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, Concluído em Assunção, por troca de notas de 11 de fevereiro.

Acordo sobre Fornecimento de Materiais à Itaipu Binacional. Concluído em Foz do Iguaçu, por troca de notas de 17 de maio.

Protocolo Adicional sobre Relações de Trabalho e Previdência Social Relativo aos Contratos de Trabalho dos Trabalhadores, dos Empreiteiros e Subempreiteiros de Obras e Locadores e Sublocadores de Serviço. Concluído em Assunção, a 10 de setembro.

Acordo sobre Integralização do Capital da Itaipu Binacional. Concluído em Assunção, por troca de notas de 10 de setembro.

Acordo sobre Funcionamento de Estações de Rádio para Serviço de Assistência a Aeronaves Militares dos Dois Países. Concluído em Assunção, por troca de notas de 10 de setembro.

Acordo sobre o Estudo do Plano de Integração dos Sistemas de Transportes do Brasil e do Paraguai. Concluído em Assunção, por troca de notas de 10 de setembro.

Acordo sobre o Centro de Estudos Brasileiros em Assunção. Concluído em Assunção, por troca de notas de 10 de setembro.

Acordo sobre Radioamadorismo. Concluído em Assunção, por troca de notas de 10 de setembro.

Reino Unido

Ajuste Complementar ao Acordo de Empréstimo de 1973, Relativo ao Projeto Hospitalar do Estado do Piauí. Concluído em Brasília, por troca de notas de 15 e 21 de maio.

Ajuste Complementar ao Acordo de Empréstimo Reino Unido-Brasil — Projeto de Eletrificação do Vale do Jequitinhonha. Concluído em Brasília, por troca de notas de 27 de setembro.

Romênia

Protocolo Sanitário-Veterinário. Concluído em Bucareste, em 11 de março.

Uruguai

Acordo sobre a Comissão Mista para o Aproveitamento da Lagoa Mirim. Concluído em Brasília, por troca de notas de 20 de maio.

B — Atos Aprovados pelo Legislativo, e/ou Ratificados e/ou Promulgados em 1974

República Federal da Alemanha

Convênio sobre a entrada de navios nucleares em águas brasileiras e sua permanência em portos brasileiros. Concluído em Brasília, a 7 de junho de 1972. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 72, de 28.11.72. Instrumentos de Ratificação trocados em Bonn, a 4.9.74. Promulgado pelo Decreto n.º 74.600, de 24.9.74.

Acordo sobre Co-Produção Cinematográfica. Concluído em Brasília, a 20 de agosto de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 75, de 31.10.74.

Bolívia

Protocolo adicional ao Tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903. Concluído no Rio de Janeiro, a 27 de outubro de 1966. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 41, de 27.11.67. Instrumentos de Ratificação trocadas em 29.10.73. Promulgado pelo Decreto n.º 74.413, de 4.1.74.

em La Paz, a 10 de julho de 1973. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 71, de 27.11.73. Promulgado pelo Decreto n.º 74.628, de 1.º.10.74.

Acordo de cooperação e complementação industrial. Concluído em Cochabamba, a 22 de maio de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 55, de 22.8.74. Instrumento de Ratificação trocados em Brasília, a 24.10.74. Promulgado pelo Decreto n.º 74.841, de 6.11.74.

Chile

Convênio sobre Transportes Marítimos. Concluído em Brasília, a 25 de abril de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 56, de 26.8.74. Instrumentos de Ratificação trocados em Santiago, a 10.10.74.

Acordo básico de cooperação técnica e científica. Concluído em Santiago, a 19 de julho de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 79, de 31.10.74.

Colômbia

Acordo de intercâmbio cultural. Concluído em Bogotá, a 20 de abril de 1963. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 41, de 27.8.64. Promulgado pelo Decreto n.º 74.541, de 12.9.74.

Benin (ex-Daomé)

Acordo cultural. Concluído em Cotonou, a 7 de novembro de 1972. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 32, de 08.8.73. Promulgado pelo Decreto n.º 74.506, de 5.9.74.

Acordo de cooperação técnica. Concluído em Cotonou, a 7 de novembro de 1972. Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 32, de 8.8.73. Promulgado pelo Decreto n.º 74.506, de 5.9.74. 5.9.974.

Dinamarca

Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda. Concluída em Copenhague, a 27 de agosto de 1974. Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 90, de 28.11.74.

Egito

Acordo de cooperação técnica e científica. Concluído no Cairo, a 31 de janeiro de 1973. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 38, de 22.8.74. Promulgado pelo Decreto n.º 73.415, de 4.1.74.

Acordo Comercial. Concluído no Cairo, a 31 de janeiro de 1973, Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 61, de 8.10.73. Promulgado pelo Decreto n.º 73.414, de 4.1.74.

Equador

Acordo de intercâmbio cultural e científico. Concluído em Quito, a 12 de julho de 1973. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 81, de 5.12.73. Instrumentos de Ratificação trocadas em Brasília, a 29.5.74. Promulgado pelo Decreto n.º 7.275, de 9.7.74.

Finlândia

Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento. Concluída em Helsinque, a 16 de fevereiro de 1972. Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 86, de 5.12.72. Promulgada pelo Decreto n.º 73.496, de 17.1.1974.

Roma

Acordo sobre cooperação cultural. Concluído em Acra, a 2 de novembro de 1972. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 66, de 26.10.1973. Promulgado pelo Decreto n.º 73.895, de 5.4.74.

Acordo comercial. Concluído em Acra, a 2 de novembro de 1972. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 40, de 22.8.73. Promulgado pelo Decreto n.º 74.840, de 6.11.74.

Guiana

Acordo sobre transportes aéreos regulares. Concluído em Georgetown, a 10 de maio de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 74, de 31.10.74.

Itália

Acordo de co-produção cinematográfica. Concluído em Roma, a 9 de novembro de 1970 (e troca de notas complementares da mesma data). Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 57, de 19.9.72. Instrumentos de Ratificação trocados em Brasília, a 4.7.74. Promulgado pelo Decreto n.º 74.291, de 16.7.74.

Protocolo adicional ao acordo de migração de 9 de dezembro de 1960. Concluído em Brasília, a 30 de janeiro de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 50, de 30.6.74.

México

Convênio sobre transportes marítimos. Concluído em Brasília, a 24 de julho de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 93, de 4.12.74.

Acordo para estabelecer um programa de intercâmbio de jovens técnicos. Concluído em Brasília, a 24 de julho de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 87, de 25.11.74.

Acordo básico de cooperação técnica e científica. Concluído em Brasília, a 24 de julho de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 97, de 5.12.74.

Convênio de cooperação turística. Concluído em Brasília, a 24 de julho de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 88, de 27.11.74.

Nigéria

Acordo sobre cooperação cultural. Concluído em Lagos, a 16 de novembro de 1972. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 48, de 28.8.73. Notas trocadas em 24 de janeiro de 1974. Promulgado pelo Decreto n.º 73.719, de 1.º.3.1974.

Acordo comercial. Concluído em Lagos, a 18 de novembro de 1972. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 59, de 21.9.73. Notas trocadas em 24.1.74. Promulgado pelo Decreto Legislativo n.º 73.718, de 1.º.3.74.

Paraguai

Acordo básico de cooperação educacional, científica e cultural. Concluído em Assunção, a 17 de outubro de 1973. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 39, de 1974. Instrumentos de Ratificação trocados em Brasília, a 31.10.74.

Protocolo sobre relações de trabalho e previdência social. Concluído em Assunção, a 11 de fevereiro de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 40, de 1974. Instrumentos de Ratificação trocados em Brasília, a 8.8.74. Promulgado pelo Decreto n.º 74.431, de 19.8.74.

Protocolo adicional sobre relações de trabalho e previdência social relativo aos contratos de trabalho dos trabalhadores, dos empreiteiros e subempreiteiros de obras e locadores e sublocadores de serviço. Concluído em Assunção, a 10 de setembro de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 76, de 31.10.74.

Peru

Convênio entre a República Federativa do Brasil e a República Peruana sobre transportes marítimos. Concluído em Lima, a 12 de abril de 1973. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 64, de 17.10.73. Promulgado pelo Decreto n.º 74.999, de 27 de novembro de 1974.

Senegal

Acordo de cooperação técnica. Concluído em Dacar, a 21 de novembro de 1972. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 34, de 8.8.73. Promulgado pelo Decreto n.º 73.720, de 1.º.3.74.

Togo

Acordo cultural. Concluído em Lomé, a 3 de novembro de 1972. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 30, de 30.6.73. Promulgado pelo Decreto n.º 73.896, de 5.4.74.

Acordo básico de cooperação técnica e científica. Concluído em Lomé, a 3 de novembro de 1972. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 30, de 30.6.73. Promulgado pelo Decreto n.º 73.896, de 5.4.74.

Trinidad e Tobago

Convênio cultural. Concluído em Port-of-Spain, a 9 de novembro de 1971. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 70, de

27.11.73. Instrumento de Ratificação trocado em Brasília, a 31.5.74. Promulgado pelo Decreto n.º 74.276, de 9.7.74.

Uruguai

Acordo sobre a definitiva fixação da barra do arroio Chuí. Concluído em Montevidéu, a 21 de julho de 1972. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 53, de 13.8.74.

Venezuela

Convênio básico de cooperação técnica. Concluído em Santa Elena de Uairén, em 20 de fevereiro de 1973. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 53, de 11.9.73. Promulgado pelo Decreto n.º 74.329, de 29.7.74.

Banco Interamericano de Desenvolvimento

Convênio entre a República Federativa do Brasil e o BID sobre privilégios e imunidades do banco. Concluído em Brasília, a 21 de janeiro de 1972. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 74, de 5.12.73. Promulgado pelo Decreto n.º 73.498, de 17 de janeiro de 1974.

Comunidade Econômica Européia

Acordo comercial. Concluído em Bruxelas, em 19 de dezembro de 1973. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 46, de 19.6.74. Promulgado pelo Decreto n.º 74.421, de 15.8.74.

II — MULTILATERAIS

Atos assinados e/ou aprovados pelo Legislativo e/ou ratificados e/ou promulgados em 1974.

Açúcar

Acordo Internacional do Açúcar, 1973. Genebra, 13.10.73. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 67, de 2.10.74. Instrumento de Ratificação depositado em 15.10.74, junto à ONU. Promulgado pelo Decreto n.º 74.998, de 27.11.74. (DO de 29.11.74).

ALALC

Quinto Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação n.º 16, sobre Produtos das Indústrias Químicas Derivadas do Petróleo. Montevidéu, 27.12.73. Promulgado pelo Decreto n.º 73.766, de 7.3.74. (DO de 11.3.74).

Sexto Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação n.º 16 sobre Produtos das Indústrias Químicas Derivadas do Petróleo, que Contém a Revisão do Programa de Liberação, realizada no Décimo Terceiro Período de Sessões Ordinárias da Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu. Montevidéu, 27.12.73. Promulgado pelo Decreto n.º 73.765, de 7.3.74 (DO de 11.3.74).

Primeiro Protocolo do Ajuste de Complementação n.º 20, sobre Produtos da Indústria de Matérias Corantes e Pigmentos. Montevidéu, 27.12.73.

Ata Final do Décimo Sexto Período de Sessões Extraordinárias da Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu. Montevidéu, 20.4.74.

Ata de Registro das Negociações Complementares Realizadas em Conformidade com a Resolução 333 (XIII), entre Chile e Uruguai. Montevidéu, 10.7.74. Assinada em Montevidéu, a 10.7.74.

Bacia do Prata

Convênio Constitutivo do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata. Buenos Aires, 12.6.74. Assinado em 12.6.74. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 85, de 25.11.74.

Bancos Internacionais

Acordo Constitutivo do Fundo Africano de Desenvolvimento. Abidjã, 29.11.72. Promulgado pelo Decreto n.º 73.678, de 18.2.74 (DO de 21.2.74).

Café

Convênio Internacional do Café de 1968 (Prorrogado). Londres, 14.4.73. Promulgado pelo Decreto n.º 73.358, de 26.12.73 (DO de 2.1.74).

Comércio

Convenção sobre Prescrição no Campo da Compra e Venda Internacional de Mercadorias. Nova York, 12.6.74. Assinado em 14.6.74.

Cultura

Convênio Internacional para a Constituição do Instituto Ítalo-Latino-Americano. Roma, 1.º.6.66. Promulgado pelo Decreto n.º 73.400, de 31.12.73 (DO de 3.1.74).

Acordo de Cooperação Internacional entre o Governo da Colômbia e a UNESCO relativo ao Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina. Bogotá, 23.4.71. Promulgado pelo Decreto n.º 73.882, de 2.4.74 (DO de 3.4.74).

Energia

Convênio que estabelece a Organização Latino-Americana de Energia (OLADE). Lima, 2.11.73. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 41, de 14.5.74. Instrumento de Ratificação depositado em Quito, a 10.6.74.

Ensino

Convenção Regional sobre Reconhecimento de Estudos, Títulos e Diplomas de Ensino Superior na América Latina e no Caribe. México, 19.7.74. Assinado em 19.7.74.

Entorpecentes

Acordo Sul-Americano sobre Entorpecentes e Psicotrópicos. Buenos Aires, 27.4.73. Instrumento de Ratificação depositado em Buenos Aires, a 29.1.74.

GATT

Declaração sobre a Adesão Provisória das Filipinas ao GATT. Genebra, 9.8.73. Aceitação em 12.7.74.

Nona Ata que prorroga a Declaração de Adesão Provisória da Tunísia ao GATT. Genebra, 7.11.73. Aceitação em 12.7.74.

Acordo sobre o Comércio Internacional de Têxteis. Genebra, 20.12.73. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 80, de 31.10.74. Instrumento de Adesão depositado em Genebra, a 5.12.74.

Navegação Aérea

Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (CLAC). México, 14.12.73. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 86, de 25.11.74.

Navegação Marítima

Convenção sobre Regulamento Internacional para evitar Abalroamentos no Mar, 1972. Londres, 20.10.72. Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 77, de 31.10.74. Instrumento de Ratificação depositado em Londres, a 26.11.74.

Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios, 1973. Londres, 2.11.73. Assinada em Londres, a 12.12.74.

Propriedade Industrial

Convenção de Paris de 1883 para a Proteção da Propriedade Industrial. Revisão de Estocolmo, 14.7.67. Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 78, de 31.10.74.

Acordo sobre a Classificação Internacional de Patentes. Aberto à assinatura em Estrasburgo, de 24.3 a 30.9.71. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 59, de 30.8.74. Instrumento de Ratificação depositado em Genebra, a 3.10.74.

Propriedade Intelectual

Convenção que Institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Estocolmo, 14.7.67. Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 78, de 31.10.74.

Convenção Relativa à Distribuição de Sinais Portadores de Programas Transmitidos por Satélite. Bruxelas, 21.5.74, Assinada em Bruxelas, a 21.5.74.

Propriedade Literária e Artística

Convenção de Berna de 1886 para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas. Revista em Paris, a 24.7.71. Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 94, de 4.12.74.

Saúde

Emendas aos Artigos 34 e 55 da Constituição da Organização Mundial de Saúde. Genebra, 22.5.73. Aprovadas pelo Decreto Legislativo n.º 49, de 28.6.74. Instrumento de Aceitação depositado em Genebra, a 7.8.74.

Telecomunicações

Acordo sobre a Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (INTELSAT). Washington, 20.8.71. Promulgado pelo Decreto n.º 74.130, de 28.5.74. (DO de 3.6.74, com retificação publicadas no DO de 20.6.74).

Acordo Operacional sobre a Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (INTELSAT). Washington, 20.8.74. Promulgado pelo Decreto n.º 74.130, de 28.5.74. (DO de 3.6.74 com retificação publicada no DO de 20.6.74).

Trigo

Protocolo de Programação da Convenção sobre Comércio do Trigo. Londres, 22.2.74. Assinado em 22.4.74. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 73, de 18.10.74. Instrumento de Ratificação depositado em Washington a 25.11.74.

Turismo

Estatutos da Organização Mundial de Turismo. México, 27 de agosto de 1970. Instrumento de Aceitação depositado em Berna a 11.6.74.

UPAE

Constituição da União Postal das Américas e Espanha. Santiago, 26.11.71.

Convenção da União Postal das Américas e Espanha e Protocolo Final. Santiago, 26.11.74.

Regulamento Geral e Protocolo Final da União Postal das Américas e Espanha. Santiago, 26.11.74.

Acordo Relativo a Encomendas Postais. Santiago, 26.11.71.

Aprovados pelo Decreto Legislativo n.º 95, de 4 de dezembro de 1974.

ADMINISTRAÇÃO

PESSOAL

O processo de modernização e racionalização do sistema de pessoal, a atualização do estatuto jurídico da Carreira de Diplomata e a implantação do Plano de Classificação de Cargos, a dinamização das atividades de rotina, constituíram as principais tarefas cometidas ao órgão de pessoal do Itamaraty, em 1974.

Procurou-se racionalizar e modernizar o sistema de pessoal, o que repercutirá na própria execução da política externa, já que se busca permitir uma alocação e manipulação de recursos humanos tão adequada quanto possível aos objetivos daquela política. Cogitou-se, assim, de contratar firma consultora de renome, especializada em organização e métodos, para analisar e propor soluções, não excluída a computação eletrônica.

Como medidas que viessem a agilizar as atividades e a preparar o terreno para os trabalhos da firma consultora, foram adotadas providências de curto prazo. Tais medidas, cujo fundamento lógico é a delegação responsável de competência, requereram o recrutamento de Chefes de Serviço de alto nível funcional e a implantação de um sistema de arquivo e controle central de expedientes.

Por outro lado, e como preliminar indispensável à racionalização, encetou-se a tarefa de levantar, analisar e simplificar as rotinas dos diversos Serviços, com vistas à impressão de manuais, dos quais o primeiro já se encontra disponível, o segundo no prelo e os demais em diversos estágios de elaboração.

Duas outras iniciativas merecem destaque. Em primeiro lugar, a implantação efetiva de um sistema de treinamento e aperfeiçoamento de funcionários administrativos, pelo qual já passaram 76 funcionários. Visa-se, com esse sistema, ao aperfeiçoamento da dedicada força administrativa de trabalho de que a Casa dispõe.

Consciente da necessidade de ajustar a moldura jurídica que disciplina a Carreira de Diplomata às novas demandas de uma nova conjuntura operacional de política exterior, foram tomadas medidas que, à distância e visualizadas em seu conjunto, mostram toda sua relevância.

Este conjunto de normas ampliou, de forma ordenada, o quadro de Ministros de Primeira Classe (Decreto n.º 1.354, de 5-11-74); regulou, de maneira a atender as características do Serviço Exterior, os limites de idade para aposentadoria (Lei Complementar n.º 21, de 24-9-74); flexibilidade e ampliou a margem de seleção para preenchimento de Chefias de Missão Diplomática ao reduzir o interstício para o comissionamento (Decreto n.º 74.540, de 11-9-74); afetou favoravelmente o recrutamento de novos valores para redução dos prazos de permanência na Secretaria de Estado e nos postos peculiares (Decreto n.º 74.068, de 15-5-74); e finalmente, permitiu dinamizar, sempre que necessário, o processo de seleção para a mobilidade vertical na Carreira (Decretos n.os 74.724, de 18-10-74 e 74.755 de 24-10-74).

Iniciou-se a implantação gradualista, no Itamaraty, do Plano de Classificação de Cargos, conforme determinava à Administra-

ção federal o Decreto-Lei n.º 1.341, de 22 de agosto de 1974. Em conseqüência, foram realizados os levantamentos da **situação real** (isto é, dos cargos, funções e vencimentos de todos os servidores do Ministério das Relações Exteriores, no Brasil e em serviço no exterior) e da **lotação** (número e tipo de cargos e funções considerados pelo Ministério das Relações Exteriores como indispensáveis à execução de suas atividades).

Foi necessário definir solução que permitisse simultaneamente cumprir os dispositivos legais relativos à transformação de funções gratificadas em cargos de Direção e Assessoramento Intermediário (DAI) e atender à peculiaridade do Serviço Exterior.

A partir destes dois levantamentos e desta definição, tornou-se obrigatório compatibilizar os cargos e funções existentes com aqueles discriminados no Plano de Classificação de Cargos, para permitir elaborar a proposta de Lotação do Ministério das Relações Exteriores, com a estimativa de seus custos, e com a justificativa da metodologia adotada, que, englobados, serão apresentados em relatório do Senhor Ministro de Estado ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), para futura aprovação presidencial.

ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Após um longo e intensivo trabalho preparatório junto aos Ordenadores de Despesas, com vistas a coordenar as suas respectivas propostas setoriais, foi preparada, rigorosamente dentro dos prazos fixados pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a Proposta Orçamentária do Itamaraty para 1975.

A referida proposta foi aprovada com alterações mínimas, fazendo com que o orçamento do Ministério das Relações Exte-

riores aumentasse de Cr$ 413.568.000,00, em 1974, para Cr$ 620.800.000,00 em 1975 (sem contar os recursos destinados às contribuições a Organismos Internacionais, constantes dos Encargos Gerais da União).

Por outro lado, a execução orçamentária no corrente exercício foi objeto de estrito controle, exigindo a solicitação de poucos Créditos Suplementares, em boa parte compensados com recursos próprios do Ministério das Relações Exteriores.

Com a extinção da Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, por força do Decreto n.º 74.175, de 12 de junho de 1974, foram realizados estudos e implementadas fórmulas necessárias à adaptação dos mecanismos existentes à nova sistemática de pagamentos resultante da citada extinção da Delegacia.

No tocante à racionalização dos métodos de trabalhos, introduziu-se, pela Circular Postal n.º 2.767, um novo Modelo de Mapa de Acompanhamento da Execução Orçamentária (MAEOR), permitindo o detido controle, a cada mês, das finanças da rede diplomática e consular brasileira. Fruto de uma cuidadosa programação no início o exercício financeiro, implementada pelo rigoroso acompanhamento dos mapas mensais, as dotações do Ministério distribuídas para a manutenção dos postos no exterior se revelaram suficientes até o término do exercício.

Para a programação de 1975, foram elaborados novos formulários de Esquema de Desembolso (Circular Postal n.º 3.430), habilitando o órgão competente a dispor de elementos mais concretos para a análise das propostas orçamentárias das nossas Missões diplomáticas e Repartições consulares.

A fim de simplificar e agilizar o processo de autorizações de despesas entre a Secretaria de Estado, a Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior (DTBE), o Banco do Brasil e os postos, foi elaborado um novo código de autorizações (Circular Postal

n.º 3.274), introduziu-se um novo modelo de minuta de telegrama a ser expedido unicamente à DTBE e aperfeiçoou-se — através de entendimentos com a Delegacia e o Banco do Brasil — o sistema de informações aos postos, permitindo a estes últimos identificar prontamente as dotações depositadas em suas contas bancárias (Circular Telegráfica n.º 9.802).

Com vistas a coordenar, orientar e supervisionar o processo de planejamento, execução e controle das despesas na Secretaria do Estado e, em especial, ativar a implantação do processo de planejamento e de orçamento por programas, aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento e controle de despesas, possibilitar a implantação de um mecanismo de contabilidade de custos e programar a melhor distribuição possível de recursos entre as várias unidades da Secretaria de Estado, foi criado, por Portaria do Ministro de Estado, em 27 de maio de 1974, o Grupo Interno de Acompanhamento e Previsão do Orçamento (GIAPO).

Finalmente, foram realizados estudos com vistas a agilizar o processamento das requisições de passagens aéreas, sendo adotado um formulário simplificado. Uma análise mais detida do assunto indicou, entretanto, a conveniência de ser centralizado no órgão de pessoal o tratamento de todas as questões relativas ao elemento de despesa 3.1.1.1/02 (despesas variáveis de pessoal), o que será implementado a partir do início de 1975.

PATRIMÔNIO

Providências foram tomadas em fins de 1974 para a abertura, em 1975, das Missões em Pequim e Guiné-Bissau. Foi iniciada instalação da Embaixada em Jacarta e completada a instalação da Embaixada em Trípoli, com a assunção do primeiro Embaixador do Brasil na Líbia. No Coveite, embora a Embaixada seja cumulativa com Jeddah, foi aberta uma Chancelaria com

chefia em nível de Encarregado de Negócios residente. No último mês do ano foi instalado o Consulado em Ciudad Bolivar, no interior da Venezuela.

No plano de aquisição e construção de novos prédios no exterior, foram contemplados os postos considerados prioritários cujas instalações não eram compatíveis com o grau de representatividade desejada. Dentro desse critério, consubstanciado no orçamento plurianual do Ministério, foi prevista, nos anos de 1975, 1976 e 1977, a reinstalação ou ampliação das sedes de nossas Missões em Buenos Aires, Lima, Lisboa, Assunção, Tóquio, Quito, Caracas, Lagos, Beirute, Bonn, Bogotá, Panamá, Kinshasa, Cairo, Jeddah, Teeran e Bangkok, além da conclusão da Embaixada em Washington. Para a construção da nova sede da Chancelaria da Embaixada em Buenos Aires foi adquirido terreno contíguo ao da residência naquela Capital. Foram também iniciados os estudos para a construção de prédios para a Chancelaria dos Consulados em Puerto Presidente Stroessner e Santa Cruz de la Sierra.

Registrou-se em 1974 substancial melhoria no atendimento às necessidades dos postos no exterior, com ênfase nas condições de segurança de várias Embaixadas e Consulados. No final do ano foi expedida circular a todos os postos, bem como a todos os Departamentos e Serviços da Secretaria de Estado, consultando-os sobre suas necessidades de material, equipamento e veículos para 1975, o que permitirá melhor distribuição dos recursos financeiros necessários para atender às necessidades do Ministério no Exterior e na Secretaria de Estado.

Na Secretaria de Estado, a modernização e ampliação dos serviços de vários Departamentos exigiram do órgão competente grande esforço, no sentido de obter melhor aproveitamento de espaço no Bloco Administrativo do Ministério, e de fornecer considerável quantidade de mobiliário, material e equipamento especializado.

A reestruturação do Serviço de Compras e Almoxarifado já foi iniciada e encontram-se em fase final os trabalhos da Comissão designada para proceder ao arrolamento dos bens do Almoxarifado. Foi também designada comissão para realizar o inventário dos bens móveis do Ministério. Essa Comissão utilizará métodos modernos, que permitirão manter permanentemente atualizado o inventário.

Procurou-se dotar as unidades da Secretaria de Estado de materiais e equipamentos de tecnologia mais avançada, dentro de um programa que visará, a longo prazo, à completa modernização dos serviços do Ministério.

O Itamaraty contou, no exercício financeiro de 1974, com recursos para fins patrimoniais da ordem de US$ 3,000,000.00 no exterior e de Cr$ 13.750.000,00 na Secretaria de Estado. Embora esses recursos sejam modestos para as necessidades do Ministério, num período de marcada expansão, as contas puderam ser fechadas de maneira satisfatória, devendo-se registrar que os compromissos, inclusive contas de anos anteriores, tanto da Secretaria de Estado como do Escritório Regional do Itamaraty na Guanabara (EREGUAN), para com serviços de energia e telefone, foram praticamente saldados.

Foram realizadas obras de vulto no Bloco Administrativo do Ministério das Relações Exteriores, com vistas à sua conservação e ampliação e melhoria de várias divisões e serviços. Foi feito levantamento, por firma especializada, dos problemas estruturais do prédio do Ministério. Peritos do Corpo de Bombeiros elaboraram relatórios sobre as condições de prevenção contra incêndios. Esses relatórios indicaram a necessidade urgente de obras que serão empreendidas em caráter prioritário no ano de 1975. Várias Divisões foram dotadas de modernos sistemas de comunicação por interfones. Convém ressaltar a obra de recuperação das esquadrias da fachada sul do Bloco Administrativo, para vedar infiltração de água.

Pela Portaria n.º 383, de 7 de maio de 1974, foi criado, no âmbito de Divisão do Patrimônio, o Serviço de Moradias Funcionais (SMF), com a finalidade de planejar e coordenar as providências relativas à ocupação e manutenção das unidades residenciais da União destinadas à moradia de Servidores do Ministério.

Por outro lado, foi iniciada em 1974 a devolução à Câmara dos Deputados dos oito apartamentos de alta chefia situados na SQS 111, que o Itamaraty vinha ocupando a título de empréstimo. Em troca, o Ministério está recebendo da Câmara o mesmo número de apartamentos, de nível quase equivalente, na SQS 316, incorporando-se esses últimos à quota definitiva do Itamaraty.

Construção do Anexo e de Moradias Funcionais

Construção do Edifício do Anexo

Desde 1961, quando começaram a tomar corpo os primeiros estudos para a construção (iniciada em 1963) do conjunto arquitetônico do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, surgiu a idéia de um terceiro edifício, além do Palácio e do Bloco Administrativo. Seria um prédio destinado a abrigar unidades que lidam com a análise e o planejamento da Política Exterior brasileira. Entretanto, não pôde, na época, ser realizado o projeto.

Assim, em 1970, foi inaugurado o atual conjunto, com apenas dois edifícios, harmoniosamente interligados, um com finalidade representativa e de direção política de Chancelaria e outro com finalidade administrativa ampla. Cedo, entretanto, o Bloco Administrativo, desenhado para conter apenas escritórios — padrão e meras salas de trabalho, teve de enfrentar modificações em sua arquitetura interior, para adequar-se ao funcionamento das unidades que sofriam diuturnamente os impactos da modernização. Ademais, outras unidades passaram a neces-

sitar de mais espaço do que as áreas que lhes foram originalmente alocadas, em decorrência do crescimento das atividades do Itamaraty, inclusive em termos de subdivisão ou criação de novas unidades. Outro problema era representado pelo fato de que todo o Instituto Rio-Branco, o Arquivo Histórico e a Mapoteca tinham permanecido no Rio de Janeiro, bem como dois terços da Biblioteca, dentre outras causas pela inexistência de espaços que pudessem contê-los no atual conjunto. Finalmente, um edifício projetado para escritórios-padrão não poderia prestar-se integralmente a contento para a instalação e funcionamento das unidades relacionadas à documentação, informação e telecomunicações, as quais necessitam de áreas especialmente adequadas.

Em meados de março de 1974, foi reativada a idéia da construção de um terceiro edifício, na área cadastrada como Expansão dos Ministérios, situada ao longo do lado sul da Via de Serviço S2 do Plano Piloto de Brasília. Foi, a seguir, designado pelo Senhor Ministro de Estado funcionário diplomático para atuar como Coordenador-Geral do Anexo. O Arquiteto Oscar Niemeyer Soares Filho foi então convocado para apresentar uma solução arquitetônica, a partir de um programa que estabelecia um duplo partido básico: a) o Anexo deveria constituir-se num prédio com mais de 20 mil metros quadrados de área útil, no qual seriam contidas todas as Divisões e Serviços do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD), inclusive as suas unidades que ainda se encontravam no Rio de Janeiro, o Instituto Rio-Branco (IRBr), a Assessoria de Documentação (ADOC), a Divisão de Segurança e Informações (DSI) e todos os setores da Secretaria de Estado que lidam com a produção de documentação, v.g., a Divisão de Informação Comercial; e b) o novo edifício deveria integrar-se fisicamente ao Bloco Administrativo, interligando-se inclusive ao Palácio, não só sob o ponto de vista da circulação de funcionários, mas também com previsão para instalação de dutos pneumáticos e tubulação para terminais de computadores. Recomendava-se, outrossim, o estudo urbanístico da área desti-

nada à expansão do Itamaraty, com vistas à criação de jardins arborizados, de estacionamento para automóveis e de espaços para eventuais e futuras construções de outros edifícios (torres).

Em agosto de 1974, Oscar Niemeyer enviou o Estudo Preliminar do edifício, acompanhado de pequena maquete do volume preposto. A solução por ele imaginada, sóbria e funcional, atendeu em toda plenitude ao **desideratum** da Administração material e patrimonial do Ministério: um edifício circular, voltado para o seu interior, ligado ao Bloco Administrativo por uma passarela aérea sustentada por três tirantes metálicos. A forma espacial adotada, de rara beleza, como completou a monumentalidade do conjunto arquitetônico atual, que só conhece espaços lineares. Os quatro pisos, em patamares decrescentes em forma de discos superpostos, geraram uma base de cone truncado, criando nova relação geométrica para o conjunto, de volume surpreendente.

Aprovados pelo Ministro de Estado, o Estudo Preliminar e a maquete foram levados ao Senhor Presidente da República, que determinou ao Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento estudos acerca da viabilidade orçamentária do novo edifício. A 17 de outubro de 1974, o Chefe do Poder Executivo autorizou a concessão de recursos, no montante de Cr$ 43 milhões, para a construção do Anexo, no período de 1975-1977. Em conseqüência, o Itamaraty solicitou a Niemeyer a elaboração do anteprojeto, já começados estudos e pesquisas concernentes a cálculo estrutural, instalações elétricas e hidráulicas e equipamentos. Logo estejam finalizados e aprovados, serão realizados o projeto e seus detalhamentos de arquitetura e engenharia, a fim de dar-se início à construção do novo edifício na segunda metade de 1975.

Blocos de Apartamentos Funcionais

Durante o ano de 1974 deu-se especial atenção ao problema da moradia dos funcionários do Itamaraty em Brasília.

O assunto foi levado ao conhecimento do Senhor Presidente da República, que logo determinou às áreas competentes da Administração Direta solução para o problema. Entretanto, solicitou o Itamaraty aos arquitetos Elvin Mackay Dubugras e Josué de Carvalho Macedo a elaboração dos projetos de arquitetura, bem como aos engenheiros Maurício Ricardo e Zbigniew Czajka os de fundações, cálculo estrutural e de instalações elétricas, telefônicas, de gás, hidráulico-sanitárias e pluviais.

Em conseqüência, será iniciada a construção de 144 apartamentos, em quatro blocos situados na SQS 213 do Plano Piloto de Brasília. Tais apartamentos atenderão a dois terços dos funcionários diplomáticos lotados na Secretaria de Estado.

COMUNICAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O elevado volume de documentos correntemente tratados no órgão encarregado da sistematização da informação de origem a um programa de medidas simplificadoras de rotinas internas, bem como de adoção de listas de descarte para a documentação com perecibilidade bem definida.

Procedeu-se, outrossim, à institucionalização da "Listagem de Ofício", que passou a servir de documento de divulgação a todos os setores sobre os ofícios recebidos das repartições no exterior. Mediante a leitura dos índices, todas as áreas da Secretaria de Estado passaram a ter conhecimento das informações pertinentes transmitidas. Essa providência possibilitou a setores eventualmente não incluídos na distribuição dos ofícios a opção de má utilização, através de cópia solicitada à divisão competente.

Por outro lado, de acordo com a orientação de simplificar ao máximo o trabalho de arquivamento e transmissão de informações rotineiras, foram estabelecidas siglas-código pré-fixadas relativas a vistos e a passaportes.

TRANSMISSÕES INTERNACIONAIS

Em 1974 foram preparados e submetidos à aprovação os estudos preliminares para constituição formal dos projetos de

modernização dos sistemas em operação no campo de Transmissões Internacionais, tanto do ponto de vista de telecomunicações por processos tradicionais, quanto por comutação automática. Na proposta orçamentária para 1975, então elaborada, foram alocados os recursos necessários à implantação do Projeto de Modernização do Sistema de Comunicações do Ministério das Relações Exteriores.

Foram concluídos os trabalhos do Canal de Voz Brasília—Estados Unidos, o que permitiu atender ao aumento de volume de tráfego dos postos da América do Norte, através de multiplexação do sistema em canais de telex e de voz, e abrir possibilidades para uso de transmissões diretas de dados e **fac-similes.**

As obras e infra-estrutura de rede foram programadas e esquematizadas com a Telecomunicações de Brasília S/A (Telebrasília) e com a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), com execução diferida até a apropriação dos recursos no ano próximo.

Foi aprovado programa de substituição de equipamento obsoleto e contactados os fornecedores para execução da programação.

DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA

Entre as atividades correntes, assinale-se o estudo de viabilidade de publicação sobre a atuação da Pasta das Relações Exteriores e da execução da política externa. O estudo evidenciou a oportunidade e utilidade de um veículo informativo e documental de alto nível, tanto intelectual quanto gráfico, e que fosse publicado a cada trimestre. Em conseqüência, foram publicados os dois primeiros números da **Resenha de Política Externa do Brasil,** com a tiragem de 1.800 exemplares.

Deu-se continuidade à edição do boletim **Aquisições**, através do qual a Biblioteca tem divulgado os títulos incorporados mensalmente ao seu acervo.

Foi iniciado simultaneamente um trabalho semelhante concentrado nas publicações periódicas disponíveis. A lista mensal, intitulada **Referência de Periódicos**, é um veículo que permite a funcionários da Secretaria de Estado e seus órgãos fora de Brasília manter-se a par das monografias e artigos disponíveis na Biblioteca, em revistas e jornais recebidos.

CERIMONIAL

Visitas

Visitaram o Brasil as seguintes personalidades:

Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Nigéria, Doutor Okoi Arikpo, de 21 a 29 de janeiro;

Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Libanesa, Senhor Fouad Naffah, de 29 de janeiro a 2 de fevereiro;

Presidente da República da Costa Rica, Senhor José Figueres Ferrer, de 4 a 6 de abril;

Presidente da República dos Estados Unidos Mexicanos, Senhor Luís Echeverría Alvarez, de 21 a 25 de julho;

Vice-Ministro do Comércio Exterior da República Popular da China, Senhor Chen-Chieh e integrantes da Missão Comercial da China, de 7 a 16 de agosto;

Sua Alteza Real a Princesa Alexandra de Kent, da Grã-Bretanha, de 17 a 25 de agosto;

Ministro dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, Senhor Omar Al-Sakkaf, de 3 a 9 de setembro;

Primeiro-Ministro do Japão, Senhor Kakuei Tanaka, de 16 a 21 de setembro;

Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia, Senhor General Alberto Guzmán Soriano, de 22 a 25 de outubro.

Cerimônias

O Itamaraty organizou as seguintes cerimônias:

Posse de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General-de-Exército Ernesto Geisel, nos dias 14 e 15 de março.

Concerto da Orquestra Sinfônica Brasileira, em comemoração à Independência, no dia 7 de setembro.

As seguintes personalidades foram recepcionadas pelo Ministério das Relações Exteriores:

Almoços

Senhor Brigadeiro José Vicente Cabral Cecchia, 18 de janeiro.

Senhor Embaixador da Coréia e a Senhora Suk Chan Lo, 28 de janeiro.

Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros do Líbano e a Senhora Fouad Naffah, 31 de janeiro.

Grupo Andino (almoço informal), 12 de fevereiro.

Grupo I do MAB (Man and Biosphere), 19 de fevereiro.

Delegação da República Argentina à IX Reunião do CEBAL, 5 de março.

Delegação da Líbia, 1.º de abril.

Senhor Embaixador da Bolívia e a Senhora Alfredo Baldó Casanova (despedida), 23 de abril.

Senhor Embaixador William Di Eberle, 24 de abril.

Senhor Ministro Mihnea Gheorghiu, 25 de abril.

Em 26 de abril, o Senhor Ministro de Estado ofereceu ao Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, um almoço, em comemoração ao Dia do Diplomata e aos formandos do Instituto Rio-Branco. A parte inicial das comemorações constou de entrega de insígnias e diplomas correspondentes aos agraciados com a Ordem de Rio-Branco, entrega de diplomas aos formandos da turma de 1973 e coquetel oferecido aos agraciados, formandos e seus convidados.

Senhor I. J. Gbong, Vice-Ministro do Desenvolvimento Econômico da Nigéria, 29 de abril.

Senhor Antonio Carrillo-Flores, Secretário-Geral da Conferência Mundial de População, 30 de abril.

Senhora Renate-Isolde de Kuhn, Dirigente do Ministério da Cooperação Econômica da República Federal da Alemanha, 16 de maio.

Participantes da Reunião da Comissão da Lagoa Mirim, 20 de maio.

Participantes do Seminário sobre Investimentos Australianos no Brasil, 20 de maio.

Senhor Gerald Alter, Vice-Presidente do BIRD, 23 de maio.

Senhor Embaixador da Finlândia e a Senhora Heikki Leppo, 30 de maio.

Senhor Pal Singh, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia, 3 de junho.

Senhor Hélcio Costa Couto, Secretário-Geral do Planejamento, 4 de junho.

Delegação coreana, 5 de junho.

Jornalistas credenciados no Itamaraty, 6 de junho.

Senhora Eleanor Lambert, jornalista americana, 11 de junho.

Senhor General Carlos Galvão de Melo, Membro da Junta de Salvação Nacional, 14 de junho.

Delegação da República Federal da Alemanha às Negociações sobre Bitributação com o Brasil, 14 de junho.

Senhor Vice-Ministro da Indústria e do Comércio do Governo da Província de Alberta, 17 de junho.

Senhor Embaixador Joaquim Bernal, Diretor-Geral do Cerimonial da Secretaria de Relações Exteriores do México, 18 de junho.

Senhor Embaixador José Ricardo Martínez Cobo, 18 de junho.

Senhor Embaixador da União Soviética e a Senhora Serguei Mikhailov (despedida), 19 de junho.

Senhor Ezzedin Al Mabrouk, Ministro do Petróleo da Líbia, 21 de junho.

Senhor Senador Donald Robert Willesee, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, 27 de junho.

Senhor J. M. Essieh, Vice-Ministro de Obras e Habitação do Estado Meridional da Nigéria, 5 de julho.

Autoridades Federais de Imigração, Controle de Estrangeiros e Tratamento Alfandegário, 5 de julho.

Senhor Embaixador da Austrália e a Senhora Frederick Thomas Homer (despedida), 8 de julho.

Senhor Gabriel Valdez, Chefe do Bureau Latino-Americano do PNUD, 9 de julho.

Senhor Almirante Chazano Lara, 17 de julho.

Senhor Enrique Peñalosa, Secretário-Geral da Conferência Exposição das Nações Unidas sobre Estabelecimentos Humanos, 19 de julho.

Delegação alemã à IV Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica, 23 de julho.

Delegação iugoslava à V Reunião da Comissão Mista Brasil-Iugoslávia, 26 de julho.

Senhor Chen-Chieh, Vice-Ministro do Comércio Exterior, Chefe da Delegação Comercial da República Popular da China, 8 de agosto.

Missão Comercial Senegalesa, 19 de agosto.

S.A.R. a Princesa Alexandra de Kent, 19 de agosto.

Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, 20 de agosto.

Senhor Abdoulaye Sawadogo, Ministro da Agricultura da Costa do Marfim, 26 de agosto.

Estagiários e Oficiais da Escola Superior de Guerra, 27 de agosto.

Senhor Leonid Kusmin, Subchefe do Departamento da América Latina do Ministério do Exterior da União Soviética, 28 de agosto.

Senhor Embaixador do Peru e a Senhora Alberto Ruiz-Eldredge (despedida), 30 de agosto.

Senhor Robert Blake, Vice-Secretário de Estado Assistente para Organismos Internacionais do Departamento de Estado Norte-Americano, 30 de agosto.

Senhor Omar Al-Sakkaf, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, 5 de setembro.

Senhor Embaixador da Bélgica e a Baronesa Paternotte de la Vaillée, 12 de setembro.

Senhor Embaixador da Iugoslávia e a Senhora Mirko Ostojic, e o Senhor Prithi Singh, Embaixador da Índia, 19 de setembro.

Senhor John Richardson, Secretário de Estado Assistente para Assuntos Educacionais e Culturais, 20 de setembro.

Delegação húngara à III Reunião da Comissão Mista Brasil—Hungria, 7 de outubro.

Senhor Embaixador do Equador e a Senhora Luiz Valencia Rodriguez, 10 de outubro.

Senhor Reynaldo Galindo Pohl, representante de El Salvador na Comissão Jurídica Interamericana, 11 de outubro.

Senhor Professor Debi Prasad Chattopadhyaya, Ministro do Comércio da Índia, 15 de outubro.

Senhor General Vitor Gonzalez Fuentes, Ministro da Indústria e do Comércio da Bolívia, 14 de novembro.

Senhor Almirante Armin Zimmermann e Senhora, 19 de novembro.

Delegação Americana à Reunião Brasil—Estados Unidos de **Policy Planning**, 22 de novembro.

Senhor Francis Blanchard, Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho, 6 de dezembro.

Senhor General Mortala Monhamed, Ministro das Comunicações da Nigéria, 10 de dezembro.

Senhor Embaixador da Áustria e a Senhora Friedrich Hartmayr (despedida), 12 de dezembro.

Senhor Juan José Torres Landa, Embaixador do México (despedido), 13 de dezembro.

Jantares

Doutor Okoi Arikpo, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, 23 de janeiro.

Em 4 de abril, Sua Excelência o Senhor Presidente da República ofereceu um jantar a Sua Excelência o Senhor José Figueres Ferrer, Presidente da República da Costa Rica.

Em 23 de julho, Sua Excelência o Senhor Presidente da República ofereceu um jantar a Sua Excelência o Senhor Luís Echeverría Alvarez, Presidente dos Estados Unidos Mexicanos.

Senhor Omar Al-Sakkaf, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, 4 de setembro.

Em 16 de setembro, Sua Excelência o Senhor Presidente da República ofereceu, também no Palácio do Itamaraty, um jantar a Sua Excelência o Senhor Kakuei Tanaka, Primeiro-Ministro do Japão.

Senhor General Alberto Guzmán Soriano, Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia, 23 de outubro.

Coquetéis

Delegações participantes da Reunião do Grupo de Trabalho para Ciência e Transferência de Tecnologia, 25 de junho.

Em 23 de agosto, o Senhor José Walter Bautista Vidal, Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, ofereceu coquetel aos membros da Reunião do Subgrupo n.º 3 de Tecnologia.

Participantes da II Reunião da Comissão Mista Brasileiro—Peruana, 27 de agosto.

Por ocasião do Convênio entre a Universidade do Bénin (Togo) e universidades brasileiras, 28 de agosto.

Comissão Mista Brasil—Espanha, 11 de novembro.

Chá

Oferecido por Sua Excelência a Senhora Embaixatriz Dona May Paranhos Azeredo da Silveira, às Embaixatrizes de Missões diplomáticas em Brasília, 14 de maio.

RELAÇÕES COM O CONGRESSO

Indicação de Embaixadores

Mensagem n.º 34/74, aprovada em 13-3-74.
Murillo Gurgel Valente — Coveite.

Mensagem n.º 60/74, aprovada em 11-3-74.
Jorge D'Escragnolle Taunay — Líbano.

Mensagem n.º 61/74, aprovada em 11-3-74.
General Carlos Alberto da Fontoura — Portugal.

Mensagem n.º 62/74, aprovada em 11-3-74.
Jorge de Carvalho e Silva — Itália.

Mensagem n.º 65/74, aprovada em 13-3-74.
José Oswaldo de Meira Penna (cumulativo) — Islândia.

Mensagem n.º 119/74, aprovada em 17-4-74.
João Baptista Pinheiro — Argentina.

Mensagem n.º 134/74, aprovada em 9-5-74.
Paulo Padilha Vidal — OEA.

Mensagem n.º 135/74, aprovada em 23-4-74.
George Alvares Maciel — Delegado Permanente — Genebra.

Mensagem n.º 146/74, aprovada em 30-4-74.
Alberto Raposo Lopes — Finlândia.

Mensagem n.º 150/74, aprovada em 2-5-74.
Raul Henrique Castro e Silva de Vincenzi — Luxemburgo.

Mensagem n.º 151/74, aprovada em 25-4-74.
Mario Gibson Alves Barboza — Grécia.

Mensagem n.º 171/74, aprovada em 8-5-74.
Celso Antonio de Souza e Silva — URSS.

Mensagem n.º 191/74, aprovada em 15-5-74.
Ilmar Penna Marinho — UNESCO.

Mensagem n.º 193/74, aprovada em 16-5-74.
Antonio Corrêa do Lago — Uruguai.

Mensagem n.º 215/74, aprovada em 23-5-74.
Geraldo Heráclito Lima (cumulativo) — Daomé.

Mensagem n.º 219/74, aprovada em 16-5-74.
Egberto da Silva Mafra — Alemanha.

Mensagem n.º 243/74, aprovada em 4-6-74.
Everaldo Dayrell de Lima — Marrocos.

Mensagem n.º 249/74, aprovada em 5-6-74.
Jorge de Sá Almeida (cumulativo) — Jamaica.

Mensagem n. 264/74, aprovada em 6-6-74.
Miguel Paulo José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco (cumulativo) — Chipre.

Mensagem n.º 279/74, aprovada em 12-6-74.
Fernando Cesar de Bittencourt Berenguer — Honduras.

Mensagem n.º 287/74, aprovada em 20-6-74.
Renato Bayma Denys — El Salvador.

Mensagem n.º 293/74, aprovada em 25-6-74.
Mario Vieira de Mello — Hungria.

Mensagem n.º 301/74, aprovada em 27-6-74.
Fernando Paulo Simas Magalhães — Bulgária.

Mensagem n.º 302/74, aprovada em 27-6-74.
Hélio Burgos Cabal — Japão.

Mensagem n.º 318/74, aprovada em 13-8-74.
Arnaldo Vasconcelos — Comunidades Européias.

Mensagem n.º 319/74, aprovada em 14-8-74.
Carlos Fernando Leckie Lobo — Líbia.

Mensagem n.º 320/74, aprovada em 21-8-74.
Fernando Ronald de Carvalho — Guatemala.

Mensagem n.º 332/74, aprovada em 28-8-74.
Paulo Braz Pinto da Silva — Romênia.

Mensagem n.º 363/74, aprovada em 15-8-74.
Marcos Antonio de Salvo Coimbra — Costa do Marfim.

Mensagem n.º 364/74, aprovada em 3-8-74.
Jorge D'Escragnolle Taunay (cumulativo) — Jordânia.

Mensagem n.º 397/74, aprovada em 19-9-74.
Milton Telles Ribeiro — Guiana.

Mensagem n.º 398/74, aprovada em 10-9-74.
Mellilo Moreira de Mello — Filipinas.

Mensagem n.º 451/74, aprovada em 15-10-74.
Miguel Alvaro Ozorio de Almeida — Austrália.

Mensagem n.º 488/74, aprovada em 15-10-74.
Leonardo Eulálio do Nascimento e Silva — Indonésia.

Mensagem n.º 534/74, aprovada em 31-10-74.
Murillo Gurgel Valente (cumulativo) — Sultanato de Omã.

Mensagem n.º 539/74, aprovada em 30-10-74.
Professor Antonio Delfim Netto — França.

Mensagem n.º 568/74, aprovada em 27-11-74.
Joayrton Martins Cahú — Guiné-Bissau.

Mensagem n.º 600/74, aprovada em 27-11-74.
Roberto de Oliveira Campos — Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Mensagem n.º 601/74, aprovada em 28-11-74.
Aluysio Guedes Regis Bittencourt — Irã.

Mensagem n.º 602/74, aprovada em 29-11-74.
Manoel Emílio Pereira Guilhon — Peru.

Mensagem n.º 603/74, aprovada em 2-12-74.
Sérgio Armando Frazão — Espanha.

Mensagem n.º 606/74, aprovada em 3-12-74.
Sérgio Corrêa Affonso da Costa — Nações Unidas.

Mensagem n.º 607/74, aprovada em 26-11-74.
João Gracie Lampreia — Dinamarca.

Mensagem n.º 608/74, aprovada em 3-12-74.
André Teixeira de Mesquita — Áustria.

Mensagem n.º 630/74, aprovada em 4-12-74.
Lauro Escorel Rodrigues de Moraes — México.

Mensagem n.º 631/74, aprovada em 5-12-74.
Manoel Antônio Maria de Pimentel Brandão — Suécia.

Mensagem n.º 632/74, aprovada em 5-12-74.
Franck Henri Teixeira de Mesquita — Maurício.

Mensagem n.º 633/74, aprovada em 4-12-74.
Geraldo de Carvalho Silos — Canadá.

Mensagem n.º 641/74, aprovada em 4-12-74.
Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo — República Popular da China.

Lei Complementar n.º 21, de 24-9-74.

"Estabelece, nos termos do artigo 103, da Constituição Federal, casos de aposentadoria compulsória no Grupo-Diplomacia, código D-300".

Lei n.º 6.122, de 15-10-74.

"Dispõe sobre a restituição de bens em dinheiro, de súditos alemães e japoneses domiciliados no Brasil."

Lei n.º 6.134, de 7-11-74

"Autoriza o Poder Executivo a efetuar transação com o Governo da Grã-Bretanha para saldar débitos provenientes de encampação e desapropriação de companhias estrangeiras."

IMPRENSA

Tiveram plena continuidade os trabalhos conducentes à formação da imagem global do Brasil na imprensa estrangeira e da imagem setorial da política exterior brasileira nos meios de difusão nacionais e estrangeiros. Nesse sentido, procedeu-se a: assistência direta para a organização de 123 programas para jornalistas e equipes de cinema e televisão alienígenas em visita ao País; análise sistemática de noticiário sobre o Brasil aparecido na imprensa escrita, televisionada e falada estrangeiras; envio regular aos postos no exterior de elementos informativos pertinentes.

Procurou-se também agilizar e tornar mais fluidos os canais de comunicação com os correspondentes de imprensa estrangeiros acreditados junto ao Itamaraty, a maioria dos quais se encontra radicada no Rio de Janeiro.

No que diz respeito à melhor adequação do Itamaraty às novas áreas de concentração de interesses da política exterior brasileira, algumas iniciativas de longo alcance foram adotadas em 1974 para plena maturação em próximos exercícios. Foram consultados os postos situados na América Latina, África e Oriente Médio sobre o interesse de emissoras locais em cap-

tar e receber transmissões em ondas curtas do Brasil em espanhol, inglês, francês e árabe, em função do que será examinada, com a Rádio Nacional, a conveniência de uma reformulação do atual sistema de transmissões internacionais para melhor conformá-lo à demanda previamente identificada em tais áreas focais para a nossa ação diplomática.

Dentro da mesma ordem de idéias — e levando em consideração sobretudo o impacto inegavelmente maior dos meios de comunicação audio-visuais, como a televisão e o cinema — foram iniciadas negociações com a Fundação TV-Anchieta, de São Paulo, com vistas à assinatura de convênio que possibilitará, a médio prazo, e sob a supervisão direta do Itamaraty, o estabelecimento de um esquema regular de intercâmbio de programas radiofônicos e de televisão entre aquela entidade e emissoras de outros países, bem como o desenvolvimento de projetos de aperfeiçoamento de pessoal de tele-radiodifusão em centros no Brasil e no exterior.

INSTITUTO RIO-BRANCO

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA (CPCD)

O exame vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, para o ano letivo de 1974, iniciou-se a 28 de novembro de 1973 e estendeu-se até 28 de fevereiro de 1974, tendo apresentado algumas inovações em relação aos exames anteriores.

Pela Portaria Ministerial n.º 365, de 2 de agosto de 1973, que disciplinou a realização do vestibular naquele ano, introduziu-se o vestibular integrado, no qual as provas de seleção prévia, verificações escritas de Português, Francês e Inglês, passaram a ser parte integrante dos exames de admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, sendo seus resultados computados na média final de aprovação. O objetivo da medida foi o de evitar a repetição das provas de línguas dentro de um mesmo vestibular, fazendo com que as provas intelectuais que o compõem passem a ser apenas sete, ao invés de dez, sem modificação no conteúdo dos conhecimentos básicos exigidos dos candidatos. Foi, igualmente, retirado o exame oral de línguas estrangeiras, por ter sido intensificado, em contrapartida, o treinamento profissionalizante correspondente no CPCD.

O exame vestibular em apreço regeu-se pelas instruções e programas baixados nos editais do Diretor do Instituto Rio-Branco de 8 e 10 de agosto de 1973, respectivamente, publicados nos Diários Oficiais de 10 de agosto, o primeiro, e de 15 de agosto, o segundo.

As provas de seleção prévia realizaram-se, concomitantemente, no Rio de Janeiro, e em Brasília, Belo Horizonte, Recife, Salvador, São Paulo e Porto Alegre, na seguinte ordem: Português, Francês e Inglês, nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 1973, respectivamente.

Inscreveram-se, em todo o território nacional, 196 candidatos, dos quais 149 se apresentaram às provas de seleção prévia, tendo 29 logrado aprovação. Transcreve-se a seguir o quadro da distribuição regional da apresentação dos candidatos às provas de seleção prévia, bem como a dos nelas aprovados:

Inscritos:

Rio de Janeiro:	65
Brasília:	8
Belo Horizonte:	16
Recife:	3
Salvador:	9
São Paulo:	24
Porto Alegre	24

Aprovados:

Rio de Janeiro:	25
Brasília:	3
Porto Alegre	1

A segunda fase do vestibular, composta de exames de capacidade física e psíquica, investigação social e entrevista, efe-

tuados no Rio de Janeiro, contaram com a colaboração do Centro de Medicina Aero-especial do Ministério da Aeronáutica e do Instituto de Psiquiatria e Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Submeteram-se aos exames da segunda fase 29 candidatos, dos quais 3 foram declarados inaptos.

As provas vestibulares finais realizaram-se nos dias 4, 11, 18 e 28 de fevereiro de 1974, no Rio de Janeiro e na seguinte ordem: Geografia, História do Brasil, História Mundial e Direito. Foi o seguinte o movimento de apresentação e de aprovação dos candidatos:

Provas	Apresentação	Aprovação	Reprovação
Geografia	27	24	3
História do Brasil	24	24	—
História Mundial	24	23	1
Direito	23	23	—

FUNCIONAMENTO DOS CURSOS

1. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

O ano letivo de 1974, iniciado a 6 de março, foi norteado, em seu planejamento global, pelos objetivos didático-pedagógicos abaixo discriminados: a) conjugação do embasamento teórico com o treinamento prático-profissional; b) intensificação da ênfase no tratamento interdisciplinar de problemas de relevância profissional; c) atribuição de prioridade à aquisição de métodos de trabalho; d) aprimoramento da capacidade de expressão individual, tanto oral, quanto escrita.

Por determinação do Senhor Ministro de Estado, o ano letivo do 2.º ano do CPCD, que se iniciou a 6 de março, foi encerrado a 6 de novembro, tendo o período letivo sido reduzido de cerca de um mês e meio, com intensificação, entretanto, do número de aulas semanais.

2. **Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas**

A — Curso de Prática Diplomática e Consular.

O Curso de Prática Diplomática e Consular realizou-se na Secretaria de Estado, de 9 de setembro a 14 de novembro de 1974.

O período regulamentar de 10 semanas do curso foi ocupado segundo o critério de concentração de esforços nos assuntos de natureza substantiva de interesse atual. Assim sendo, das 10 semanas, duas foram dedicadas às disciplinas de Prático Diplomática I (Cerimonial), Prática Consular e Assuntos Administrativos, e consagrados as demais às cadeiras de prática Diplomática II, subdividida em Assuntos Políticos, Econômicos e Culturais, e Promoção Comercial.

B — Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas no Exterior

Em 1974, beneficiaram-se da ajuda financeira concedida pelo Programa de Aperfeiçoamento Profissional no Exterior treze Diplomatas.

C — Cursos Especiais

A exemplo dos anos anteriores, o Instituto Rio-Branco realizou, no Rio de Janeiro e em Brasília, com a colaboração do Instituto Cultural Brasil—Alemanha, cursos de língua alemã.

Em Brasília, adotou-se, a título experimental, o sistema de concessão de bolsas de estudo para os cursos regulares manti-

dos pelo Instituto Cultural Brasil-Alemanha. Foram concedidas, em 1974, 36 bolsas de estudo.

3. **Solenidade de Formatura**

Realizou-se a 26 de abril a solenidade de diplomação dos concluintes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata da turma de 1973, com a presença dos Senhores Presidente e Vice-Presidente da República, e do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Na oportunidade, foram distribuídos o "Prêmio Rio-Branco", aos dois primeiros lugares do CPCD e o "Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva", aos dois primeiros classificados no Exame Vestibular.

Usou da palavra durante a cerimônia o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira.

INSPETORIA GERAL DE FINANÇAS

O aperfeiçoamento pelo Poder Executivo, em 1974, dos instrumentos à disposição dos órgãos de controle interno e externo não poderia deixar de refletir-se nas atividades e na própria organização da Inspetoria-Geral de Finanças (IGF) do Itamaraty. Assim, pelo Decreto n.º 74.439, de 21 de agosto de 1974, que obriga as Inspetorias-Gerais de Finanças a manterem Inspetorias Seccionais do Distrito Federal, nossa Inspetoria Seccional deverá incumbir-se do acompanhamento da execução orçamentária e da contabilidade analítica de todos os ordenadores de despesa do Ministério.

Do mesmo modo, a extinção da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior veio a aumentar as responsabilidades da IGF do Ministério, uma vez que passaram à sua esfera de atribuições e controle orçamentário e as tomadas de contas do Itamaraty no exterior antes afetas à Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda.

Procedeu-se, ainda, à preparação de anteprojeto de Regimento Interno da Inspetoria-Geral de Finanças, no qual estão contempladas novas atribuições, decorrentes da criação da Inspe-

toria Seccional de Finanças e da extinção da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior.

De acordo com a legislação vigente, a IGF promoveu, em 1974, inspeções de administração financeira e de contabilidade nos órgãos do Ministério.

Adotou, também, medidas no sentido de assegurar o cumprimento das determinações da Presidência da República para que o Balanço do Itamaraty fosse apresentado à Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda até o dia 25 de janeiro de 1975, expedindo, inclusive, circulares às Missões diplomáticas e Repartições consulares e, bem assim, aos ordenadores de despesa da Secretaria de Estado.

Como órgão setorial do sistema de controle interno, remeteu à IGF da Fazenda a documentação levantada em seus trabalhos técnicos de rotina, tais como balancetes e quadros demonstrativos de despesas mensais.

Ao Tribunal de Contas da União, a IGF apresentou seus relatórios mensais da execução orçamentária, bem como as relações anuais e trimestrais de responsáveis por dinheiro e bens públicos na Secretaria de Estado e no exterior.

É de assinalar-se, ainda, a auditoria realizada nas tomadas de contas dos ordenadores de despesa do Ministério, as quais, depois de submetidas ao Ministro de Estado, foram encaminhadas ao Tribunal de Contas para julgamento.

Participou regularmente dos trabalhos da Comissão de Coordenação das Inspetorias-Gerais de Finanças (INGECOR), órgão coordenador do sistema de administração financeira, contabilidade e auditoria da União e fez-se representar no I Seminário Nacional de Orçamento Público e no I Encontro de Diretores de Auditoria.

Finalmente, no desempenho de suas funções precípuas, a IGF manteve os demais órgãos do Itamaraty a par da dinâmica da administração financeira, de contabilidade e de auditoria públicas, comunicando-lhes as modificações introduzidas no decorrer do exercício e orientando-os sobre as aplicações do Plano de Contas Único, movimentação de créditos orçamentários e adicionais e sobre o cumprimento de Atos e Resoluções do Tribunal de Contas da União, da Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda e da INGECOR.